

DESDE 1932
EDIÇÃO 25.086

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

diariodocomercio.com.br | Belo Horizonte, quinta-feira, 23 de maio de 2024 | R$ 3,50

Vendas dos supermercados têm crescimento de 2,71% no Estado

Desempenho positivo do setor no primeiro quadrimestre foi favorecido pelo Carnaval e Semana Santa

Estimuladas pela demanda do Carnaval em fevereiro e da Semana Santa em março, as vendas dos supermercados cresceram 2,71% em Minas Gerais no primeiro trimestre, aponta o Índice de Consumo dos Lares Mineiros, apurado pela Amis. A maior alta foi registrada na Zona da Mata (4,09%), seguida pela região Sul (3,69%) e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (3,31%).

O economista Guilherme Almeida atribui o avanço das vendas aos bons resultados dos indicadores de emprego e renda, o que gera maior propensão de consumo. Entretanto, para os próximos meses, o especialista alerta para efeitos das mudanças climáticas. "Tivemos um impacto muito forte do El Niño. Tivemos os efeitos climáticos no Rio Grande do Sul que vão impactar diversos itens como o próprio arroz, trigo e aveia, o que tende a exercer o impacto inflacionário", pondera. **Pág. 5**

DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE



Os bons indicadores econômicos, como melhoria no emprego e renda, refletiram no consumo nos supermercados

Construção do Rodoanel deve começar em junho de 2025

As obras do Rodoanel Metropolitano devem ser iniciadas apenas em junho de 2025. A previsão era que a implantação começasse ainda neste ano. Em compensação, o governo mineiro trabalha para antecipar em um ano a conclusão do projeto, que receberá investimentos de R$ 5 bilhões, afirmou ontem o secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, Pedro Bruno Barros de Souza, durante evento na ACMinas. Serão construídos 70 quilômetros de rodovia, que passará por Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Contagem e Betim. **Pág. 8**

Minas é o 2º mercado da Shoppe no Brasil

Minas Gerais é o segundo maior território no número de vendedores e consumidores da Shoppe no Brasil. Em entrevista exclusiva ao DIÁRIO DO COMÉRCIO, o *head* de Desenvolvimento de Negócios do *marketplace* global, Felipe Lima, destaca o desafio de investir na expansão da malha logística com responsabilidade socioambiental. **Pág. 9**

DIVULGAÇÃO / SHOPEE



Felipe Lima prioriza a expansão da malha logística

AXS instalará 3 usinas fotovoltaicas em MG

Com investimentos de R$ 40 milhões, a AXS Energia vai implantar mais três usinas de energia solar em Minas Gerais. Os municípios incluídos no projeto de expansão da empresa catarinense no Estado são Divinópolis, na região Centro-Oeste; Iturama, no Triângulo Mineiro; e Santa Rita de Caldas, no Sul de Minas. As novas usinas fotovoltaicas se enquadram na modalidade micro (com potência instalada até 75 quilowatts-hora/KWh) e minigeração distribuída (com potência acima de 75 KWh e menor ou igual a 3 megawatts-hora /MWh). **Pág. 3**

DIVULGAÇÃO / AXS ENERGIA



A AXS investirá R$ 40 milhões em novas usinas de energia solar no Estado

Hospital São Rafael investe na infraestrutura

Instalado no bairro Cidade Jardim, o Hospital São Rafael deve investir R$ 40 milhões até 2026 na expansão de sua infraestrutura, inaugurada em 2022. Os recursos serão destinados à melhoria tecnológica e à ampliação de leitos e centros cirúrgicos. O hospital realizou 6.210 atendimentos em 2023 e projeta avanço de 6,28% neste ano. **Pág. 11**

Preservação de abelhas mobiliza apicultores

A ONU alerta que em torno de 35% dos polinizadores, em especial as abelhas, enfrentam alto risco de extinção em todo o mundo, incluindo em Minas Gerais. Apicultores de várias regiões do Estado estão engajados na preservação da espécie, na inclusão produtiva e na produção sustentável, que movimenta de forma considerável a economia de dezenas de comunidades locais. O "Certifica Minas Mel", desenvolvido em parceria entre governo de Minas, Femap e Emater-MG, busca capacitar apicultores e melhorar a qualidade do mel. **Pág. 8**

DIVULGAÇÃO / EMATER-MG



O "Certifica Minas Mel" capacita apicultores e melhora qualidade do produto

ARTIGOS

EDITORIAL

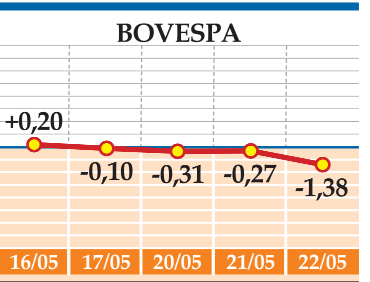
A população analfabeta no Brasil soma, conforme o IBGE, 11,4 milhões de indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos. Este número, evidentemente longe do desejável, corresponde a 7% da população e exibe também avanço. No ano de 1940 os brasileiros analfabetos correspondiam a 56% da população. É preciso e é possível fazer mais, em primeiro lugar para incluir estes 11,4 milhões de brasileiros em padrões mínimos de cidadania. Segundo, para enxergar que é preciso fazer mais, muitíssimo mais pela educação no País. O Brasil que tenta se colocar no futuro, que um dia se imaginou integrante do dito Primeiro Mundo, deve, em regime acelerado, passar, no que toca à educação, da teoria à prática. **Pág. 2**

Dólar - dia 22		
Comercial	Compra: R$ 5,1560	Venda: R$ 5,1560
Turismo	Compra: R$ 5,1690	Venda: R$ 5,3490
Ptax (BC)	Compra: R$ 5,1496	Venda: R$ 5,1502

Euro - dia 22	
Compra: R$ 5,5791	Venda: R$ 5,5818

Ouro - dia 22	
Nova York (onça-troy):	US$ 2.378,48
BM&F (g):	R$ 396,12

TR (dia 23):	0,0605%
Poupança (dia 23):	0,5608%
IPCA-IBGE (Abril):	0,38%
IPCA-Ipead (Abril):	0,24%
IGP-M (Abril):	0,31%







Difusão de inovações no agronegócio

BENJAMIN SALLES DUARTE *

A difusão de novos conhecimentos e práticas na agropecuária, como processo de mudanças socioeconômicas abrange todas as regiões produtoras do Brasil, que passa por Minas Gerais, e implica também num conjunto de múltiplos fatores conjunturais nos cenários de campo que fundamentam a tomada de decisão dos produtores nas culturas e criações.

Alinham-se dezenas de fatores associados, entre os quais mais acessos aos mercados interno e externo, pesquisa, propensão ao risco, experiências vividas, complexidades da inovação, níveis educacionais, disponibilidade de insumos agropecuários, lucratividade, mão de obra capacitada, fator uso da terra, gestão como prática recorrente, sustentabilidade dos recursos naturais, agricultura irrigada ou de sequeiro, fatores climáticos, entre outros convergentes.

Portanto, pode-se presumir que a prática da "transferência de tecnologias "não envolve apenas produtos ou inovações gerados pelos sistemas dedicados à pesquisa agropecuária, sendo indispensáveis, mas se difundem num universo para muito além dos pacotes tecnológicos e alinhados à eficiente assistência técnica, extensão rural, aos Centros de "Ciências Agrárias," e outros sistemas vigentes e conectados com os produtores rurais e suas organizações!

Evidentemente que o Brasil nos últimos 50 anos se tornou uma potência mundial no agronegócio e conquistou mais 105 novos mercados externos e um dos pilares foi e será a Ciência & Tecnologia, que deve ser compartilhada com quem planta e cria e atuam nos 5,074 milhões de propriedades, que englobam os agricultores familiares, arrendatários, médios produtores e grandes empresários.

Segundo Everett Rogers (EUA), no seu emblemático livro "Difusão de Inovação" (1962), são esses os seis estágios desse processo renovado de mudanças: Conhecimento + Persuasão + Decisão + Implementação + Confirmação +Adoção, mas poderia haver rejeição de parte ou no todo da inovação; adotar ou rejeitar sugere mais pesquisas! A adoção é muito mais fácil explicar do exatamente a rejeição, que poderá ser difusa!

Everett Rogers também segmentou os públicos-alvo estimados em percentuais na curva de adoção acumulada ou seja: Inovadores (2,5%); Primeiros Seguidores (13,5%); Maioria Inicial (34%); Maioria Tardia (34%); Retardatários (16%) =100%, e ao descrever suas características econômicas e sociais.

Entretanto, esses percentuais não são necessariamente cálculos matemáticos, mas emergem probabilidades em função de centenas de condicionantes que atuam na economia rural, dentro e fora da porteira da fazenda, e aplicando-as aos mercados, grãos, fibras, biomassa, produtos florestais, café, frutas, hortaliças, carnes, leite e noutras ofertas do agro MG/BR!

Para se ter uma ideia simplificada, a safra de grãos 23/24 está fundamentada em 78,5 milhões de hectares cultivados no País ou uma área 1,33 vezes maior do que Minas Gerais, o que requer e determinam sistemas mais eficientes de comunicação diária nos cenários rurais, embora já se somam substantivos avanços na difusão de novos conhecimentos na agropecuária e no setor florestal, com boas práticas sustentáveis.

Vale lembrar a frase do pesquisador Eliseu Alves: "O consumidor é o Rei do Mercado." Mas, quem planta e cria não cultivará a vocação para tomar prejuízo ou operar no vermelho, senão quebra! Aliás, inovação somente existe na prática se for adotada e obtenha a lucratividade no contexto de muitas demandas e ofertas.

E mais, um dos indicadores da versatilidade do agro mineiro foram as exportações de 714 produtos diferentes no valor de US$ 14,3 bilhões em 2023 (Seapa). Haja Ciência & Tecnologia e adotada pelos milhares de produtores rurais sintonizados e conectados com suas habilidades e motivações para inovar!

Nos limites presumíveis da razoabilidade dos retornos dos investimentos rurais, por certo, ainda há espaços consideráveis para maiores ganhos sequenciais de produção + produtividade + qualidade, e ao ampliar a emissão dos certificados de origem.

Engenheiro agrônomo

Os desafios cruciais da construção

CESAR VANUCCI*

"Cuidar do meio ambiente é zelar pelo ambiente inteiro" (Antonio Luiz da Costa, educador)

E agora? O que fazer quando as cheias cederem, as águas baixarem, o nível dos rios cair, os temporais e desabamentos cessarem, a caudal impetuosa que manteve cidades inteiras submersas finalmente desaguar no mar? O que fazer quando os moradores retornarem aos seus lares e se depararem com os rastros de destruição deixados pelas tormentas? Como definir, em meio ao turbilhão de problemas, as prioridades a serem atacadas no descomunal esforço de reparações exigidas pela hecatombe climática?

Quando a apavorante amostra diluviana se desfizer e a gigantesca operação de reconstrução puder ser desencadeada, o Brasil terá que saber utilizar, numa empreitada de não curta duração, o melhor de sua vontade política, de seu engenho técnico, de sua capacidade administrativa a fim de que sejam alcançados em plenitude os resultados ardentemente almejados. Vai ser preciso multiplicar o trabalho, bem executado e muito bem acolhido pela opinião pública, dos terríveis momentos emergenciais. Em tais momentos as atenções estiveram predominantemente focadas, como é óbvio imaginar no resgate de pessoas, na assistência social ampla aos desabrigados. O "cenário de guerra" em que se transformou parte da província gaucha, inspirou ações providenciais dos Poderes Públicos (governos e Congresso), envolvendo medidas bastante satisfatórias no ponto de vista do respeitável interesse comunitário. Na tarefa hercúlea à nossa frente, face ao maior desastre ecológico ocorrido no País, impõe-se que a eficiência caminhe de mãos dadas com a urgência. A coordenação geral dos trabalhos terá que se estribar num planejamento muito consciencioso, meticuloso capaz de garantir sustentação a um ritmo febricitante de obras. As novas edificações, a eventual mudança de lugar de residências e até mesmo de cidades, como se está prevendo, os planos de contingência e de adaptação terão que compreender projetos irrepreensivelmente elaborados. O mesmo há que se dizer dos possíveis novos traçados rodoviários. A chama da fé, esperança, espírito de resiliência e estoicismo demonstrados até aqui pelos compatriotas do Sul, confortados na magnífica solidariedade do povo brasileiro, das instituições públicas e privadas, carece ser mantida na complexa batalha que se avizinha de soerguimento das estruturas devastadas. Faz-se imperiosa a observância, nas numerosas frentes do trabalho a ser executado, de rigoroso critério orçamentário, bem como impecável consistência técnica, como medida preventiva para o caso de eventuais fenômenos climáticos indesejáveis. Está claro que as obras de engenharia, os maquinários, as plantações, os rebanhos compõem um todo muitíssimo precioso no processo da reconstrução. Mas o que não pode deixar de ser levado em conta, privilegiadamente, é o ser humano. Ele terá que ser colocado no centro de convergência das decisões. Nada poderá ser feito sem a preocupação, em primeiríssimo lugar, com seu bem-estar.

Quanto ao mais, a situação reclama competência e presteza. O Rio Grande do Sul tem pressa, muita pressa. O Brasil também.

Nem bem foram ainda contabilizados os estragos provocados pelo "El Niño" e já podem ser vislumbrados nos horizontes os sinais amedrontadores da "La Niña". Segundo explicam os especialistas em questões climáticas, trata-se de uma nova onda de intempéries potencialmente prejudicial às regiões atingidas. Que os bons ventos a afastem de nossa direção!

Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

DIÁRIO DO COMERCIO
Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932
Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo
Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial
Adriana Machado - Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick
Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

No rumo do futuro

A população analfabeta no Brasil soma, conforme os mais recentes levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 11,4 milhões de indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos. Este número, evidentemente longe do desejável, corresponde a 7% da população e exibe também avanço que merece ser ressaltado. Segundo o mesmo IBGE, no ano de 1940 os brasileiros analfabetos correspondiam a 56% da população. Assim, ressaltar o avanço significa também entender que é preciso e é possível fazer mais, em primeiro lugar para incluir estes 11,4 milhões de brasileiros em padrões mínimos de cidadania. Segundo, para enxergar que é preciso fazer mais, muitíssimo mais pela educação no País.

Um país que diz entender que educação representa exatamente a base e o princípio de todas as transformações que elevam as condições sociais e econômicas da população precisa, e urgentemente, entender que o discurso bonito não é nada além disso. Pouco ou nada adianta reconhecer que o problema existe ou que nele está a verdadeira chave das transformações desejáveis. Não faz sentido lembrar, como insistentemente é feito, que há poucas décadas a condição econômica da Coreia era comparável à brasileira e que as mudanças subsequentes têm relação direta com um bem- sucedido programa de universalização da educação básica. Enxergar o caminho, conhecer a direção, absolutamente não é o mesmo que o percorrer.

> *Um país que diz entender que educação representa exatamente a base e o princípio de todas as transformações que elevam as condições sociais e econômicas da população precisa, e urgentemente, entender que o discurso bonito não é nada além disso*

No Brasil, educação continua sendo tema preferencial de políticos que sobem nos palanques à procura de votos. Ênfase oportunista que absolutamente não se reflete na realidade que não transforma as escolas, que não transforma e valoriza os professores e assim não produz os resultados desejáveis na ponta. O acesso à educação de qualidade, aquela que poderia ser efetivamente transformadora, prossegue não sendo universal conforme está escrito na Constituição do País. Todos têm direito, em tese, mas as portas continuam fechadas e as que se encontram abertas não oferecem o necessário. Eis porque os indicadores a respeito, bem como as comparações com países mais adiantados, nos deixam para trás. E de longe.

Sim, evoluímos na comparação agora lembrada pelo IBGE. Parece muito, mas na realidade continua sendo muito pouco pelo menos enquanto imaginarmos que são possíveis comparações com a Coreia ou tomar aquele país como exemplo. O Brasil que tenta se colocar no futuro, que um dia se imaginou integrante do dito Primeiro Mundo, deve, em regime acelerado, passar, no que toca à educação, da teoria à prática. Ou o futuro continuará sendo apenas uma possibilidade.

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.
Av. Américo Vespúcio, 1.660
CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

Editora-Executiva
Luciana Montes

Editores
Alexandre Horácio — Rafael Tomaz
Clério Fernandes — Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral:	3469-2000
Administração:	3469-2004
Redação:	3469-2040
Comercial:	3469-2007

INDUSTRIAL

Gerência: Manoel Evandro	3469-2085
Departamento de Arte:	3469-2092



COMERCIAL
comercial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURAS (IMPRESSO + DIGITAL)
Semestral:
Belo Horizonte, Região Metropolitana............................. R$ 396,90
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Anual:
Belo Horizonte, Região Metropolitana............................. R$ 793,80
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Preço do exemplar avulso.. R$ 3,50
(+ valor de postagem)

ASSINATURAS
assinaturas@diariodocomercio.com.br





SETOR ENERGÉTICO

AXS aporta mais R$ 40 milhões no Estado

Empresa catarinense vai instalar outras três usinas de energia solar em Divinópolis, Iturama e Santa Rita de Caldas

LEONARDO MORAIS

A AXS Energia vai investir R$ 40 milhões na instalação de mais três usinas de energia solar em Minas Gerais. O montante faz parte de um novo projeto da empresa catarinense, que confirmou uma nova operação de longo prazo no Brasil, com a construção de 14 usinas avaliadas em US$ 31,3 milhões.

As cidades mineiras de Divinópolis, na região Centro-Oeste; Iturama, no Triângulo Mineiro; e Santa Rita de Caldas, no Sul do Estado, são as cidades mineiras contempladas com os empreendimentos. As novas usinas fotovoltaicas se enquadram na modalidade micro (com potência instalada até 75 quilowatts-hora / KWh) e minigeração distribuída (com potência acima de 75 KWh e menor ou igual a 3 megawatts-hora / MWh).

Com o novo investimento, a AXS, braço de energia renovável do Grupo Roca, totalizará dez usinas de energia solar conectadas em Minas Gerais. Segundo a empresa, a meta para os próximos anos é chegar a 35 usinas no Estado, capazes de gerar mais de 100 MWh em energia solar, mobilizando direta e indiretamente mais de 1,2 mil empregos.

Montante faz parte de um novo projeto da empresa catarinense, que confirmou nova operação de longo prazo no Brasil, com a construção de 14 usinas

DIVULGAÇÃO / AXS ENERGIA



Com novo investimento, AXS Energia totalizará dez usinas de energia solar conectadas em MG; meta é chegar a 35 usinas

Para o diretor comercial da AXS Energia, Eduardo Coutinho, as novas operações marcam um importante passo para expandir energia renovável no Brasil e em Minas Gerais. "Esta operação busca promover a energia limpa e sustentável, por meio da energia solar compartilhada, somando ainda com a geração de empregos e com a economia das regiões de operação das usinas", pontua.

Regulamentação brasileira - Os incentivos governamentais têm sido cruciais para a transição energética e o avanço do mercado de energia solar no Brasil. Entre as ações em destaque estão programas de compensação, redução das taxas de juros em financiamentos, além de outros benefícios fiscais, como a diminuição ou até mesmo a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em alguns estados, como Minas Gerais, por meio do Decreto 47.231/2017.

A ação principal, segundo a AXS, é o Programa Nacional de Energia Solar Fotovoltaica (Pronasolar), estabelecido a partir de uma legislação em 2018, por meio de linhas de crédito. Este programa incentiva grandes projetos a instalarem sistemas fotovoltaicos em residências, empresas e outras construções.

Grupo MTR investe em nova fábrica em Juiz de Fora

RODRIGO MOINHOS

O Grupo MTR pretende dobrar a produção de estruturas e equipamentos até 2025 com uma terceira fábrica em Juiz de Fora, na Zona da Mata. A produção atual é de 1,5GW em equipamentos solares comercializados e a previsão é de gerar 3GW em negócios com os equipamentos, assim que a produção for duplicada. A empresa é um dos maiores distribuidores e fabricantes de equipamentos para usinas de solo para Geração Distribuída (GD) de energia solar do País.

Com a implantação dessa nova planta, a empresa também tem como meta entrar no mercado de usinas de grande porte até 2025 e, para alcançar esse objetivo, está investindo R$ 50 milhões na nova unidade fabril. Do montante do aporte, R$ 30 milhões já foram destinados para a aquisição do terreno no Distrito Industrial de Juiz de Fora, e os outros R$ 20 milhões serão aplicados na aquisição de equipamentos e montagem da infraestrutura para funcionamento da nova unidade fabril.

De acordo com o CEO do Grupo MTR, Maurício Barros, o contrato de compra do terreno foi assinado em abril. "As obras de adequação para a operação da MTR em Juiz de Fora já se iniciaram e a previsão de término é no segundo semestre deste ano. A previsão de funcionamento da nova fábrica e do complexo fabril é também no segundo semestre deste ano, assim que a obra for concluída. Vamos produzir equipamentos como *tracker* e estruturas fixas para usinas solares", projetou.

A unidade terá como foco as estruturas, automação e *skid* para usinas de solo. Também será criado um complexo fabril e de estoque voltado para o mercado de energia solar e, com esse empreendimento, a expectativa é de gerar 400 novos postos de trabalho na região. "Esperamos dobrar a capacidade de fabricação de 5MW diários para 10MW de equipamentos e estruturas com a nossa nova planta e, com isso, esperamos ultrapassar a marca de 3GW em equipamentos solares comercializados até o final de 2025", afirmou Barros.

Ainda segundo o executivo, a expansão da produção trará benefícios econômicos para a região, gerando empregos e movimentando a economia local. "Estamos confiantes de que essa iniciativa contribuirá não apenas para o crescimento da empresa, mas também para o desenvolvimento sustentável do setor de energia solar no Brasil", avaliou.

O Grupo MTR tem como meta para este ano comercializar algo em torno de 2GW em equipamentos e já alcançou cerca de 40% ainda no primeiro quadrimestre de 2024. Foram vendidos 800MW, sendo 600MW de tracker solar e 200MW de estruturas fixas. O *tracker* é produzido pela MTR-Arcol que também se dedica à fabricação de estrutura fixa utilizados nas usinas de solo, garantindo segurança e rentabilidade aos projetos.

Segundo o executivo, com a regulamentação do mercado de energia solar mais flexível e acessível para investir, foi possível focar agora nas usinas de Geração Distribuída. "Onde antes não teríamos certeza de um retorno garantido, hoje já enxergamos que o investimento pode ter um retorno mais rentável e em menos tempo", afirmou.

Mercados - No momento, o foco da MTR é o mercado interno e os executivos estão estudando possibilidades para incrementar a atuação no mercado externo, principalmente, o latino-americano, onde já realizam alguns negócios. "O mercado interno representa 90% dos negócios, principalmente, com São Paulo, Minas, Mato Grosso e Rio de Janeiro. O mercado externo, que hoje representa 10% da nossa demanda geral e estamos com projeções de chegar a 30% no próximo ano. Os principais destinos são Colômbia e Chile", destacou.

De acordo com Barros, o Brasil ainda é um dos países que tem incentivado a produção de energia limpa. "Neste momento, como a regulamentação e incentivos dos governos em outros países ainda não está no nível que temos no Brasil, não enxergamos ainda uma perspectiva de investimento alto para o mercado externo", ponderou.

A maior novidade que a MTR trouxe esse ano foi a "Plataforma de Gerenciamento e Monitoramento" de usinas fotovoltaicas, desenvolvida pela TECSCI, divisão de Inteligência Artificial (IA) da MTR também em Juiz de Fora, focada em automação.

O foco do novo sistema é o aumento de geração de energia, através da aplicação da IA identificando falhas no menor tempo possível e apontando para a equipe a ação corretiva necessária e, com isso, aumentando o tempo de disponibilidade da planta. O sistema de monitoramento e gerenciamento de usina engloba todos os equipamentos que tenham suporte de comunicação via MODBUS TCP/IP, coletando informações, analisando histórico, prevendo dados futuros e alertando falhas dos equipamentos em tempo real, diminuindo o tempo de inatividade da usina.

unidas **Unidas Locadora S.A.**
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 45.736.131/0001-70 - NIRE 31300145786

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Unidas Locadora S.A.

A **Unidas Locadora S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em fase operacional, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida dos Andradas, nº 3.000, Salas 32 e 33, Edifício Boulevard Corporate Tower, bairro Santa Efigênia, CEP 30.260-070 ("Emissora"), convoca os titulares das debêntures da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Emissora ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da cláusula 9 do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Unidas Locadora S.A.*", firmado entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), a ser realizada em primeira convocação no dia 12 de Junho de 2024, às 11 horas, de forma presencial, na sede da Emissora localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida dos Andradas, nº 3.000, Salas 32 e 33, Edifício Boulevard Corporate Tower, bairro Santa Efigênia, CEP 30.260-070, com possibilidade de envio de instrução de voto de forma prévia nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte

Ordem Do Dia:

(I) a alteração das Cláusulas 6.2., alínea (xi) e 6.2.1.1 da Escritura de Emissão, modificando as disposições sobre o índice financeiro a ser observado no âmbito da Emissão, nos termos da proposta da administração disponibilizada pela Emissora em seu website (https://ri.unidas.com.br/) e site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) na mesma data da publicação deste Edital de Convocação ("Proposta da Administração"); e

(II) a inclusão de garantia fidejussória na modalidade de Fiança, a ser prestada no âmbito da Emissão, pela **Unidas Locações e Serviços S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta categoria "A", na CVM, em fase operacional, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Chede, nº 3.136, Cidade Industrial, CEP 81.170-220, inscrita no CNPJ sob o nº 75.609.123/0001-23, nos termos da Proposta da Administração, através da celebração do 3º aditamento à Escritura de Emissão ("3º Aditamento à Escritura de Emissão").

Informações Adicionais:

Informamos que está à disposição dos Debenturistas, na sede social da Emissora, nas páginas de relações de investidores da Emissora (https://ri.unidas.com.br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), a Proposta da Administração com o detalhamento das matérias que serão deliberadas na AGD ora convocada.

1. Participação na AGD:

Para participarem da AGD, que ocorrerá presencialmente, recomenda-se que os Debenturistas encaminhem à Emissora, para o e-mail tesouraria@unidas.com.br e juridico.unidas@unidas.com.br, com cópia, ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da AGD, cópia dos seguintes documentos:

(a) quando pessoa física, documento de identidade com foto do debenturista;

(b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, como última alteração do estatuto ou contrato social consolidados, conforme aplicável, ata de eleição da diretoria e documentos que comprovem a representação do debenturista, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is);

(c) quando fundo de investimento, estatuto/contrato social vigente do gestor do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); e

(d) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais, além dos documentos indicados nos itens anteriores, conforme o caso.

A participação do debenturista não será obstada caso os referidos documentos sejam apresentados, presencialmente, até o horário de início da AGD.

2. Instrução de Voto a Distância:

Os Debenturistas poderão exercer seu direito de voto de forma eletrônica por meio do preenchimento e envio, à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos tesouraria@unidas.com.br, juridico.unidas@unidas.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, preferencialmente, em até 2 (dois) dias antes da realização da AGD, a instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto disponibilizado no site da Emissora (https://ri.unidas.com.br/) ("Instrução de Voto a Distância").Para que a Instrução de Voto a Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto a Distância do debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, sendo aceitas as assinaturas por meio de plataforma digital; e (iii) o envio dos documentos indicados no item 1 acima.

Caso o debenturista participe da AGD por meio da plataforma digital, depois de ter enviado Instrução de Voto a Distância, poderá exercer seu voto diretamente na AGD e terá sua Instrução de Voto a Distância desconsiderada.

A Emissora permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito a presente convocação e à AGD.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2024
Unidas Locadora S.A.

LOCALIZA FLEET S.A.
CNPJ Nº 02.286.479/0001-08 - NIRE Nº 31300013014 - COMPANHIA ABERTA



Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15 de maio de 2024

Data, Horário e Local: 15 de maio de 2024, às 15h, virtualmente e na sede da Localiza Fleet S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo de Vasconcelos, nº 377, parte, bairro Cachoeirinha, CEP 31.150-000. **Presença:** Participantes os seguintes membros do Conselho de Administração: Eugênio Pacelli Mattar, Bruno Sebastian Lasansky e João Hilário de Ávila Valgas Filho. **Mesa**: Eugênio Pacelli Mattar, Presidente e Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino, Secretária. **Ordem do dia:** Discutir e deliberar sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia – período findo em 31 de março de 2024. **Assuntos tratados e deliberações tomadas por unanimidade**: **Informações financeiras intermediárias - período findo em 31 de março de 2024.** Tendo sido feitos os esclarecimentos solicitados e considerando a conclusão do relatório dos auditores independentes quanto à revisão das informações financeiras intermediárias, a ser emitido sem ressalvas, o Conselho aprovou os resultados do período findo em 31 de março de 2024, bem como sua divulgação respectiva ao mercado. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Sem mais deliberações, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata em meio magnético, para posterior aprovação pelos participantes. Para fins de certificação digital, a assinatura da documentação será realizada isoladamente pela Sra. Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino. **Certidão:** Declaro que esta é cópia fiel da Ata de Reunião do Conselho de Administração de 15 de maio de 2024, que se encontra transcrita no livro próprio, arquivado na sede social da Companhia, com a assinatura de todos os participantes. **Assinaturas:** Mesa: Eugênio Pacelli Mattar, Presidente; e Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino, Secretária. Membros do Conselho de Administração: Eugênio Pacelli Mattar, Bruno Sebastian Lasansky e João Hilário de Ávila Valgas Filho. Belo Horizonte, 15 de maio de 2024. Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino - **Secretária.**

ENERGISA TRANSMISSORA DE ENERGIA IV S.A.
(denominação social alterada, conforme descrito abaixo para Energisa Maranhão Transmissora de Energia I S.A.)
- Companhia Fechada -
CNPJ/MF: 51.012.309/0001-32 - NIRE: 31300156010



Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Energisa Transmissora de Energia IV S.A. ("Companhia"), realizada em 03 de abril de 2024, lavrada na forma de sumário.

1. Data, hora e local: Aos 03 dias do mês de abril de 2024, às 13:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Praça Rui Barbosa, nº 80 (parte), na Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais. **2. Convocação e Presenças**: Dispensada na forma do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas no "Livro de Presença de Acionistas". **3. Mesa:** Presidente, o Sr. Maurício Perez Botelho, e Secretária, a Sra. Jaqueline Mota F. Oliveira. **4. Deliberações:** Pela única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: 4.0.1 Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia em forma de sumário nos termos do art. 130 e seus §§, da Lei nº 6.404/76. 4.1.2 Aprovar a alteração da denominação social da Companhia que passa a ser denominada como "**Energisa Maranhão Transmissora de Energia I S.A.**". 4.1.3 Tendo em vista a deliberação prevista no item 4.1.2 acima, aprovar a alteração do *caput* artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 1º** Energisa Maranhão Transmissora de Energia I S.A. é uma companhia fechada regida pelo presente Estatuto e pelas leis vigentes, tendo sua sede e foro no município de Cataguases, Estado de Minas Gerais, na Praça Rui Barbosa, nº 80, parte, CEP 36.770-901 ("Companhia")."* 4.1.4 Aprovar a alteração do objeto social da Companhia e consequentemente alterar o artigo 2° do Estatuto que passa a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto social explorar concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação e exploração das instalações de transmissão de energia elétrica compostas por linhas de transmissão e subestações localizadas no estado do Maranhão e Piauí, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor".* 4.1.5 Aprovar a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia que passará a vigora com a redação constante do Anexo I a esta ata. 4.1.6 Tendo em vista as alterações estatutárias aprovadas, consignar a destituição de todos os Diretores da Companhia eleitos na Assembleia Geral de Constituição datada de 24 de junho de 2022 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 12 de junho de 2023 sob o nº 31300156010. 4.1.7 Tendo em vista a deliberação prevista no item 4.1.6, aprovar a eleição da nova composição da Diretoria da Companhia que encontra-se composta pelos seguintes membros, todos com mandato até 30 de abril de 2025: Srs. (i) **Gabriel Mussi Moraes**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da carteira de identidade nº 133295477, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 104.684.287-04, com endereço comercial na cidade e estado do Rio de Janeiro, com escritório na Praia de Botafogo, n° 228, 13º andar, Botafogo, CEP: 22.250-906, no cargo de Diretor Presidente; (ii) **Maurício Perez Botelho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 04066824-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 738.738.107-00, com endereço comercial na cidade e estado do Rio de Janeiro, com escritório na Praia de Botafogo, n° 228, 13º andar, Botafogo, CEP: 22.250-906, no cargo de Diretor Administrativo; (iii) **Gioreli de Sousa Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº M-2880257, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 478.673.706-25, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, com escritório na Praia de Botafogo, nº 228, 13° andar, Botafogo, CEP: 22.250-906, no cargo de Diretor sem designação específica; e (iv) **Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi**, brasileiro, casado sob regime da comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade n° 066060906, expedida pelo SESP-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 094.859.637-69, com endereço comercial na cidade e estado do Rio de Janeiro, com escritório na Praia de Botafogo, n° 228, 13º andar, Botafogo, CEP: 22.250-906, para o cargo de Diretor de Transmissão. 4.1.8 Os Diretores eleitos declaram que (i) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; (ii) não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornem inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta, conforme estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada, estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, na forma do inciso I do §3º do art. 147 da Lei das S.A.; (v) não tem nem representa interesse conflitante com o da Companhia, na forma do inciso II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.; (vi) não são pessoa exposta politicamente; e (vii) atendem aos requisitos de indicação como membros da administração previstos na "Política de Indicação e Remuneração", aprovada pelo Conselho de Administração da Energisa S.A., acionista controlador indireto da Companhia, em reunião realizada em 25 de outubro de 2023, consoante Doc. 1 que, numerados e autenticados pela mesa, ficam arquivados na Companhia. 4.1.9 Autorizar a assinatura do contrato de concessão para a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão no Estado do Amazonas referente ao Lote 12 (doze) do Leilão nº 002/2024-ANEEL ("Leilão"), conforme apresentação realizada pelo Diretor Presidente Gabriel Mussi Moraes. 4.1.10 Aprovar a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários para realizar a auditoria independente da Companhia. **5. Aprovação e Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, e depois lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: as) Maurício Perez Botelho – Presidente; as) Jaqueline Mota F. Oliveira – Secretária; **Acionista**: Energisa Transmissão de Energia S.A. - Acionista representada pelos diretores Gabriel Mussi Moraes e Mauricio Perez Botelho. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia. Jaqueline Mota F. Oliveira - Secretária. Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa Energisa Maranhão Transmissora de Energia I S.A., de NIRE 3130015601-0 e protocolado sob o número 24/224.170-1 em 05/04/2024, encontra-se registrado na JUCEMG sob o número 11638422, em 16/04/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Zulene Figueiredo. Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim.

ECONOMIA PARA TODOS

Concentração, riscos ou lucro: o que explica o *spread* bancário no País?



GUILHERME ALMEIDA*

O *spread* bancário no Brasil tem sido um tópico de discussão há muito tempo, e com razão: o País possui o segundo maior *spread* do mundo, atrás apenas de Madagascar. Mas o que é exatamente o *spread*? Basicamente, é a diferença entre a taxa que os bancos cobram ao emprestar dinheiro e a taxa que pagam aos clientes pelos depósitos. Em outras palavras, é uma espécie de 'margem de lucro dos bancos'.

Para se ter uma ideia, em comparação com cerca de cem países listados no Banco Mundial, o *spread* no Brasil é seis vezes maior que a média mundial e até mesmo mais alto do que em países que estão em guerra. Isso significa que os bancos brasileiros cobram muito caro pelos empréstimos que oferecem, o que levanta questionamentos sobre a eficiência e a competitividade do nosso sistema financeiro.

Há várias razões para essa situação. Primeiramente, existe o risco associado às operações bancárias no Brasil. Com uma economia instável e sujeita a flutuações, os empréstimos se tornam mais arriscados, e os bancos aumentam as taxas de juros para compensar esse risco. Além disso, os bancos têm custos operacionais elevados. Custos que contemplem funcionários, investimentos em tecnologia e infraestrutura, burocracias, impostos e adequações às legislações locais são compartilhados com os clientes por meio de taxas e *spreads* mais altos.

Segundo a Febraban, a federação que representa os bancos brasileiros, os principais motivos para os *spreads* bancários elevados seriam os altos custos da intermediação financeira, especialmente a inadimplência e os impostos. Eles argumentam que mesmo se os bancos não tivessem lucro algum, o *spread* bancário cairia muito pouco.

Um fator bastante questionado é a concentração bancária. O Banco Central já falou sobre este tema, isto é, sobre a importância da falta de concorrência para os *spreads* bancários. Em um estudo chamado "Concentração, Concorrência e Custo de Crédito", publicado no relatório de economia bancária de 2018, eles sugerem que o poder de mercado dos bancos, que está relacionado à falta de concorrência, seria responsável por apenas 7,3% do *spread* médio da amostra utilizada no estudo.

> "Spreads bancários altos têm consequências negativas para a economia. O alto custo do crédito desestimula o consumo, os investimentos e a inovação tecnológica, prejudicando o desenvolvimento econômico e o bem-estar das famílias"

Outros estudos, porém, revelam que o cenário não é bem este. O artigo "Dispersion in financingcostsanddevelopment", por exemplo, elenca que a inadimplência contribui significativamente para as variações nos *spreads* bancários, mas não é o fator principal. Já o estudo "Bank competition, costofcreditandeconomicactivity: evidencefromBrazil", destacou a importância da concorrência. Ele destaca que fusões e aquisições de bancos nacionais têm um impacto substancial nos *spreads*. Por exemplo, a redução de quatro para três bancos em um mercado local aumenta os *spreads* em 16% e reduz o volume de crédito em 17%. O estudo também sugere que, se os *spreads* no Brasil fossem reduzidos para a média mundial, o volume de crédito aumentaria em 40%. Portanto, a alta concentração no mercado de crédito é um fator crucial para os elevados *spreads* bancários no Brasil. A realidade, porém, é que quase 80% do mercado de crédito está concentrado em cinco grandes bancos.

Spreads bancários altos têm consequências negativas para a economia. O alto custo do crédito desestimula o consumo, os investimentos e a inovação tecnológica, prejudicando o desenvolvimento econômico e o bem-estar das famílias. É fácil entender: se o crédito fosse mais barato no Brasil, poderíamos produzir muito mais do que produzimos atualmente.

Para resolver esse problema, uma abordagem seria incentivar uma competição mais acirrada. Precisamos de um mercado financeiro com mais instituições para ter mais opções e preços melhores (*spreads* menores). Regulamentações que dificultam a entrada de novas empresas precisam ser revistas. Nesse sentido, o Banco Central já deu alguns passos importantes, especialmente com a implementação das ações em sua agenda BC+. Porém, ainda há muito a ser feito para garantir um mercado mais competitivo. Afinal, isso beneficia a todos: consumidores, empresas e a economia como um todo.

**Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG.Redes Sociais - Instagram: @guilherme.certifiquei / Linkedin: https://www.linkedin.com/in/guilherme-almeida-economista*

FÁBIO ORTOLAN / ACMINAS



Pedro Bruno Barros de Souza participou de reunião do Conselho Empresarial de Infraestrutura e Logística da ACMinas

INFRAESTRUTURA

Obras do Rodoanel devem começar em junho de 2025

Apesar do atraso, governo estadual pretende adiantar conclusão do projeto

RODRIGO MOINHOS

As obras do Rodoanel Metropolitano devem ser iniciadas em junho de 2025, afirmou o secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra), Pedro Bruno Barros de Souza, durante evento na Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas) nesta quarta-feira (22). A previsão inicial era que a implantação começasse no segundo semestre deste ano. Por outro lado governo trabalha para antecipar a conclusão do projeto em um ano.

O projeto, que terá investimento da ordem de R$ 5 bilhões, encontra-se na fase de elaboração do Projeto Executivo, análise da Licença Prévia pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) e processo de desapropriação. A nova via passará por Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Contagem e Betim.

Do total que será investido no Rodoanel, R$ 3,072 bilhões são recursos provenientes do acordo de reparação pelo rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho.

Souza esteve reunido com o Conselho Empresarial de Infraestrutura e Logística da ACMinas para apresentar o projeto do Rodoanel, além de investimentos em infraestrutura no Estado.

De acordo com o secretário, na última década foram investidos apenas R$ 300 milhões por ano em infraestrutura. "No ano passado começamos com a retomada dos investimentos e foram cerca de R$ 1,5 bilhão aportados em infraestrutura. Para este ano já são R$ 2 bilhões de dinheiro público e mais R$ 2 bilhões de capital privado, através de concessões", comparou.

> "Esperamos que, ao invés de 2029, quando é o prazo de conclusão, o Rodoanel Metropolitano seja concluído em 2028. Nossa meta é ver essa rodovia, que vai começar do zero, em pleno funcionamento"

De acordo com Souza, atualmente, Minas Gerais tem seis concessões em funcionamento e a previsão é que sejam feitas mais cinco até o próximo ano. "Somente a Provias, completou dois anos e está com 64 obras concluídas. Com o Rodoanel, que será a principal obra da RMBH da história, esperamos que venha a impactar não apenas na mobilidade, mas ofereça mais segurança, desenvolvimento e oportunidades, além de menor tempo de deslocamento", enumerou.

Além disso, com impacto direto na região, o Rodoanel visa criar um corredor logístico eficiente de forma a fornecer segurança e fluidez ao tráfego comercial, disse o secretário na ACMinas. "Com isso, o Produto Interno Bruto (PIB) da RMBH deverá crescer entre 7% e 13%, a produção entre 0,8% e 1,3%, o que irá gerar mais de R$ 500 milhões em Imposto Sobre Serviços (ISS) para os municípios interceptados e mais de 10 mil empregos gerados durante a sua implantação", salientou.

A implantação do Rodoanel Metropolitano prevê aproximadamente 70 quilômetros de rodovia em pista dupla classe 0, cerca de 49 obras de artes especiais como viadutos e túneis, 100% *freeflow* – com sistema de pagamento automático de pedágio, serviço de atendimento ao usuário, controle total de acessos / alta mobilidade e 8 interseções e 2 acessos simples. "O Rodoanel Metropolitano vai tirar cerca de 5 mil caminhões por dia do Anel Rodoviário, levando consigo o fluxo pesado e com toda tecnologia de ponta", afirmou.

Antecipação - Para o secretário, será um projeto que trará muitos impactos positivos e tem uma força-tarefa atuando para que, inclusive, ela saia antes do papel e possa virar realidade. "Esperamos que, ao invés de 2029, quando é o prazo de conclusão, o Rodoanel Metropolitano seja concluído em 2028. Nossa meta é ver essa rodovia, que vai começar do zero, em pleno funcionamento", projetou.

Para o presidente do Conselho Empresarial de Infraestrutura e Logística da ACMinas, Luiz Antônio Athayde, o Rodoanel certamente é um tema que voltará à pauta do Conselho. "Queremos acompanhar de perto o início dessa obra que trará benefícios para toda a população da RMBH e de Belo Horizonte. Por isso, queremos estar pari passu com o governo do Estado para melhor reverberar o projeto e fazer com que o contorno metropolitano ganhe os corações e as mentes das pessoas", destacou.

DÍVIDAS

Inadimplência das empresas tem alta

LEONARDO LEÃO

As empresas mineiras registraram alta de 7,6% na inadimplência no primeiro trimestre deste ano, índice acima do observado no mesmo período de 2023 (6,91%). De acordo com levantamento da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH) com base nos dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), o valor médio devido em março era de R$ 6.409,24.

O relatório da instituição ainda aponta, na comparação com o registrado no mês anterior, um avanço de 6,71% no número de CNPJs negativados no Estado, e também um aumento na quantia média devida, que em fevereiro era de R$ 6.339,70.

O presidente da CDL-BH, Marcelo de Souza e Silva, relata que as empresas mineiras têm apresentado, desde 2022, um crescimento constante no valor médio das dívidas. "Esse crescimento é atribuído à alta taxa de juros, que resulta em um encarecimento das dívidas e dificulta possíveis negociações", explica.

Ele também aponta alguns fatores que podem ter contribuído para a inadimplência das empresas em Minas Gerais. Dentre eles, estão a falta de uma gestão eficiente de fluxo de caixa em curto prazo, somada a fatores sazonais como a queda nas vendas, atraso no recebimento de pagamentos de clientes ou aumento nos custos operacionais. Tudo isso pode ter afetado a capacidade de pagamento dessas empresas.

Setores - O estudo da CDL-BH também revelou que a Agricultura foi o setor com o maior registro de CNPJs no cadastro de inadimplentes no primeiro trimestre de 2024, com 19,54% do total. Em janeiro, o índice era de 18,5% e, em fevereiro, já representava 18,74% das companhias mineiras. O setor também apresentou o maior valor médio devido, com R$ 8.095,65.

Enquanto isso, as empresas do setor de comércio encerraram o período com redução na inadimplência, passando de 4,74%, em janeiro, para 3,5% em março. Vale ressaltar que esse indicador chegou a 2,31% em fevereiro deste ano. O valor médio devido ficou em R$ 7.212,07.

Souza e Silva explica que o fato desse segmento atuar, em sua maioria, com transações de curto prazo, possibilita que as empresas tenham dinheiro em caixa de forma mais rápida, reduzindo as chances de contas em atraso.

"De fevereiro para março notamos um aumento do registro de negativados, que pode ser atribuído a uma combinação de condições econômicas adversas como pressões sazonais, aumento dos custos operacionais, redução do consumo e possíveis desafios contínuos relacionados à pandemia", pontua.

A economista da CDL-BH, Ana Paula Bastos, destaca que mesmo com um alto valor médio devido, o comércio vem apresentando redução no número de empresas registradas como inadimplentes. "Isso significa que a atividade vem se mostrando resiliente frente às mudanças econômicas como programas de renegociação de dívidas e redução da Selic", avalia.

No caso da Indústria, a trajetória da inadimplência foi de 4,62% em janeiro, 2,67% em fevereiro, e 3,87% em março. A quantia média devida fechou em R$ 6.833,63 no final do trimestre. Já nas empresas mineiras do setor de Serviços, o indicador foi de 7,53% em janeiro, 5,06% em fevereiro, e 5,39% em março. O setor ainda apresentou o valor médio devido mais baixo no estudo, com R$ 6.184,21.

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.



SUPERMERCADOS

Vendas cresceram 2,71% no primeiro trimestre em Minas

Fatores sazonais e melhora em indicadores econômicos impulsionam o setor

DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

Projeção do setor supermercadista é crescer 3% neste ano

THYAGO HENRIQUE

As vendas dos supermercados de Minas Gerais cresceram 2,71% no primeiro trimestre de 2024. É o que aponta o Índice de Consumo dos Lares Mineiros, pesquisa feita pela Associação Mineira de Supermercados (Amis) com empresas de todos os portes e de todas as regiões do Estado. O crescimento representa uma aproximação das projeções da entidade para todo o ano, de 3%.

De acordo com o levantamento, os supermercados da Zona da Mata foram os que apresentaram o maior aumento de consumo no período, com alta de 4,09%. A região Sul registrou a segunda maior elevação, com 3,69%, seguida pelo Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com 3,31%.

O setor supermercadista das demais regiões do Estado também tiveram expansão nas vendas, segundo a Amis. Os incrementos foram os seguintes: Norte/Noroeste, com 2,50%, Rio Doce/Mucuri/Jequitinhonha, com 2,32%, Central, com 2,31% e Centro-Oeste, com 2,17%.

Vale dizer que o Índice de Consumo dos Lares Mineiros é deflacionado pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa também apontou crescimento na demanda das famílias nos supermercados de Minas Gerais no mês de março. Em relação ao mesmo intervalo do ano passado, o aumento foi de 4,18%. Frente a fevereiro, o consumo nas empresas do setor no Estado cresceu 10,38%.

Dentre as regiões, a Zona da Mata apresentou o melhor desempenho tanto no confronto interanual, com avanço de 6,26%, quanto no comparativo mensal, com incremento de 11,73%.

Por outro lado, ainda que positivas, a menor variação na passagem do segundo para o terceiro mês de 2024 ficou com as regiões Central e Rio Doce/Mucuri/Jequitinhonha, ambas com 2,70%. Enquanto a pior performance na comparação com março de 2023 foi vista na região Norte/Noroeste, com aumento de 7,25% nas vendas dos supermercados, conforme a Amis.

Fatores - O aumento da demanda do setor supermercadista está relacionado a alguns fatores, entre eles, o calendário deste ano. No caso da alta mensal, a Associação Mineira de Supermercados destaca que março teve 31 dias e fevereiro somente 29, além do fato de ter sido cinco finais de semanas 'cheios', contra quatro, o que faz diferença no resultado. A entidade ressalta que, adicionalmente, a Semana Santa/Páscoa ocorreu inteiramente em março, motivando maior procura nas lojas.

O economista e colunista do DIÁRIO DO COMÉRCIO Guilherme Almeida relembra que no primeiro trimestre ainda teve o Carnaval, que movimenta bastante a demanda dos supermercados, especialmente de bebidas. Ele reitera que o crescimento das vendas também tem relação com os bons resultados dos indicadores de emprego e renda, visto que há mais renda circulando com a queda no desemprego e, consequentemente, mais propensão de consumo das famílias.

Perspectivas - Quanto aos próximos meses, o especialista pondera que existem pontos que podem influenciar tanto negativamente quanto positivamente as vendas dos supermercados de Minas Gerais.

Do lado positivo, Almeida elenca a continuidade do processo de melhoria do mercado de trabalho em termos de qualidade de emprego e a perspectiva da taxa de juros (Selic) continuar caindo nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC).

"E nos efeitos negativos, a meu ver, o principal impacto são os efeitos climáticos. Nós tivemos um impacto muito forte do El Niño até pouco tempo atrás. Tivemos também os efeitos climáticos no Rio Grande do Sul que vão impactar, de fato, diversos itens como a próprio arroz, trigo e aveia, o que tende a exercer o impacto inflacionário", ressalta o economista.

INDÚSTRIA

Confiança do empresário fica estável

JULIANA SODRÉ

Os industriais mineiros permanecem confiantes pelo 16º mês consecutivo. O resultado foi constatado após o Índice de Confiança do Empresário Industrial de Minas Gerais (Icei-MG) manter-se estável em maio, registrando 50,4 pontos, a mesma marca de abril. Entretanto, a proximidade do índice com a linha de 50 pontos – que separa a falta de confiança da confiança – mostra que o otimismo está moderado.

Apesar do baixo entusiasmo, alguns fatores têm contribuído para a estabilidade da confiança mais uma vez. Na avaliação da economista da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Daniela Muniz, o cenário mostra a resiliência do mercado de trabalho, a redução gradual das taxas de juros, a desaceleração da inflação e as perspectivas favoráveis para o consumo das famílias, advindas da concessão do aumento real do salário mínimo, o que contribui para aumentar o poder de compra e o consumo.

"Embora as concessões monetárias sejam ainda restritivas, a gente já verifica um afrouxamento monetário para o mercado de crédito, bem como sinais de maior concessão para algumas famílias", comenta.

Por outro lado, se compararmos os dados com o Icei de maio de 2023, quando o índice registrou 50,6 pontos, houve recuo de 0,2 ponto, situando-se 0,9 ponto abaixo da média histórica de 51,3 pontos para o mês. E analisando o cenário nacional, o Icei apresentou avanço de 0,7 ponto, subindo de 51,5 pontos em abril para 52,2 pontos em maio. A alta mostra uma confiança um pouco mais intensa e disseminada entre os empresários brasileiros.

Cautela - Na visão da economista da Fiemg, a confiança não decola nem para os empresários mineiros e nem para os brasileiros. Ela atribui a estabilidade ao fato de ainda existir fatores que estão sugerindo cautela dos empresários. Na análise de Daniela Muniz, ainda é preciso persistência na busca de políticas econômicas que reduzam o endividamento público nos próximos anos e em ações que atuem nas reformas que aumentem o potencial de crescimento do País.

"Para mim, o principal ponto são as contas públicas. Porque mesmo a arrecadação melhorando no curto prazo (fazendo referência aos avanços da reforma tributária), o principal obstáculo do equilíbrio fiscal, é o comportamento das despesas e elas continuam elevadas", analisa.

Na percepção da economista, os empresários têm dúvidas sobre a disposição do governo para contingenciar despesas e os dados têm mostrado que elas têm aumentado. "Essa incerteza, somada ao equilíbrio das contas públicas, acaba afetando as expectativas de inflação e a percepção de risco-país e isso acaba limitando o processo de queda dos juros. A gente viu na última reunião, inclusive, que já houve redução menor da taxa de juros. O Banco Central já sinaliza uma preocupação de segurar um pouquinho o freio do afrouxamento monetário", comenta.

Adicionado a essas questões, ela ressalta que também haverá os impactos da tragédia do Rio Grande do Sul. "A atividade industrial gaúcha foi muito afetada. Nove em cada dez empresas do estado estão em cidades atingidas pelas enchentes. Isso vai acabar tendo algum efeito e a preocupação maior é o efeito inflacionário", conclui.

O componente de condições atuais atingiu 45,8 pontos em maio, permanecendo abaixo dos 50 pontos pelo 18º mês consecutivo, o que reflete percepção negativa dos empresários em relação às condições econômicas do Brasil e de Minas Gerais, bem como dos seus próprios negócios.

Já o componente de expectativas marcou 52,7 pontos em maio, indicando otimismo para os próximos seis meses. "A combinação desses dois componentes, um que melhorou um pouco e o outro que piorou, acaba refletindo a estabilidade no índice de confiança neste mês", conclui a economista Daniela Muniz.

SINDICATO DOS PERMISSIONÁRIOS AUTÔNOMOS DO TRANSPORTE SUPLEMENTAR DE PASSAGEIROS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE/MG – SINDPAUTRAS.
51ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – AGE

Pelo presente instrumento, na qualidade de representante legal do **SINDICATO DOS PERMISSIONÁRIOS AUTONOMOS DO TRANSPORTE SUPLEMENTAR DE PASSAGEIROS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – MG,** inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o número 06.113.248/0001-45 e 06.113.248/0002-26, o Presidente, Sr. Júlio César Guimarães, convoca a todos os permissionários do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte, integrantes do **FUNDO DE AMPARO A PERDAS DE GRANDE MONTA - FAPGM,** para participarem, de forma digital e remota, utilizando-se da plataforma Google Meet, no dia 04 de junho de 2024, terça-feira, da 51ª Assembleia Geral Extraordinária, cujo acesso será concedido mediante o link: https://meet.google.com/ury-gsfu-aim. Para fins de quórum, a primeira convocação terá início, pontualmente, às 08h30min, exigindo-se a presença de 2/3 de seus membros para deliberar sobre os assuntos constantes da ordem do dia. Caso este quórum não seja alcançado, fica estabelecida a segunda convocação para as 09h00min, com exigência de 50% (cinquenta inteiros por cento) de seus membros. Por fim, em terceira e última convocação, impreterivelmente, às 09h30min, sendo considerada válida com a presença de qualquer número de integrantes presentes para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FAPGM REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2022 ATÉ A DATA DA ASSEMBLEIA, VOTAÇÃO;**
- **COMUNICAÇÃO DE DESLIGAMENTO DOS PARTICIPANTES CONFORME SOLICITAÇÕES;**
- **ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DOS PARTICIPANTES DO FAPGM.**

NOTA: ► Para efeito de quórum na Assembleia Geral Extraordinária, declara-se que o número de permissionários integrantes do **FUNDO DE AMPARO A PERDAS DE GRANDE MONTA – FAPGM**, nessa data, é de **232 (duzentos e trinta e dois)**, sendo que todos terão direito a voto.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2024.
JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES - Presidente

11ª VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE – Edital de Citação. Comarca de Belo Horizonte/MG. Prazo de 20 dias. A Dra. Cláudia Aparecida Coimbra Alves, MM Juíza de Direito da 11ª Vara Cível, na forma da Lei. Etc Faz saber a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria tramita os autos da PROCESSO COMUM Processo eletrônico número 5050016.26.2021.8.13.0024, proposta por Rohr S.A. Estruturas Tubulares, CNPJ: 61.480.380/0005-27 em face de Suporte Pinturas e Serviços Eireli-EPP, CNPJ: 07.377.449/0001-12. Alega a autora que é empresa prestadora de serviço auxiliar da construção civil, executando montagem, desmontagem e locação de equipamentos . Celebrou com a ré o contrato de nº 21.763, referente à locação de 01 (um) andaime Kibloc para trabalho no telhado de um galpão, especificamente para obra denominada REFORMA TELHADO - VOTORANTIM. Para dar cumprimento ao avençado a autora remeteu o equipamento de sua propriedade, entretanto a ré deixou de adimplir com suas obrigações contratuais, deixando de pagar o valor de R$ 83.238,01. A Ré foi devidamente cientificada para proceder ao pagamento do débito, através de diversos contatos telefônicos e mensagens trocadas, sob pena de propositura de ações judiciais cabíveis. No mais, todas as tratativas visando uma composição amigável restaram-se infrutíferas. Deu-se à causa o valor de R$ 236.234,64. Estando o Requerido Suporte Pinturas e Serviços Eireli-EPP, CNPJ: 07.377.449/0001-12 em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital de citação do mesmo, para querendo, no prazo de 15 dias contestar a ação, sob pena de revelia. No caso de revelia do Réu será nomeado Curador Especial. Para conhecimento de todos os interessados o presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Belo Horizonte, 24/04/2024. K-23e24/05

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

FRAZÃO Leilões

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10181445504, firmado em 14/02/2023, no qual figuram como fiduciante(s) **ELTON JOSE DE AVELAR,** brasileiro, solteiro, maior, contador, RG MG nº 6.575.793 SSP/MG, CPF/MF nº 979.421.896-00, residente e domiciliado em Ribeirão das Neves/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 17/06/2024, às 16h30min, na Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP,** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 456.144,35** (Quatrocentos e cinquenta e seis mil cento e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por: " Imóvel localizado na Avenida Ribeirão das Neves, nº 95, bairro Sevilha, com área construída de 166,83m², edificada no lote 24 da quadra 149, com as seguintes características gerais: A casa é composta por 2 varandas, 01 sala, 01 circulação, 01 cozinha, 01 copa, 01 varanda gourmet, 01 área de serviço, 01 banheiro social, 02 dormitórios e 01 suíte com 01 banheiro privativo(Av.02), com área de 360,00m²". **Inscrição Municipal:** 057281.2.0055761-95. **Imóvel objeto da matrícula nº 55.761 do Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão das Neves/MG**. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **28/06/2024, às 16h30min,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 470.118,49** (Quatrocentos e setenta mil cento e dezoito reais e quarenta e nove centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (BP 2737-01)

AVISO DE LICITAÇÃO
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 112 / **Ano**: 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.2431.0166336/2023-20
Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de engenharia de avaliação da conformidade dos projetos estruturais de concreto armado quanto às normas NBR 6118/23 e outras complementares e específicas, para edificações destinadas ao uso do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 11/06/2024**.
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 11/06/2024**.
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, BH/MG, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8190 / 8233 / 9464, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 22 de maio de 2024.
Dariana Augusta de Toledo Patrocínio Ruiz
Coordenadora em exercício da Diretora de Gestão de Compras e Licitações

50° LEILÃO MARCO GRILLI
LEILOEIRA: Luiza Cardoso JUCEMG 1288.
Dia 23,24 e 25 de Maio às 19h
marcogrilli.com.br
Exposição dos lotes na loja 9h às 18h.
R: Marília de Dirceu 56 BH.

DOMINGOS COSTA INDÚSTRIAS ALIMENTICIAS S/A
CNPJ 17.159.518/0001-75
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam os senhores acionistas da Domingos Costa Indústrias Alimentícias S/A convocados na forma dos artigos 123/124, da Lei Federal 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a teor do parágrafo único do art. 131 da mesma Lei.
A Assembleia será realizada às 8:00 horas do dia 03 de junho de 2024 em primeira convocação, e as 8:15 horas em segunda convocação, na sede da Empresa, a Praça Louis Ensch, 160, Cidade Industrial, Contagem, Minas Gerais, com a seguinte ordem do dia:
I - Aprovar o Protocolo e Justificações da incorporação da INDÚSTRIA E COMÉRCIO JOSÉ DE PAULA S/A firmado em 21 de maio de 2024;
II - Decidir a incorporação do acervo da INDÚSTRIA E COMÉRCIO JOSÉ DE PAULA S/A.
Contagem, 21 de maio de 2024.
PATRICIA MACEDO COSTA
Diretor Presidente

COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG. EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE VINTE DIAS. O Dr. CARLOS JOSE CORDEIRO, Mm. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e respectiva Secretaria, processam-se os termos e atos da ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, autos nº 5012108-35.2021.8.13.0702, requerida por FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS BIZCAPITAL EMPIRICA PME em face de NASCIMENTO M. CAETANO GESSO - ME e outros. Narra o autor que tornou-se legítimo credor do(s) Executado(s) de quantia líquida, certa e exigível em decorrência do inadimplemento das obrigações previstas na Cédula de Crédito Bancário nº AR736355-000. E como os Executados não foram encontrados para citação, é o presente Edital expedido com a finalidade de CITAR e chamar os executados NASCIMENTO M. CAETANO GESSO - ME e NASCIMENTO MANOEL CAETANO, para os termos e atos da supracitada ação e para efetuar o pagamento da quantia de R$ 131.652,64 (cento e trinta e um mil seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), referente ao principal, acessórios e 10% sobre o valor da execução, no prazo de 03 (três) dias. Sabendo que no caso de integral pagamento, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade. Poderá, ainda, caso queira, opor à execução por meio de Embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias. Assim, para conhecimento de todos, especialmente do (a/s) interessado (a/s), expediu-se o presente edital que será afixado no lugar público de costume e publicado uma vez no "Diário do Judiciário - Minas Gerais" e, ainda, deverá, necessariamente, ser publicado pela parte autora em jornal local, a teor do art. 257, parágrafo único, do CPC, a fim de conferir ampla publicidade ao ato. Uberlândia, data da assinatura eletrônica. Eu,(a) (Michele Boaventura Oliveira), Oficial de Apoio Judicial, o digitei, subscrevi (a). CARLOS JOSÉ CORDEIRO. Juiz de Direito Titular (assinatura eletrônica).

HATCH DO BRASIL LTDA.
CNPJ/MF nº 04.036.170/0001-87 - NIRE 31.210.772.501
DISTRATO SOCIAL

Hatchcos Holdings Ltd., sociedade existente de acordo com as leis de Alberta, Canadá, com sede em 700, 840 - 7 Avenue SW, Calgary, T2P 3G2, CNPJ/MF nº 23.402.940/0001-02, por seu procurador, **Felipe Garcia de Souza**, CPF/MF nº 282.676.938-31, única sócia da **Hatch do Brasil Ltda.**, com sede na Rua Maria Luiza Santiago, 200, 19º andar, sala 1.901, Edifício Century Tower, CEP 30360-740, em Belo Horizonte/MG, CNPJ/MF nº 04.036.170/0001-87, com seu Contrato Social arquivado pela JUCEMG sob NIRE 31.210.772.501 ("Sociedade"), promove o Distrato Social nos seguintes termos: **1. Dissolução:** Aprova a extinção da Sociedade, por não mais ter interesse em sua continuação. **2. Liquidação:** Ratifica as providências e atos já praticados por sua administração visando à liquidação e encerramento da Sociedade, e outorga poderes à **Hatch Consultoria em Projetos Ltda.**, CNPJ/MF nº 36.251.460/0001-30 ("Liquidante"), para representar a Sociedade na prática de todos os atos necessários à formalização de seu encerramento, assumindo as obrigações legais dos artigos 1.102 a 1.109 do Código Civil. Em cumprimento ao que estabelece a legislação aplicável, os administradores da Liquidante, os Srs. **Heuser Coelho Ribeiro**, CPF/MF n° 000.419.766-65, e **Kezer Marcus Morais de Almeida**, nº 538.909.656-87, declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer as atividades para as quais foram indicados por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, ou sob pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **3. Inexistência de Importância a Repatriar:** Não existem ativos a serem realizados e passivos a serem liquidados pela Sociedade, inexistindo, por consequência, qualquer importância a ser repatriada por força da liquidação da Sociedade. **4. Responsabilidade por Ativos e Passivos Remanescentes:** Assume integral responsabilidade por eventuais ativos e/ou passivos da Sociedade porventura remanescentes. **5. Guarda e Conservação de Livros e Documentos:** A Liquidante será a responsável pela guarda e pela conservação dos documentos da Sociedade pelo prazo prescricional aplicável. **6. Quitação:** A única sócia e a Sociedade dão-se, a mais ampla, geral, plena e irrevogável quitação, para nada mais reclamarem uma da outra. **7. Extinção da Sociedade:** Declara extinta a Sociedade mediante o arquivamento do Distrato Social pela JUCEMG. **8. Publicação:** O Distrato Social será publicado em forma de extrato no DOEMG e em jornal de grande circulação. As partes assinaram o Distrato Social em 3 vias, na presença de 2 testemunhas. Belo Horizonte, 08.05.24. JUCEMG nº 11681799, em 06.05.24. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Aviso ADIAMENTO de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o adiamento do PREGÃO Nº 094/2024. Objeto: Aquisição de hortifrutigranjeiros para uso na Merenda Escolar. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 10/05/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. NOVA Data abertura: 06/06/2024 às 8h30.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP

O CODAP - Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba, em cumprimento ao art. 86, da Lei Federal de nº 14.133/21 e Decreto Federal de nº 11.462, de 31 de março de 2023, torna público, e faz saber, que se encontra aberta a INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS DE NUMERO 017/2024, cujo objeto é afutura e eventual contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos, material de consumo e instrumentos de Fisioterapia para atender as necessidades dos municípios consorciados ao Consórcio Público Para Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP). A íntegra da IRP encontra-se disponível no site oficial do CODAP https://www.altoparaopeba.mg.gov.br/. O prazo para os órgãos interessados em participar e encaminhar sua manifestação de interesse, informando a estimativa total de quantidades é de oito dias uteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data desta divulgação. Conselheiro Lafaiete/MG, em 22 de maio de 2024. Augusto Resende Paulo – Agente de Contratação do Codap.

COMUNICADO DE REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL - JBL HOLD PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ/MF n. 23.445.221/0001-79 - NIRE 312 1050372-1

Inscrita no CNPJ sob o nº 23.445.221/0001-79, sediada na Rua do Ouro, n. 136, sala 1-B, no Bairro Serra, Belo Horizonte – MG, CEP 30.220-000, vem através deste, comunicar a terceiros e a todos os interessados a decisão unânime dos sócios de reduzir o capital da empresa de 1.738.493,00 (um milhão, setecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais)para 1.493.493,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e três mil, quatrocentos e noventa e três reais), conforme o inciso II do art. 1.082 do NCC/2002, por ser excessivo em relação ao objeto da sociedade.

Santander — SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 05 de julho de 2024, a partir das 09h40min
2º LEILÃO: 08 de julho de 2024, a partir das 13h40min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública nº 073467230010596, firmado em 25/05/2015, com o(s) **Fiduciante(s) PAULO ABADIO CARDOSO**, maior, inscrito no CPF n° 056.481.196-31, no dia **05 de julho de 2024, a partir das 09h40min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 387.826,62 (trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e vinte e seis reais e sessenta e dois centavos)**, o imóvel matriculado sob n° 37.634 do Oficial de Registro de Imóveis de Araxá/MG, constituído por Casa situada na Rua B, atual Rua Antonio Conselheiro (conforme IPTU/laudo), nº 80, Lote 08 da Quadra 05, Bairro Santa Rita II, Araxá/MG, com área construída de 124,66m² e área total de 300,00m². Cadastro Municipal: 3R2026420110001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.12 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Recai sobre o imóvel ação 5010233-42.2022.8.13.0040. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **08 de julho de 2024, a partir das 13h40min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil e quinhentos reais)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.18596).

21ª VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE BELO HORIZONTE ESTADO DE MINAS GERAIS - Edital de Citação - Prazo 20 dias. O Dr. IGOR QUEIROZ, MM. Juiz de Direito da 21ª Vara Cível desta comarca, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc. Faz saber a todos quanto o presente **edital de citação** que conhecimento tiverem, extraído dos autos da AÇÃO BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, **processo nº 2019039-30.2006.8.13.0024** sendo autor ITAU UNIBANCO S.A. - CNPJ: 60.701.190/0001-04 e réu a pessoa jurídica CARLINTON BOSCO BARCELOS - CPF: 485.254.306-25, constando como valor da causa R$ 23.417,28 (Vinte e três mil quatrocentos e dezessete reais e vinte e oito centavos), em 18 de outubro de 2021. **Tendo em vista ser ignorado, incerto e não sabido o lugar em que se encontra a parte ré acima especificada, determinou o MM. Juiz a expedição do presente edital para o fim de citar CARLINTON BOSCO BARCELOS - CPF: 485.254.306-25 para contestar, no prazo legal de 15 (quinze) dias. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, constantes na inicial.** E, para que se cumpra o que preconiza a lei, determinou-se a expedição do presente edital ,que será publicado e afixado no local de costume e na forma da lei. Dado e passado nesta cidade, 15 de abril de 2024. Eu, Bel. Dilma da Costa Gelmini, Gerente de Secretaria, o confiro por Ordem do MM. Juiz de Direito.

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.



RIO GRANDE DO SUL

Catástrofe climática afeta transporte de cargas em Minas

Prejuízos devem ser revertidos na retomada de estoques

THYAGO HENRIQUE

As chuvas que atingem o Rio Grande do Sul (RS) estão afetando as transportadoras de cargas e logística de Minas Gerais, visto que as empresas estão com dificuldades para levar produtos ao estado. Os prejuízos, contudo, devem ser revertidos adiante, já que a retomada da região demandará uma forte reposição de estoques, intensificando a quantidade de serviços do setor. A análise é do presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais (Setcemg), Antônio Luís da Silva Júnior.

Conforme o executivo, as enchentes, inundações e alagamentos que acometem o Rio Grande do Sul reduzem a movimentação de mercadorias pelos transportadores mineiros, assim como de outras localidades do Brasil. Porém, a situação das companhias tende a melhorar daqui a três ou quatro meses com a reconstrução do estado e a necessidade de levar materiais para a região.

> *Análise é do presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Minas Gerais (Setcemg), Antônio Luís da Silva Júnior; cenário não é positivo, mas não é "desesperador"*

Atualmente, o cenário das empresas mineiras de transporte não é nada positivo, embora Antônio Luís ressalte que o quadro não é desesperador. Com uma fraca demanda, a movimentação de cargas está entre 15% e 20% abaixo do padrão para esta época do ano. Segundo ele, o impacto é imenso na área mineral, visto que o volume de minério está abaixo do habitual.

O presidente do Setcemg acredita que haverá uma reversão positiva para o setor a partir de julho e agosto. Entretanto, o dirigente pondera que as companhias menos estruturadas poderão sofrer consequências ao término do ano se a procura pelos serviços continuar como está.

Ainda que esteja otimista quanto a uma recuperação da demanda, o executivo afirma que as transportadoras mineiras não devem encerrar 2024 com crescimento dos negócios. Na avaliação de Antônio Luís, aquelas que conseguirem se sustentar já estarão satisfeitas, pois, além dos impactos das chuvas no Rio Grande do Sul, outros fatores estão prejudicando as empresas. Ele explica que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de revogar alguns trechos da Lei dos Caminhoneiros trouxe impactos financeiros para as companhias e que a reoneração da folha de pagamentos desanima os transportadores e retira a segurança jurídica dos contratos que o setor tem. Adicionalmente, o dirigente afirma que a reforma tributária também deve ter efeitos. "São decisões que estão causando uma insegurança muito grande para a gente investir", ressaltou.

Sem aumento de custos e frete - Apesar das chuvas no Rio Grande do Sul afetarem o volume de serviços das transportadoras mineiras, a situação gaúcha não está implicando custos adicionais para as empresas mineiras. De acordo com o presidente do Setcemg, o fato de algumas estradas terem impedimentos de passagens e os transportadores precisem dar mais voltas, onerando o setor, é algo irrisório.

O Índice de Frete Edenred Repom (IFR) apontou que preço médio do frete por quilômetro rodado no Brasil fechou abril a R$ 6,17, um recuo de 0,5%, ante março. As projeções da Edenred Repom, no entanto, apontam para uma alta no preço do frete no País, por decorrência das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, um importante produtor de grãos, suínos e aves.

Apesar disso, Antônio Luís afirma que não deve haver aumento no frete em Minas Gerais. O executivo explica que a oferta de caminhão está alta no Estado e o cenário gaúcho não afeta.

Ajuda ao RS - Com milhares de desabrigados em razão das enchentes, várias entidades do setor de transporte estão se mobilizando para ajudar a população do Rio Grande do Sul (RS). Conforme o presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais, somente a entidade enviou 16 carretas para o estado, com alimentos, roupas e outros tipos de doações.

RAFA NEDDERMEYER / AGÊNCIA BRASIL



No Rio Grande do Sul, rodovias ainda não têm plena capacidade de circulação pela destruição

---

AETHRA AUTOMOTIVE SYSTEMS

AETHRA SISTEMAS AUTOMOTIVOS S.A.

CNPJ/MF 41.757.527/0002-23

Balanços patrimoniais individuais e consolidados - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.631	7.844	15.654	15.898
Contas a receber de clientes	7	130.114	32.057	130.383	55.347
Estoques	8	174.297	127.101	179.353	216.534
Tributos a recuperar	9	65.108	71.345	66.566	79.841
Adiantamentos a fornecedores	-	45.641	35.919	45.655	42.418
Ativo disponível p/venda	12	5.000	16.500	5.000	16.500
Demais contas a receber	-	3.492	1.684	3.500	2.059
Total do Circulante		**439.283**	**292.450**	**446.111**	**428.597**
Não circulante					
Tributos a recuperar	9	54.702	72.485	54.702	79.078
Depósitos judiciais	21	7.388	1.920	7.483	8.853
Tributos diferidos	15	57.943	69.137	62.095	66.253
		120.033	**143.542**	**124.280**	**154.184**
Investimentos	10	16.914	225.506	-	-
Outros investimentos	-	-	22.321	-	22.321
Imobilizado	12	435.556	304.998	455.267	505.123
Intangível	14	27.579	8.862	27.579	8.973
Outros ativos	-	-	-	-	-
Direito de uso	13	55.993	64.426	55.993	64.426
		536.042	**626.113**	**538.839**	**600.843**
Total do não circulante		**656.075**	**769.655**	**663.119**	**755.027**
Total do ativo		**1.095.358**	**1.062.105**	**1.109.230**	**1.183.624**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	16	180.218	138.183	181.625	170.993
Empréstimos e financiamentos	17	40.746	137.318	40.746	140.473
Arrendamentos	13	12.666	10.895	12.666	10.895
Salários e encargos sociais	-	51.420	33.733	54.738	45.881
Adiantamentos de clientes	18	103.511	68.389	103.944	134.110
Outras obrigações	19	-	5.340	-	5.340
Tributos a pagar	-	25.822	10.532	26.392	22.489
Obrigações fiscais	20	100.732	61.930	108.245	86.318
Total do circulante		**515.115**	**466.320**	**528.356**	**616.499**
					187.902
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	224.286	175.576	224.286	175.772
Outras obrigações	19	11.240	3.278	11.240	3.278
Obrigações fiscais	20	216.305	174.289	232.889	239.026
Arrendamentos	13	53.144	62.541	53.144	62.541
Provisão para contingências	21	11.897	2.151	12.446	11.255
Partes relacionadas	11	16.524	107.159	-	-
Demais contas a pagar	-		-		4.409
Total do não circulante		**533.396**	**524.994**	**534.005**	**496.281**
Patrimônio líquido	22				
Capital social	-	226.964	226.964	226.964	226.964
Ajustes de avaliação patrimonial	-	46.725	74.672	46.725	74.672
Prejuízos acumulados	-	(226.842)	(230.845)	(226.842)	(230.845)
		46.847	**70.791**	**46.847**	**70.791**
Participação dos não controladores			-	22	53
Total do patrimônio líquido		**46.847**	**70.791**	**46.869**	**70.844**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.095.358**	**1.062.105**	**1.109.230**	**1.183.624**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos sócios da controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**226.964**	**62.214**	**(250.712)**	**38.466**	**51**	**38.517**
Resultado abrangente do exercício						
Lucro do exercício	-	-	16.265	16.265	(19)	**16.246**
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	16.060	-	16.060	21	**16.081**
Total do resultado abrangente do exercício	**-**	**16.060**	**16.265**	**32.325**	**2**	**32.327**
Realização do custo atribuído	-	(3.602)	3.602	-	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**226.964**	**74.672**	**(230.845)**	**70.791**	**53**	**70.844**
Resultado abrangente do exercício						
Lucro do exercício	-	-	1.565	1.565	19	**1.584**
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	(25.509)	-	(25.509)	(50)	**(25.559)**
Total do resultado abrangente do exercício	**-**	**(25.509)**	**1.565**	**(23.944)**	**(31)**	**(23.975)**
Realização do custo atribuído	-	(2.438)	2.438	-	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**226.964**	**46.725**	**(226.842)**	**46.847**	**22**	**46.869**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**19.181**	**10.516**	**15.050**	**22.346**
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	36.108	16.896	39.279	28.121
Ativo disponível para venda	11.500	(16.500)	11.500	(16.500)
Impairment	-	11.619	-	11.619
Prejuízo na baixa de imobilizado (Nota 12)	4.712	20.688	4.722	23.091
Prejuízo na baixa de investimento	-	-	-	-
Prejuízo na baixa direito de uso	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(9.391)	(14.372)	-	-
Incorporação de investida	1.731	-	1.731	-
Encargos financeiros s/ emprést.e financiamentos (Nota17)	47.086	50.811	47.747	51.761
Encargos financeiros sobre arrendamentos (Nota 13)	5.659	7.700	5.659	7.700
Encargos financeiros sobre obrigações fiscais (Nota 20)	37.915	15.526	47.012	23.991
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	613
Resultado dos não controladores	-	-	19	(19)
	154.501	**102.884**	**172.719**	**152.723**
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(98.057)	(3.214)	(75.036)	(609)
Estoques	(47.196)	24.602	37.181	(39.549)
Tributos a recuperar	24.020	20.699	37.648	14.189
Adiantamentos a fornecedores	(9.722)	6.780	(3.237)	495
Demais contas a receber	(1.808)	6.155	(1.442)	10.206
Partes relacionadas	(90.635)	16.693	-	-
Fornecedores	42.035	2.543	10.632	8.025
Salários e encargos sociais	17.687	(31.821)	8.848	(37.787)
Adiantamentos de clientes	35.122	(51.996)	(30.166)	(16.541)
Tributos a pagar e parcelamentos	46.176	46.685	(36.561)	47.864
Outras contas a pagar	9.746	(226)	1.127	2.283
Depósito judicial	(5.468)	940	1.370	738
Outros ativos	-	2	-	2
	(78.100)	**37.842**	**(49.636)**	**(10.684)**
Caixa proveniente das operações	**76.401**	**140.726**	**123.083**	**142.039**
Juros de empréstimos pagos (Nota 17)	(51.599)	(48.043)	(47.968)	(50.253)
Juros de arrendamentos pagos (Nota 13)	(5.659)	(7.700)	(5.659)	(7.700)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**19.143**	**84.983**	**69.456**	**84.086**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado (Nota 12)	(9.163)	(3.088)	(9.299)	(12.306)
Aquisição de ativos intangíveis (Nota 14)	(500)	(690)	(500)	(690)
Investimento em controladas (Nota 10)	(756)	(1.575)	-	-
Ajuste de conversão em controladas no exterior	-	-	(20.025)	(648)
Outros investimentos	22.321	(22.321)	22.321	(22.321)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de investimentos	**11.902**	**(27.674)**	**(7.503)**	**(35.965)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos (Nota 17)	(51.467)	(30.093)	(56.108)	(35.574)
Arrendamentos pagos (Nota 13)	(7.626)	3.903	(7.627)	3.903
Outras obrigações	2.622	(35.309)	(1.787)	(35.798)
Incorporação	28.097	-	(1.791)	-
Captação de empréstimos (Nota 17)	5.116	8.363	5.116	8.749
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(23.258)**	**(53.136)**	**(62.197)**	**(58.720)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**7.787**	**4.173**	**(244)**	**(10.599)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.844	3.671	15.898	26.497
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.631	7.844	15.654	15.898
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**7.787**	**4.173**	**(244)**	**(10.599)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	23	1.759.785	1.280.686	1.802.445	1.640.713
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-	(1.563.204)	(1.142.081)	(1.603.341)	(1.419.324)
Lucro bruto		**196.581**	**138.605**	**199.104**	**221.389**
Despesas e receitas operacionais					
Com vendas	-	(2.715)	(2.844)	(2.729)	(3.665)
Gerais e administrativas	-	(71.032)	(62.574)	(81.960)	(91.122)
Equivalência patrimonial	-	9.391	14.372	-	-
Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas	-	18.594	22.336	19.712	13.343
		(45.762)	**(28.710)**	**(64.977)**	**(81.444)**
Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras, líquidas		**150.819**	**109.895**	**134.127**	**139.945**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	12.080	13.679	12.431	12.954
Despesas financeiras	24	(143.932)	(113.486)	(132.468)	(130.827)
Variações cambiais, líquidas	24	214	428	960	274
		(131.638)	**(99.379)**	**(119.077)**	**(117.599)**
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**19.181**	**10.516**	**15.050**	**22.346**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(8.369)	5.749	(4.219)	2.705
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(9.247)	-	(9.247)	(8.805)
		(17.616)	**5.749**	**(13.466)**	**(6.100)**
Lucro líquido		**1.565**	**16.265**	**1.584**	**16.246**
Atribuído a:					
Acionistas da Companhia		1.565	16.265	1.565	16.265
Participação dos não controladores		-	-	19	(19)
		1.565	**16.265**	**1.584**	**16.246**
Quantidade de ações		226.964.145	226.964.145	226.964.145	226.964.145
Lucro/(prejuízo) por ação (básico e diluído) - R$ (Nota 22)		**0,01**	**0,07**	**0,01**	**0,07**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**1.565**	**16.265**	**1.584**	**16.246**
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Variação cambial de controlada localizada no exterior	(25.509)	16.060	(25.558)	16.081
Total do resultado abrangente do exercício	**(23.944)**	**32.325**	**(23.974)**	**32.327**
Atribuído a:				
Acionistas da Companhia	(23.944)	32.325	(23.944)	32.325
Participação dos não controladores	-	-	(30)	2
	(23.944)	**32.325**	**(23.974)**	**32.327**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DIRETORIA
RAFAEL GIOVANNI GOMES SPORTELLI - CEO/CFO

CONTADOR RESPONSÁVEL
Marcelo Leal da Fonseca – CRC-MG - 087339/O-3

"As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente sem ressalva, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: a) diariodocomercio.com.br"

---

unidas

Unidas Locadora S.A.

CNPJ nº 45.736.131/0001-70 - NIRE 31.3.00145786
Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 21 de Maio de 2024

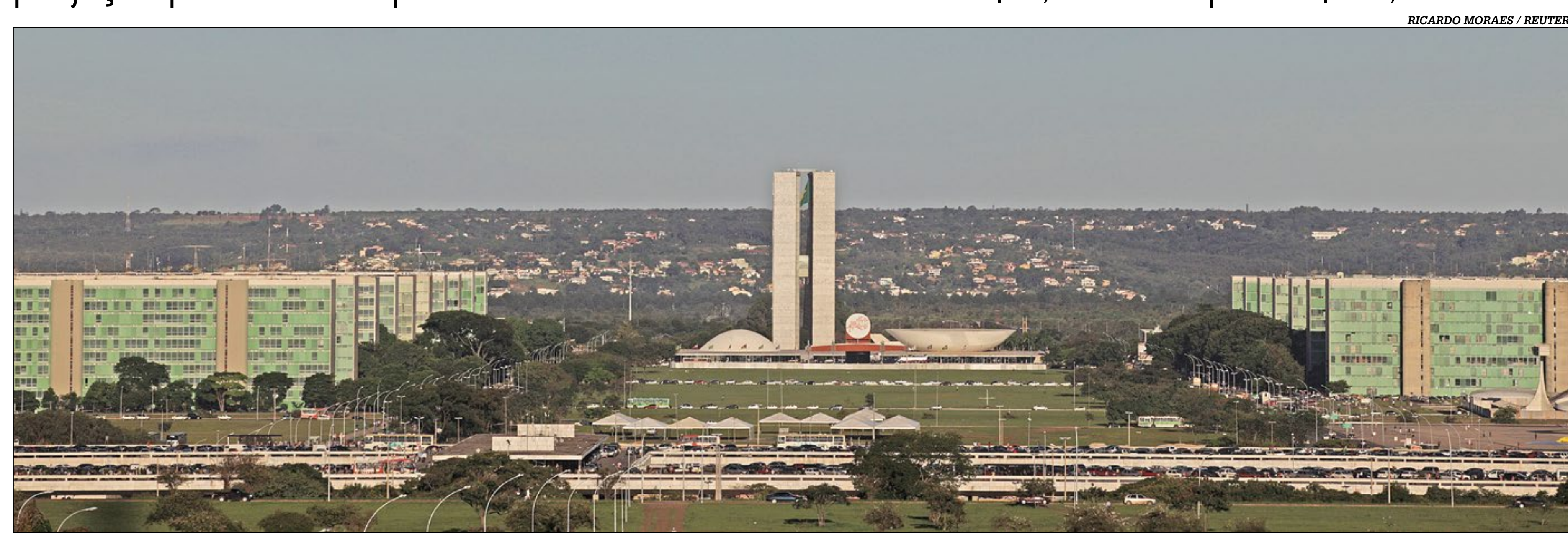
I - Data, Hora e Local: Realizada em 21 de maio de 2024, às 13:00 horas, na sede social da Unidas Locadora S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida dos Andradas, nº 3.000, Salas 32 e 33, Edifício Boulevard Corporate Tower, bairro Santa Efigênia, CEP 30.260-070. **II - Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença, por videoconferência, da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do artigo 19, parágrafo quarto, do Estatuto Social da Companhia. **III. Mesa**: Presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Alexandre Honore Marie Thiollier Neto ("Presidente"), e secretariada pela Sra. Thaiz Ferraz Nunes de Oliveira, conforme indicação do Presidente. **IV. Ordem do Dia**: Deliberar, nos termos do artigo 21, inciso "(r)" do Estatuto Social da Companhia, sobre: **(i)** a prestação de Fiança (conforme abaixo definida), em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da 18ª (décima oitava) emissão da Unidas Locações e Serviços S.A. (CNPJ sob o nº 75.609.123/0001-23) ("Emissora", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente) e do "*Instrumento Particular de Escritura da 18ª (décima oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, da Unidas Locações e Serviços S.A.*" ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38) ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), e a Companhia, na qualidade de fiadora, incluindo as Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão; **(ii)** a autorização aos membros da Diretoria da Companhia, e/ou aos seus procuradores, para praticar e assinar todos e quaisquer atos e documentos necessários e/ou convenientes à realização, formalização e/ou implementação das deliberações tomadas nesta Reunião do Conselho de Administração da Companhia com relação à Fiança, incluindo, sem limitação, a assinatura de todos e quaisquer documentos, instrumentos, notificações e eventuais aditamentos necessários para a efetivação dos negócios e operações previstos neste item "(ii)"; **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pelos membros da Diretoria da Companhia, e/ou pelos seus procuradores, relacionados às deliberações dos itens "(i)" e "(ii)" acima. **V. Deliberações**: Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram, nos termos do Estatuto Social da Companhia, por: **(i)** aprovar, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, incluindo a Obrigações Garantidas, a constituição, pela Companhia, de forma irrevogável e irretratável, de fiança em favor dos Debenturistas, obrigando-se como Companhia e principal pagadora, coobrigada e solidariamente responsável com a Emissora, pelo pagamento de quaisquer valores devidos nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão ("Fiança"). O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui, sem limitação, **(i)** o Valor Nominal Unitário (conforme a ser definido na Escritura de Emissão), ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração (conforme a ser definida na Escritura de Emissão) e dos Encargos Moratórios (conforme a ser definido na Escritura de Emissão), se houver, a serem calculados nos termos da Escritura de Emissão; **(ii)** todos os acessórios ao principal, indenizações, custos e/ou despesas que sejam de responsabilidade da Emissora e/ou da Companhia, conforme a ser previsto na Escritura de Emissão e as demais despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário, inclusive, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, nos termos do artigo 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, nas datas a serem previstas na Escritura de Emissão, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas"); **(ii)** aprovar a autorização aos membros da Diretoria da Companhia, e/ou aos seus procuradores, para praticar e assinar todos e quaisquer atos e documentos necessários e/ou convenientes à realização, formalização e/ou implementação das deliberações tomadas nesta Reunião do Conselho de Administração da Companhia com relação à Fiança, incluindo, sem limitação, a assinatura de todos e quaisquer documentos, instrumentos, notificações e eventuais aditamentos necessários para a efetivação dos negócios e operações previstos neste item "(ii)", incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão e o aditamento que formalizará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme a ser definido na Escritura de Emissão) e o Contrato de Distribuição (conforme a ser definido na Escritura de Emissão); e **(iii)** aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pelos membros da Diretoria da Companhia, e/ou pelos seus procuradores, relacionados às deliberações dos itens "(i)" e "(ii)" acima. **VI. Assinaturas**: Alexandre Honore Marie Thiollier Neto, **Presidente;** Thaiz Ferraz Nunes de Oliveira, **Secretária**; e Henrique Carsalade Martins; Rafael Thor de Moura Rebelo Rocha; Patrick Magalhães Von Schaaffhausen, Felipe Melo Franco Abud e Leonardo Augusto Oliveira Kutova, **Membros do Conselho de Administração**. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação, sendo assim a Reunião do Conselho de Administração foi encerrada, sendo dela lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Confere com o documento original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração arquivado na sede da Companhia.** Belo Horizonte, 21 de maio de 2024. **Thaiz Ferraz Nunes de Oliveira -** Secretária.

CONTAS PÚBLICAS

Governo federal desbloqueia R$ 2,9 bilhões

Por outro lado, a projeção para o déficit primário deste ano foi revisado de R$ 9,3 bilhões para R$ 14,5 bilhões

RICARDO MORAES / REUTERS


Com a inclusão dos R$ 15,8 bilhões no teto de gastos, o governo agora tem folga de R$ 2,5 bilhões em relação ao limite previsto no novo arcabouço fiscal

Brasília - Beneficiado pela liberação de R$ 15,8 bilhões em gastos, o governo liberou os R$ 2,9 bilhões do Orçamento Geral da União bloqueados em março. A reversão do bloqueio consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento.

O aumento do teto de gastos em R$ 15,8 bilhões foi incluído como "jabuti" (emenda não relacionada ao tema do texto original) na lei que retomou a cobrança do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (Dpvat). O dinheiro permitiu ao governo ampliar o limite de gastos do novo arcabouço fiscal porque as estimativas de receitas vieram acima do previsto no segundo bimestre, conforme previsto no Artigo 14 da Lei do Novo Marco Fiscal.

Com a inclusão dos R$ 15,8 bilhões, o governo agora tem folga de R$ 2,5 bilhões em relação ao limite de gastos do novo arcabouço fiscal, que limita o crescimento real (acima da inflação) dos gastos a 70% do crescimento real da receita do ano anterior. Não fosse o aumento do limite, o governo teria de fazer um novo bloqueio de R$ 10,4 bilhões.

"Esses recursos [os R$ 15,8 bilhões] poderiam estar disponíveis desde o início [do ano], mas foram retirados durante a tramitação [do novo arcabouço fiscal] no Congresso. É importante ressaltar que esse dinheiro entraria de qualquer forma no Orçamento de 2024", explicou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

Déficit primário - Documento enviado a cada dois meses ao Congresso, que orienta a execução do Orçamento, o relatório bimestral aumentou de R$ 9,3 bilhões para R$ 14,5 bilhões, 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB), a estimativa de déficit primário para este ano. O resultado negativo está dentro do limite de tolerância de déficit de R$ 28,8 bilhões definido pelo novo arcabouço fiscal.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública. O novo marco fiscal permite uma banda de 0,25% do PIB, para mais ou para menos, em relação à meta de déficit zero para este ano.

Arrecadação - O documento prevê alta de R$ 16 bilhões nas receitas brutas em relação ao relatório anterior. Desse total, R$ 16,4 bilhões a menos da receita administrada pela Receita Federal, principalmente por causa da queda da previsão de arrecadação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

No entanto, as receitas extraordinárias subiram R$ 22,7 bilhões, puxadas pelos royalties do petróleo e do aumento de dividendos das estatais. A estimativa de arrecadação da Previdência Social subiu R$ 9,7 bilhões. Isso fez a projeção de receitas brutas subir. Ao considerar os repasses para estados e municípios, a alta na receita líquida diminui para R$ 6,3 bilhões.

Catástrofe - Em relação aos gastos, o relatório prevê aumento de R$ 24,4 bilhões, puxadas principalmente pelas ajudas ao Rio Grande do Sul. As despesas obrigatórias foram revisadas para cima em R$ 20,1 bilhões, dos quais R$ 13 bilhões destinam-se a medidas para a reconstrução do estado.

Como as despesas com o Rio Grande do Sul são consideradas créditos extraordinários, não estão sujeitas à meta de resultado primário nem aos limites de gastos do arcabouço fiscal. Os gastos discricionários foram revisados para cima em R$ 4,3 bilhões, resultando no crescimento final de R$ 24,4 bilhões nas despesas federais. **(ABr)**

Para obter déficit zero são necessários R$ 168 bi

Brasília - O Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas manteve as projeções divulgadas em março para a obtenção de receitas extras pelo governo. Para cumprir a meta de resultado primário zero, o governo precisa de R$ 168 bilhões para este ano. O relatório prevê a obtenção de R$ 168,33 bilhões, apesar de o governo ter fechado acordo para manter a desoneração da folha de pagamentos até o fim do ano e cedido em pontos como a prorrogação do Perse, programa para ajuda a empresas de turismo e eventos.

Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, a aprovação da Medida Provisória 1.202, editada no fim do ano passado, ajudará o governo a cumprir as metas fiscais. Embora o texto original tenha sido desidratado, a medida prevê limitação às compensações tributárias (descontos em pagamentos de tributos) em R$ 24 bilhões, o que ajudou o governo a obter receitas para cobrir a alteração de medidas pelo Congresso.

Outra medida importante, ressaltou o secretário-executivo da Fazenda, serão as compensações para compensar a manutenção da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até o fim do ano. Na terça-feira (21), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as medidas serão definidas ainda esta semana. **(ABr)**

SETOR PRODUTIVO

ACMinas: representação política em debate

FÁBIO ORTOLAN / ACMINAS



Nadim Donato foi palestrante de seminário realizado na ACMinas

A falta de representação política para a classe empresarial na composição do governo foi criticada pelo presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio MG), Nadim Donato. O dirigente participou do Seminário Permanente da Reforma do Estado, promovido pela Associação Comércio e Empresarial de Minas (ACMinas) nesta semana.

Segundo ele, são cerca de 750 mil empresas formalmente registradas na base da Fecomércio em Minas Gerais.

Na terça-feira (21/05) ocorreu a 5ª reunião plenária da diretoria, associados e convidados da ACMinas, na sede da empresa e de forma remota. Os encontros têm como objetivo propor diversos temas de interesse do empresariado mineiro e ao fim, em novembro, lançar um manifesto compilando as vontades e posições da classe a cerca desses assuntos. Neste encontro, a posição do 3º setor, frente à estrutura política atual e futura, foi o tema da conversa.

"Nós, com esses números todos, infelizmente, não temos representatividade no meio político (...). Nenhuma prefeitura, nenhum governo e nenhuma federação, no nosso caso, tem uma visão para o terceiro setor.", disse.

O presidente da ACMinas José Anchieta da Silva também fez um breve comentário no início do encontro sobre a questão. "A Associação Comercial de Minas foi a única que de fato se posicionou contrária – com todas as letras, ao projeto de reforma tributária na forma que ele foi e vem sendo aprovado."

Durante o evento, o ex-prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, também apontou a falta de representação política. "A gente sabe como é difícil dirigir uma entidade de classe (...) e o Nadim tocou em um ponto fundamental que é a questão da representação política. Eu gostaria de sugerir a vocês, junto de outras entidades de classe, a começar a defender na próxima eleição, que a região metropolitana possa eleger alguns deputados que possam chamar de seus.", afirmou.

Ainda durante a plenária, algumas preocupações foram levantadas em relação à falta de conhecimento dos representantes, à falta de união da própria classe empresária e também sobre como a atual organização dos partidos políticos dificulta a apresentação e aprovação de novas propostas na câmara.

A solução proposta, também veio como a síntese do encontro: a criação de uma bancada que defenda os interesses daqueles que empreendem, dando não só encaminhamentos ao encontro como também propondo dar resolução a esse problema de longa data.

ALMG

Assembleia aprova subsídios para a Defensoria

O Projeto de Lei (PL) 1.990/24, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos membros da Defensoria Pública do Estado, foi aprovado, em 2º turno, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) ontem.

De autoria da Defensoria Pública, a matéria passou na mesma forma aprovada pelo plenário com modificações em 1º turno (vencido). Depois de passar em redação final, a proposição poderá seguir para a sanção do governador.

O vencido estabelece que os subsídios dos defensores não poderão exceder os dos desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Segundo a proposta original, os valores pagos não poderiam ultrapassar 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e deveria ser observada a diferença de 5% entre cada nível da carreira.

Os reajustes ficam condicionados às dotações orçamentárias da Defensoria Pública e aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estrutura do Judiciário - De autoria do Tribunal de Justiça, também foi aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 40/23, que promove alterações na estrutura do Poder Judiciário. Ele passou na forma do substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO).

Entre as mudanças na Lei Complementar 59, de 2001, sobre a organização e divisão judiciárias do Estado, a proposição institui circunscrições judiciárias por grupos de comarcas, assim como a criação de Centro de Apoio Jurisdicional nas comarcas sedes dessas circunscrições.

O projeto também cria dez cargos de juiz de direito auxiliar, de segundo grau, com o direito a receber a diferença de subsídio para o cargo de desembargador. Essa diferença salarial é também prevista para juízes auxiliares da corregedoria, da vice-presidência e da presidência do Tribunal de Justiça.

Outras mudanças são a instituição do "auxílio pré-escolar" e a possibilidade de os magistrados, assim como os servidores do Tribunal de Justiça, receberem pelo menos um terço da remuneração ao tirar férias.

Ainda de acordo com a proposição, os servidores poderão converter em dinheiro as férias não gozadas e outras vantagens de natureza remuneratória, quando não usufruírem do seu direito por necessidade de serviço, assim como as férias-prêmio.

O substitutivo nº 2 corrige, por sugestão do próprio Tribunal, dado relativo às comarcas de primeira entrância no Anexo I do projeto.

Também incorpora propostas de emenda de parlamentares com os seguintes objetivos: garantir aos servidores a possibilidade de exercerem mandato eletivo em diretoria de entidades sindicais de representação estadual; alterar a relação de comarcas constantes na Lei Complementar 59, de 2001; tratar da manutenção dos responsáveis interinos em serventias extrajudiciais vagas.

Também de autoria do TJMG, foi aprovado, em 1º turno, o PL 1.835/23, que cria, extingue e transforma cargos de provimento em comissão no quadro de pessoal dos servidores do Poder Judiciário.

Os deputados aprovaram a matéria conforme o substitutivo nº 1, proposto pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para fazer adequações de técnica legislativa no texto.

Além das alterações em cargos, a proposição também estabelece a possibilidade de jornada de oito horas diárias e 40 horas semanais por parte dos servidores efetivos.

O projeto define, ainda, que o servidor efetivo nomeado para função de confiança de assessoramento da Direção do Foro fará jus à sua remuneração acrescida de gratificação.

Por fim, promove alterações nos artigos 29 e 30 da Lei 23.478, de 2019, que unifica os quadros de pessoal dos servidores da Justiça de Primeira e Segunda Instâncias do Poder Judiciário.

As mudanças se referem aos critérios e requisitos para a lotação dos cargos de assessor de juiz, assistente de juiz e das funções de confiança de assessoramento da direção do foro, bem como aos níveis de escolaridade exigidos para os correspondentes cargos, respectivamente. **(Com informações da ALMG)**



APICULTURA

Futuro passa por inclusão e sustentabilidade

No Estado, projeto como Certifica Minas Mel tem sido fundamental para disseminar práticas sustentáveis

LEONARDO MORAIS

Cerca de 35% dos polinizadores, em especial as abelhas, enfrentam alto risco de extinção em todo o mundo, incluindo em Minas Gerais. Os dados alarmantes são da Organização das Nações Unidas (ONU). Em Minas Gerais, apicultores de diversas regiões se mobilizam em prol da preservação da espécie, da inclusão produtiva e da produção sustentável, que movimenta de forma considerável a economia de dezenas de comunidades locais.

Projetos como o "Certifica Minas Mel", desenvolvidos em parceria entre o governo de Minas, a Federação Mineira de Apicultura (Femap) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG), têm sido fundamentais para capacitar apicultores, melhorar a qualidade do mel, além de promover a rastreabilidade do produto e adoção de práticas sustentáveis.

Para garantir a precisão de todos os passos do programa, o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), autarquia vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), audita todas as etapas do processo de produção do mel. Os critérios estabelecem, por exemplo, que o produto deve estar de acordo com procedimentos de boas práticas de fabricação, adequação social e responsabilidade ambiental. A adesão ao programa é voluntária e os produtores interessados em participar devem seguir algumas etapas listadas no site oficial da Secretaria.

Participação feminina - Outro projeto em destaque no Estado incentiva a inclusão de mulheres na apicultura. Trata-se do "Grupo de Apicultoras Flores de Aroeira". Realizada em parceria com o Sindicato dos Produtores Rurais de Pirapora e a Associação dos Apicultores de Cachoeira do Teobaldo (Apicat), a iniciativa, concentrada na região Norte de Minas Gerais, busca estudar a criação de pastos de cultivo em fazendas parceiras e disponibilizá-las para que as apicultoras cadastradas possam iniciar a introdução ao cultivo de colmeias.

O grupo, que em 2023 somava cerca de 30 mulheres, direciona seus esforços em intensificar os trabalhos voltados para o crescimento da cadeia produtiva, sempre prezando pelo protagonismo feminino.

> *Cerca de 35% dos polinizadores, em especial as abelhas, enfrentam alto risco de extinção em todo o mundo, incluindo Minas Gerais; dado alarmante é da Organização das Nações Unidas (ONU)*

MG: 4º maior produtor - Em termos de relevância econômica, a apicultura, através da produção de mel, vem registrando crescimento significativo ano após ano. Em 2013, a produção em Minas Gerais somava 3,3 mil toneladas por ano. Em 2022, segundo a Pesquisa Pecuária Municipal mais recente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção de mel chegou a 6,2 mil toneladas em terras mineiras.

Ao considerar a participação da produção mineira no contexto nacional, o Estado superou 10% em 2022, no entanto, vem oscilando sua participação ao longo dos exercícios. A maior porcentagem registrada foi de 12,4% em 2016.

O levantamento do IBGE ainda indica que Minas Gerais é o 4º maior produtor de mel do Brasil. O *ranking* é liderado pelos estados Rio Grande do Sul (9 mil toneladas), Paraná (8,6 mil toneladas) e Piauí (8,3 mil toneladas).

REPRODUÇÃO / ADOBE-STOCK



Minas Gerais é hoje o quarto maior produtor de mel do País; produção cresce ano a ano

DIVULGAÇÃO / EMATER-MG



Grupo de Apicultoras Flores de Aroeira é agora incentivado

Agricultura familiar responde por 80% da produção

Nesta quarta-feira (22) foi comemorado o Dia do Apicultor. A apicultura está presente em todo o Estado de Minas Gerais e, nos últimos anos, conquistou novos mercados com exportações para vários países. No Estado, a agricultura familiar é responsável por cerca de 80% da produção de mel e aproximadamente 70% da produção de própolis. A atividade é rentável, mas os apicultores enfrentam diversos desafios para permanecer no mercado e garantir o crescimento do negócio.

A coordenadora Estadual de Pequenos Animais da Emater-MG, Márcia Portugal Santana, comenta que a apicultura tem crescido em todas as regiões mineiras. "Temos produção de mel em todo o Estado, mas o Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha estão mais à frente na produção por terem o maior número de abelhas. Lá, tem o mel de aroeira que, segundo pesquisas, tem propriedades medicinais bastante diferenciadas. Eles então fizeram a indicação geográfica dessa região e o selo garantiu uma certificação desse mel, ampliando as vendas do produto", salienta a coordenadora.

Ela reitera que a maioria dos apicultores mineiros é de pequenos produtores rurais, que usam a apicultura como uma segunda renda: "É uma atividade que dá muito certo para a agricultura familiar, pois o produtor pode ter pouca terra ou até colocar o apiário em outros locais, que não seja o sítio dele. Também não exige muito investimento financeiro inicial e é uma atividade que você não tem de fazer todos os dias. Mas é uma profissão que a pessoa tem que ter aptidão para mexer, não ser alérgica e se capacitar para ter um trabalho seguro".

Potencial e desafios - Minas possui um alto potencial para a produção apícola, com abundância de matas nativas e florestas plantadas, o que garante floradas durante todo o ano, permitindo a produção contínua de mel.

As exportações mineiras de mel atendem à União Europeia, Reino Unido, Japão, Canadá, entre outros países. Mas, a sazonalidade da demanda (maior venda de produtos no inverno), pequeno número de unidades de beneficiamento e a cadeia produtiva são desafios.

"O desafio é transformar os produtores dispersos em organizações coletivas, que têm uma força maior no mercado. Também é interessante investir em especializações e produtos nobres, além de apostar na certificação e rastreabilidade", recomenda coordenadora da Emater-MG. **(Agência Minas)**

ERASMO PEREIRA / EPAMIG



Carga tributária final para produtores mineiros de vinhos será de 3% pelo novo TTS

VITIVINICULTURA

Secretaria da Fazenda detalha novo tratamento tributário para setor de vinhos

A Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) se reuniu com produtores mineiros de vinhos para esclarecer pontos e dúvidas sobre o novo Tratamento Tributário Setorial (TTS), que visa à redução da carga tributária para esses contribuintes. A secretária-adjunta de Fazenda, Luciana Mundim, e a equipe da Diretoria de Análise de Investimentos (DAI) da Superintendência de Tributação (Sutri) conduziram a reunião, realizada de forma virtual com 30 fabricantes.

Criado recentemente pela SEF, o TTS busca impulsionar os produtores mineiros, deixando a implementação e os investimentos nas vinícolas ainda mais atrativos. O vinho produzido em Minas Gerais tinha uma alíquota interna da ordem de 25% de ICMS e, a partir da aplicação do regime especial, a carga tributária final será de 3%.

No encontro, foram detalhados os critérios e o alcance do benefício, que pode trazer a redução do ônus tanto das entradas (nas aquisições de insumos e matéria-prima) quanto na saída dos produtos (mediante o crédito presumido).

O encontro reuniu entidades representativas de classe, como o Sindicato da Indústria do Vinho do Estado de Minas Gerais (Sindvinho-MG), a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a Associação Comercial, Industrial e Rural de Andradas (Acira) e a Associação de Viticultores de Andradas.

"É importante para a SEF esclarecer as condições do tratamento tributário e como o contribuinte pode aderir ao Regime Especial de Tributação (RET). Nossa reunião teve o objetivo de levar o conhecimento do TTS a todos do setor e deixamos claro a abertura da SEF para atendê-los e buscar soluções para desenvolver o segmento no estado", pontua Luciana Mundim.

O regime especial deve ser solicitado no Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (Siare), no site da SEF. **(Agência Minas)**

CAFEICULTURA

Cooxupé já estima crescimento da safra de café do Brasil no ano que vem

Santos - A condição das lavouras de café da região da Cooxupé indica a possibilidade de aumento da safra no ano que vem em relação a 2024, que por sua vez deverá ter ligeiro crescimento ante 2023 apesar de grãos miúdos recém-colhidos, disse ontem o presidente da maior cooperativa de cafeicultores do Brasil (Cooxupé), Carlos Augusto Rodrigues de Melo, durante seminário internacional em Santos (SP).

"As lavouras estão ficando em estágio muito bonito, para 2025, se o tempo colaborar, deverá ter uma safra boa, muito boa. Em 2024, a safra é parecida com 2023, um pouquinho maior. Mas, se correr tudo bem, a safra do ano que vem pode ser maior do que em 2024, as lavouras estão com muito vigor", afirmou ele, à Reuters. Melo também afirmou que está ocorrendo expansão de área plantada, mas não detalhou os números. A produção em 2025 dependeria também de boas condições climáticas.

Mas o cenário é favorável para investimentos nos cafezais, acrescentou o presidente da Cooxupé, que atua principalmente no Sul de Minas Gerais, Cerrado e parte de São Paulo. "Para o café, a relação custo/benefício ficou positiva, café acima de 1000 reais a saca, os nossos custos reduziram, a margem está boa", afirmou ele, que está à frente da cooperativa que é a maior exportadora de café do Brasil.

O presidente da Cooxupé acrescentou que a cooperativa mantém a expectativa de aumento de 7,7% nos recebimentos de café em 2024 ante 2023, para 7 milhões de sacas de 60 kg - os cooperados devem responder pela maior parte dos volumes, com expectativa de 5,6 milhões de sacas em 2024, enquanto o restante será originado de produtores não cooperados.

Melo disse também que a Cooxupé mantém previsão de embarques de café em 6,8 milhões de sacas em 2024, sendo 5,5 milhões de sacas na exportação e o restante no mercado interno. Esses volumes representam um salto ante o total de 4,5 milhões de sacas (exportação/mercado interno) no ano passado, na medida em que o Brasil tem avançado no mercado global, em meio a safras menores em outros países e preços favoráveis.

Grãos miúdos - Para 2024, a colheita de café arábica do Brasil está começando. E, assim como no caso dos canéforas (robusta e conilon), o mercado tem relatado grãos mais miúdos no início dos trabalhos, com o tempo quente e seco sendo citado como causa.

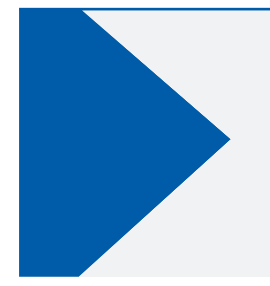
Mas, de acordo com participantes do seminário, ainda é um pouco cedo para dizer se essa tendência de "peneiras miúdas" vai se confirmar ao longo de toda a safra. "Nas regiões mais quentes, os grãos ficam menores, mas em regiões de clima mais ameno, como sul de Minas, a gente acaba trazendo peneiras mais altas, qualidade melhor e prêmio maior", destacou Melo.

A colheita - Os cooperados da Cooxupé, que trabalha apenas com café arábica, respondendo por mais de 15% da safra nacional desse tipo de grão, colheram em média apenas cerca de 5% do esperado para 2024, disse Melo.

A colheita está um pouco adiantada em algumas regiões com atuação da cooperativa, mas na importante área do Cerrado Mineiro "está bastante atrasada ainda, não chega a 1% colhido", disse.

No Sul de Minas, maior região produtora do Brasil, a colheita já avançou para algo entre 7% e 8% colhido, enquanto em São Paulo, o índice de colheita está no meio de Cerrado e Sul de Minas.

A mais adiantada é a região das Matas de Minas, com cerca de 8% da colheita feita, disse o presidente da Cooxupé, adiantando números ainda não divulgados. "Antecipou por conta do clima, por conta das temperaturas elevadas", disse ele. **(Reuters)**


FELIPE LIMA

DANIELA MACIEL

Criada, em 2015, em Singapura, e no Brasil, desde 2019, o *marketplace* global Shopee tem no Brasil um dos seus principais mercados e, em Minas Gerais, o segundo maior território tanto no número de *sellers* (vendedores) como de consumidores no País.

Foi para falar dessa gigante que se declara "uma empresa brasileira", que o DIÁRIO DO COMÉRCIO conversou com exclusividade com o *head* de Desenvolvimento de Negócios da Shopee, Felipe Lima.

Além dos números da companhia, o papo foi, também, sobre os desafios do igualmente gigante Brasil, o compromisso da empresa com o desenvolvimento socioeconômico do País e a sustentabilidade, entre outros assuntos.

Atualmente, a Shopee conta com uma equipe de mais de 10 mil funcionários no Brasil e dois escritórios na cidade de São Paulo. A empresa possui 11 centros de distribuição e mais de 100 *hubs* logísticos por todo o País para atender as vendas dos seus mais de 3 milhões de vendedores brasileiros, que hoje são responsáveis por 90% das transações da plataforma.

Em Minas Gerais são 16 *hubs* e um centro de distribuição (CD) em Belo Horizonte. Os dois *hubs* mais recentes foram inaugurados em agosto de 2023 em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, e em Montes Claros, no Norte de Minas.

Os demais ficam nas cidades de Contagem e Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); Divinópolis e Lagoa da Prata, na região Centro-Oeste; Uberlândia, no Triângulo Mineiro; Varginha, no Sul de Minas; Patos de Minas, no Alto Paranaíba; Sete Lagoas, na região Central; Juiz de Fora e Manhuaçu na Zona da Mata; Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri; e Ipatinga, no Vale do Aço.

Originária de Singapura, Shopee se declara "um *marketplace* brasileiro"

Qual a importância de Minas Gerais dentro dos resultados da Shopee no Brasil?

Minas é um estado muito importante, sendo o segundo tanto do lado dos vendedores como dos compradores. Hoje temos um CD na Capital e mais 16 *hubs* logísticos. Muitos vendedores do Estado são grandes e fazemos o gerenciamento bem de perto. Como um *marketplace*, conectamos compradores e vendedores. O sucesso do vendedor é crucial para nós. O alinhamento das estratégias e do negócio é fundamental para que isso aconteça. Trabalhamos muito próximos e uma das maneiras é a iniciativa "Shopee na Estrada". O nosso time vai para as cidades para se aproximar dos vendedores locais. Em junho será a vez de Juiz de Fora e no início do segundo semestre, Belo Horizonte.

DIVULGAÇÃO / SHOPEE



"Minas é um estado muito importante, sendo o segundo tanto do lado dos vendedores como dos compradores. Hoje temos um CD na Capital e mais 16 hubs logísticos. Muitos vendedores do Estado são grandes e fazemos o gerenciamento bem de perto"

Vamos, então, falar de estratégia. O Brasil é um país grande, diverso e desigual. Como oferecer diferenciais para um território tão complexo em um cenário em que a evolução tecnológica nunca foi tão acelerada?

O grande foco da Shopee é o ser humano e tenho orgulho do que conseguimos fazer sobre isso. Temos um time grande voltado para esse relacionamento próximo com os vendedores. Consideramos isso como um dos nossos diferenciais. Muitos deles nem imaginavam que poderiam levar o seu negócio para o Brasil inteiro. Temos algumas ferramentas exclusivas. Uma das que mais ajudam a alavancar as vendas, são as *lives*. São mais de 100 mil vendedores dentro do aplicativo da Shopee. Eles mostram o produto, comparam, tiram dúvidas ao vivo. É mais uma maneira de aproximar lojista e consumidor. Essa é uma tendência. É uma ferramenta que cresce muito e é muito bem utilizada por boa parte dos nossos vendedores, dos grandes aos pequenos. É um jeito de falar do produto e da história, aproximando as pessoas. Humanizando, qualquer item se torna mais do que apenas um produto. Temos também as campanhas que são muito importantes e bem aproveitadas pelos vendedores. Em junho teremos o 6.6 e em julho uma muito especial: a 7.7, que vai comemorar os quatro anos da Shopee no Brasil.

Um dos maiores desafios da atualidade para empresas de todo o mundo é a atração e retenção de talentos. Isso no Brasil tem contornos ainda mais expressivos, especialmente na área de tecnologia da informação (TI). Quais as estratégias da Shopee para manter o ritmo de crescimento diante desse cenário?

Conseguimos construir um time muito forte no Brasil. Buscamos constantemente talentos para agregar. As empresas são compostas por pessoas e a atitude delas é o que faz o diferencial. E o nosso papel é cuidar delas. Fazemos isso também com a comunidade. A Shopee enxerga a educação como parte de um processo de transformação social. Em setembro de 2023 lançamos o Projeto Shopee Educa, uma iniciativa que visa gerar oportunidades por meio da educação e de noções básicas de empreendedorismo. As primeiras experiências foram realizadas em Simões Filho (BA), Fortaleza (CE) e Recife (PE).

O trabalho de um *marketplace* é, antes de mais nada, uma gigantesca operação logística. Pensando, mais uma vez, nas dimensões do Brasil e suas particularidades, como enfrentar o desafio de levar produtos de um lado para o outro em um cenário de mudanças climáticas extremas e da urgência de descarbonização da economia do planeta?

Tudo isso é muito desafiador com as opções logísticas que temos no Brasil. Buscamos o tempo todo equilibrar o melhor para o consumidor, o melhor para a plataforma, mantendo o foco em melhorar a vida dos pequenos empreendedores, sem esquecer a responsabilidade socioambiental. Já temos uma parte da frota com automóveis elétricos e um time que cuida da área de logística, outro cuidando da sustentabilidade dentro dos *hubs* e mais um time de voluntariado plantando árvores. Buscamos a constante melhora na experiência dos compradores e vendedores chegando a mais pontos no Brasil, investindo na expansão da malha logística. Estamos abertos a conversar com os parceiros para ajudar no desenvolvimento do ecossistema de transportes e logística e a descarbonização. O *e-commerce* e o *marketplace* em si já são ferramentas que ajudam a melhorar a logística do País, mas ele ainda tem uma representatividade pequena na comparação com o varejo físico.

MERCADO LITERÁRIO

Venda e faturamento tiveram queda no ano passado

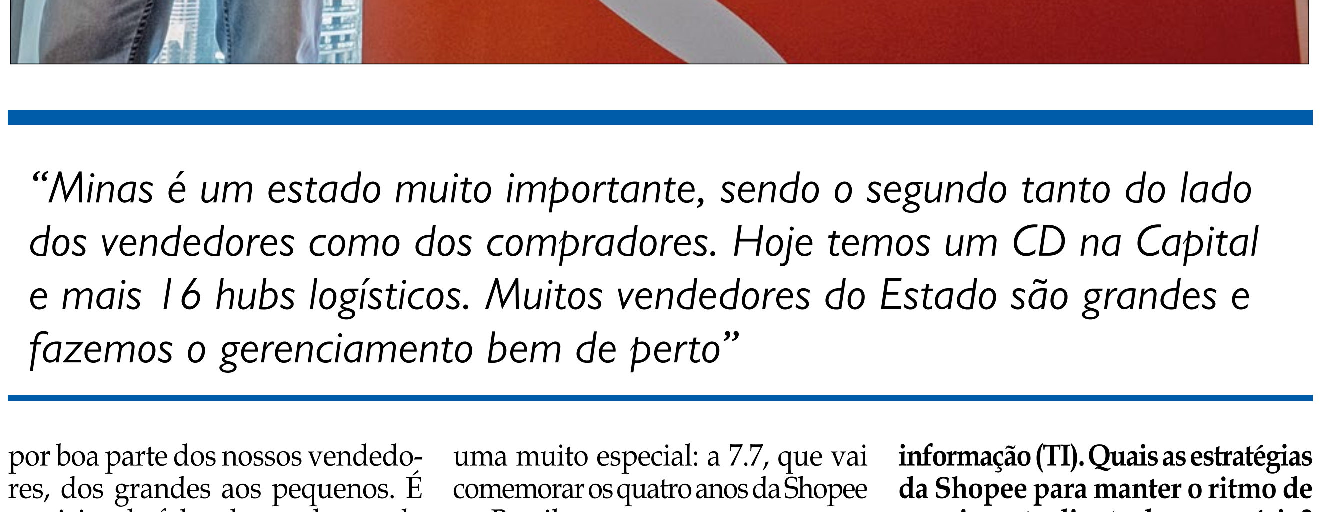
São Paulo - A venda de livros ao mercado caiu 8% no ano passado, rendendo um faturamento 5% menor para as editoras brasileiras, segundo pesquisa feita pela Nielsen em parceria com a Câmara Brasileira do Livro e o Sindicato Nacional dos Editores.

Mesmo assim, o preço médio dos títulos no mercado cresceu 8% em termos nominais, ou 3% se descontada a inflação. Foi a maneira encontrada pelas editoras de compensar o mau desempenho da economia, segundo o presidente do Snel, Dante Cid.

Mariana Bueno, que coordena a pesquisa, ressalta que isso não reflete uma tendência de longo prazo. Os preços de capa, segundo ela, se mantiveram represados por anos, resultando numa queda de 36% no preço real do livro de 2006 até hoje.

O resultado reflete a dificuldade que o setor vem encarando depois de um crescimento significativo durante a pandemia. Durante os últimos anos, o interesse do leitorado pela compra de livros tem amainado.

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK



Para tentar compensar a redução na comercialização, preço médio dos títulos teve alta de 8% em termos nominais, já descontada a inflação em 2023

Mas é um resultado que também aponta para readaptações tecnológicas. O setor de livros técnicos e profissionais, por exemplo, é o que mais puxa para baixo a venda de livros físicos, mas cresceu na procura por livros virtuais, que por serem mais baratos não compensam a receita das editoras.

O cenário para os livros digitais, aliás, é promissor. O faturamento do setor cresceu 33% em apenas um ano, totalizando um aumento de 158% nos últimos cinco anos, puxado por canais como plataformas educacionais e bibliotecas virtuais.

Hoje, eles são cerca de 8% da receita das editoras, contra 6% no ano anterior, a grande maioria sendo do responsabilidade dos *e-books*. Os audiolivros ainda representam uma parcela mínima desse faturamento.

As livrarias exclusivamente virtuais continuam dominando as vendas das editoras, tendo sido responsáveis por cerca de um terço de todo o comércio de livros. O canal que teve maior avanço de 2022 para 2023 foi o de *sites* e *marketplaces* próprios das editoras, que pela primeira vez ficou entre os cinco canais mais relevantes.

Uma certa recomposição política também cumpriu um papel determinante nos resultados. Os exemplares comprados pelo governo cresceram 23% de 2022 para 2023, na virada do governo Jair Bolsonaro para a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi isso que fez com que a circulação de livros tivesse um crescimento de 4,5%, no geral, puxada para baixo pelo mau desempenho das vendas ao mercado. **(Walter Porto/Folhapress)**

INOVAÇÃO

A importância de instituições de pesquisa para a soberania nacional

JANAYNA BHERING*

Muito se fala sobre o potencial do Brasil em ser o "celeiro do mundo" e a possibilidade de fornecimento global, não apenas de *commodities*, mas também de produtos com maior valor agregado. Aí vemos mais uma vez a importância da inovação para o desenvolvimento de novas tecnologias, aumento de produtividade e outros benefícios. Neste contexto, convidamos para uma entrevista exclusiva Sara Rios, Pesquisadora da Embrapa e atualmente chefe de transferência de tecnologias da Embrapa Milho e Sorgo, em Sete Lagoas e que também é destaque na lista Forbes das 100 mulheres doutoras no Agro, cujos dados e informações valiosos são compartilhados a seguir:

O PIB do agronegócio brasileiro em 2023 representou 24% do PIB nacional, segundo dados do Cepea. O Valor Bruto de Produção Agropecuária (VBPA) atingiu R$ 1,36 trilhão, com 70% desse valor proveniente de produtos vegetais e 30% de produtos animais. A soja e o milho são os principais produtos, gerando quase R$ 500 bilhões.A balança comercial, a produção nacional e as exportações do agronegócio são favoráveis ao Brasil. Contudo, há oportunidades para aumentar a agregação de valor e a complexidade econômica. O Brasil possui tecnologias para explorar novas fronteiras agrícolas, reconverter pastagens degradadas e lidar com desafios. O País é um exemplo em práticas ESG (ambiental, social e governança), exportando selos de sustentabilidade e indicadores de pegada de carbono, o que atrai investimentos. Leis ambientais rigorosas, o Plano Safra e políticas como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) fortalecem o setor agropecuário. O Brasil é referência em agricultura tropical, compartilhando tecnologias com outras nações de clima semelhante e participando de discussões globais sobre clima e sustentabilidade. A presidência temporária do G20 e a sede da COP30 em 2025 também reforçam a posição de destaque do Brasil no cenário internacional.

Essa posição de destaque do Brasil se deve à atuação de instituições como a Embrapa, que tem a inovação como parte do seu DNA. Este ano completou 51 anos, e muitas novidades já são percebidas na instituição que tem como objetivo olhar para o futuro e internalizar processos, mudanças e oportunidades que favoreçam seu protagonismo no nível nacional e internacional.

No passado, as fronteiras, nova ocupação e ordenamento de territórios foram movimentos crescentes de expansão da produção ao campo. O futuro que já estamos vivenciando nos campos e nas cidades é aquele de sofisticação e complexidades econômicas com graus logarítmicos de exigências ESG. A programação de PD&I da Embrapa se mantém desde a década de 70 alinhada às agendas nacionais e globais e continua inovando para entregar uma agricultura brasileira referência em transições alimentares, climáticas, energéticas e digitais. Alimentos do futuro, inclusão socioprodutiva e arranjos estratégicos de produção, saúde única, agricultura de baixa emissão de gases de efeito estufa, conservação, uso e agregação de valor à biodiversidade brasileira são exemplos de negócios emergentes de interesse e foco de atuação da empresa.

As agendas globais exigem sistemas produtivos intensificados, integrados, rastreáveis, com efeito poupa terra e poupa água, reconversão e regeneração de ecossistemas para uma economia cada vez mais bio e verde. Isso posiciona o Brasil como modelo de sucesso em produção agropecuária de alta sustentabilidade, exportando não somente a soberania alimentar do planeta, mas também inovações agropecuárias, indicadores e rastreabilidade ambiental. O Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa traz *insights*, em seu Documento Visão de Futuro, para as oito megatendências orientadoras de programação de pesquisa, desenvolvimento e inovação para as instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação do mundo (*https://www.embrapa.br/visao-de-futuro*).

A inovação contínua incremental e disruptiva são exigências básicas para o agronegócio brasileiro, em todas as suas áreas. A Fitotecnia (alimentos do futuro, agricultura regenerativa, intensificação e integração de sistemas produtivos, bioprodutos para controle de pragas, doenças e otimização de fertilizações etc.), a Biotecnologia (desenvolvimento de novos eventos transgênicos, edição gênica, marcadores moleculares, genômicas etc.), a Fertilidade dos Solos (adubação inteligente, manejo de microbiota e relação com plantas e meio ambiente, adução de sistemas produtivos, etc.), a Irrigação (subótima, por novos métodos de maior eficiência no uso e manejo de água), a Mecanização Agrícola, especialmente para cultivos de pequena escala, são exemplos de áreas agronômicas de alto impacto e alta dependência contínua por inovação. Tão importante quanto os aspectos agronômicos, são as áreas afins relacionadas à *Big Data* e inteligência artificial (geração e integração de dados para suporte às tomadas de decisão no campo e nas agroindústrias, assim como suporte à gestão econômica e efetividade dos sistemas de cultivo), logística e armazenagem, para efetividade e maior eficiência da produção nacional, reduzindo o Custo Brasil e acesso facilitado à informação real, confiável, de qualidade, tratada e simplificada.

Neste processo, a inovação aberta é essencial para acelerar o desenvolvimento de soluções, reduzir riscos e custos, e aumentar a efetividade das entregas. A Embrapa Milho e Sorgo é um exemplo de sucesso nesse modelo, com quase 90% de seus projetos focados em inovação aberta. Cabe destaque a três tecnologias:

Inoculantes biológicos a partir de *Bacillusthuringiensis*: Parceria com as empresas Bioma, Simbiose e Corteva, para otimizar o uso de fertilizantes fosfatados.

Sistema de Produção Antecipe: Permite antecipação de cultivos com plantio intercalar de culturas, desenvolvido em parceria com a empresa de máquinas Jumil, resultando na criação de uma semeadora-adubadora específica baseada em um protótipo patenteado pela Embrapa.

Milho transgênico 100% brasileiro: Primeiro milho transgênico brasileiro resistente a lagartas, em parceria com Helix Sementes e Mudas.

Sara destaca ainda que para o Brasil se manter na vanguarda de inovação agropecuária é preciso continuar investindo em ciência tropical e desenvolvimento de tecnologias e soluções para temas emergentes e de futuro; fortalecer continuamente o seu papel e participação nos ecossistemas de inovação e fóruns globais ESG em todo o mundo; fortalecer políticas públicas em bioeconomia e agricultura regenerativa; promover continuada e aceleradamente as ações de agregação de valor à biodiversidade brasileira; fortalecer ações de comunicação e transferência de conhecimentos e de tecnologias para o setor produtivo e *stakeholders* público-privados das diferentes nações.

*Engenheira com mestrado em Ciência e Tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidente conselho inovação e VP executiva na ACMinas.

TECNOLOGIA

Soluções baseadas em inteligência artificial são oferecidas por empreas

Veja seis opções de serviços que podem ser úteis aos negócios

REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK



A previsão é de aumento de investimentos em inteligência artificial

O ano de 2024 vem sendo considerado o ano da tecnologia, por conta da inovação e ascensão da inteligência artificial (IA). Sua introdução no mercado gerou um grande avanço para o mundo corporativo, além de trazer novas formas de aprendizado e experiência, contribuindo para evolução dos setores. De acordo com material coletado pela Dynatrace, cerca de 61% dos líderes de tecnologia mundiais disseram que aumentarão seus investimentos em IA para acelerar o desenvolvimento e a geração de códigos de forma automática.

O Fórum Econômico Mundial estima que 75% das empresas estão buscando adotar tecnologias como *big data*, computação em nuvem e IA. Isso mostra o crescimento e a importância das tecnologias emergentes, em especial, a inteligência artificial, para a estratégia das organizações no mercado atual, que buscam cada vez mais maneiras de melhorar a eficiência dos processos internos e dos públicos de interesse.

Diante desse cenário, conheça seis empresas que utilizam a inteligência artificial como fonte de seus serviços ou para promover melhorias em diferentes mercados.

1. ChatClass, *startup* que democratiza o acesso à educação e capacitação via IA e chat. Fundada em 2014 e com sede em São Paulo, a empresa tem o objetivo de democratizar o acesso à educação de qualidade e otimizar processos de gestão por meio do *chat* com uso de inteligência artificial, em especial o ChatGPT. A *startup* popularizou o ensino de inglês via WhatsApp no Brasil e criou metodologia via chat três vezes mais eficiente do que o ensino por meio das plataformas tradicionais.

2. Hand Talk, *startup* pioneira no uso de inteligência artificial para acessibilidade digital. A empresa que ajuda a quebrar a barreira de comunicação por meio da tecnologia. Há mais de 10 anos no mercado, apresenta duas soluções centrais: o *Hand Talk Plugin*, solução de acessibilidade para sites de empresas que conta com diversos recursos assistivos, e o *Hand Talk App*, aplicativo para pessoas interessadas em aprender e traduzir palavras na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua de Sinais Americana (ASL).

3. IARIS, *startup* paraibana especializada em aplicações de inteligência artificial. Fundada em 2021 e com sede em João Pessoa, na Paraíba, a empresa, que atua em aplicações de visão computacional com distribuição SaaS (*software como serviço*), desenvolve produtos que

> O Fórum Econômico Mundial estima que 75% das empresas estão buscando adotar tecnologias como big data, computação em nuvem e inteligência artificial (IA)

auxiliam organizações na certificação de processos, tornando-os mais ágeis e seguros. A *startup* tem dois produtos principais: o *EasyProctor* e o *EasyInspection*.

O primeiro, uma solução de monitoramento à distância de provas e exames com IA, já acompanhou cerca de 700 mil exames, o que gerou mais de 3 milhões de alertas de possibilidade de fraudes. E a solução SaaS de auditoria veicular com o uso de IA, *EasyInspection*, é uma plataforma antifraude para inspeção veicular.

4 - Cuponeria Loyalty, *startup* que cria soluções de tecnologia para fidelizar clientes de grandes empresas. Fundada em 2011, a startup utiliza de soluções criadas a partir de Inteligência Artificial Preditiva, tecnologia que consegue prever os comportamentos, desejos e necessidades dos clientes para manter seus consumidores engajados, e desta forma consegue criar ofertas e benefícios únicos para a necessidade de cada empresa que possui clube de benefícios e seu público.

5. Nethone, empresa de soluções de prevenção a fraudes digitais. A empresa possui uma tecnologia proprietária baseada em IA que endereça desafios de fraude para instituições financeiras globais, plataformas e mercados. Suas técnicas avançadas de monitorização e bloqueio protegem contra mais de 100 tipos de riscos de fraude, incluindo anonimização de rede, ferramentas de acesso remoto (RATs), *bots*, invasão de contas e dispositivos desbloqueados.

6. Minds Digital, *Voice IDTech* pioneira em biometria de voz no Brasil. O Brasil foi reconhecido como um dos que têm os maiores índices de riscos de fraudes pelo *Visa Merchant Fraud Report* 2023. Com algoritmos próprios da *Voice IDTech*, a inteligência artificial autentica a voz em até 1 segundo.

A inteligência artificial ajuda a proteger contra ataques como *phishing e malware*, detectando e prevenindo ameaças, por meio de uma análise de dados com a capacidade de examinar grandes volumes de informações, incluindo transações financeiras e comportamento de compra. A empresa tem contribuído cada vez mais com o ecossistema antifraude e estima prevenir R$ 1,5 bilhão em fraudes nos próximos três anos.

MOBILIDADE VERDE

Mover pode acelerar a descarbonização do segmento automotivo, diz KPMG

O programa de Mobilidade Verde e Inovação (Mover) definiu os requisitos para habilitar e conceder créditos financeiros por meio da Portaria nº 43/2024, publicada recentemente. Entre outros aspectos, detalhou mecanismos necessários para as empresas iniciarem projeções, estabeleceu gastos mínimos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e definiu sistemas de acompanhamento dos investimentos.

De acordo com a KPMG, as empresas do setor automotivo já podem se beneficiar desses créditos, destinando recursos para P&D e na produção tecnológica sustentável, a partir do primeiro dia do mês que pleitearem a habilitação.

Para estimular investimentos em modernização, principalmente direcionados para tecnologias de novas propulsões, ou até mesmo nos projetos destinados à descarbonização, o governo destinará até R$ 19,3 bilhões em incentivos até janeiro de 2029.

A iniciativa envolve a frota de veículos leves, ônibus, caminhões, implementos rodoviários, tratores e toda sua cadeia relacionada, incluindo autopeças, sistemistas e também as empresas que produzem insumos para o setor.

"O programa Mover ainda carece de regulamentações relevantes, mas os investimentos bilionários anunciados pelas montadoras para mudar e moldar nossa transição energética, evidenciam que o setor já está em transformação", afirma o sócio-líder do setor automotivo da KPMG no Brasil, Ricardo Roa.

Para ele, os retornos devem ser promissores. "Para se habilitarem e obterem incentivos, as empresas precisam avançar rapidamente nos estudos estratégicos de mercado e na interpretação da legislação", observa.

Novidades - Dentre os diversos pontos trazidos pela portaria, a KPMG destaca como novidade os seguintes aspectos: regramento de como as empresas poderão pleitear a adesão; definições sobre produtos atrelados a sistemas e soluções estratégicas; definições sobre quais atividades poderão ser consideradas elegíveis; esclarecimentos de metodologias de cálculo dos indicadores para obtenção dos adicionais de crédito; percentuais mínimos de dispêndios obrigatórios em P&D.

De acordo com a KPMG, o Mover contempla retorno de 50% a 320% dos dispêndios em P&D, levando em conta o nível de maturidade tecnológica da manufatura, indicadores de atividades fabris e de infraestrutura de engenharia, indicadores de diversificação de mercados e de produção de tecnologias de propulsão avançadas e sustentáveis.

Empresas que trouxerem novos projetos de produtos relacionados às tecnologias de propulsão avançadas e sustentáveis também poderão se beneficiar de créditos financeiros de 12,5% (veículos) e 25% (autopeças) sobre os ativos fixos produtivos adquiridos localmente, para a produção dessas tecnologias no País.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) publicou, no Diário Oficial da União, do dia 9 de abril, as 23 portarias de habilitação de empresas do setor automotivo no programa Mover. A maioria das autorizações iniciais são para fabricantes de veículos e autopeças que já produzem no País. Uma vez habilitadas, as empresas podem apresentar seus projetos e requisitar os créditos proporcionais aos investimentos. Outros 18 pedidos permanecem em análise técnica.

DIVULGAÇÃO / HOSPITAL SÃO RAFAEL



Expansão inclui um novo centro cirúrgico com nove salas, aumentando a capacidade total para 1.980 cirurgias por mês

SAÚDE

Hospital São Rafael prevê aporte de R$ 40 milhões

Atendimentos devem crescer 6,28% neste ano, chegando a 6,6 mil

DIONE AS

O Hospital São Rafael, no Cidade Jardim, bairro da região Centro-Sul de Belo Horizonte, prevê um investimento na ordem de R$ 40 milhões em expansão de sua infraestrutura inaugurada em 2022. O montante deve ser aplicado até 2026 em recursos atribuídos à melhoria tecnológica, ampliação do complexo de leitos e de centros cirúrgicos.

A diretora executiva do hospital, Flávia Nápoles, explica que o aporte compreende um planejamento estratégico que contou com um investimento inicial de R$ 70 milhões. Segundo ela, a instituição já realizou 6.210 atendimentos até o final de 2023 e projeta elevar em 6,28% para alcançar 6,6 mil atendimentos em 2024.

"Estamos sempre preparados para oferecer aos clientes a experiência e o conforto de um hotel de cinco estrelas, e a segurança de um hospital de grande porte", afirma.

Considerado uma referência regional em cirurgias eletivas e em terapia hiperbárica, o equipamento possui 12 andares, estruturados em setores de *back office* e centro cirúrgico, recepção e praça de alimentação com franquias como a cafeteria *Mr. Black* Café, a açaiteria *Oak Berry* e a pizzaria Pomodori, além de três andares de leitos de internação e um andar dedicado ao serviço de terapia hiperbárica. Recentemente, foi inaugurado um hotel nas dependências do Hospital São Rafael, localizado no terceiro andar.

Com o novo investimento previsto para até 2026, a expansão planejada inclui a adição de um novo centro cirúrgico com nove salas, aumentando a capacidade total para 1.980 cirurgias por mês.

"O centro cirúrgico atual dispõe de 13 salas cirúrgicas, com capacidade instalada para realizar 1.170 cirurgias mensais, considerando uma duração média de 6 horas por cirurgia. Com a nova expansão, essa capacidade será significativamente ampliada", diz Flávia Nápoles.

Além das melhorias no centro cirúrgico, a expansão também contempla a ampliação dos leitos de internação. Atualmente, o hospital oferece 39 leitos, entre acomodações *standards* e suítes luxo. Com o novo investimento, esse número será elevado para 70 leitos, incluindo as novas suítes *premium*, que proporcionarão um ambiente ainda mais requintado e seguro para os pacientes.

> *Além das melhorias no centro cirúrgico, a expansão do hospital também contempla a ampliação dos leitos de internação, que vai passar dos atuais 39 para 70, incluindo as novas suítes premium*

Com a expansão, Flávia Nápoles reafirma que o compromisso do hospital será com o conforto, a segurança e a excelência contínua por inovações que possam beneficiar os pacientes. "Este investimento é fundamental para garantir que continuemos a oferecer serviços de alta qualidade e a atender à crescente demanda da nossa comunidade", diz.

Recursos avançados em tecnologia médica - Em se tratando de inovação, a diretora executiva do hospital elenca uma série de investimentos destinados ao panorama tecnológico do empreendimento hospitalar. Entre eles, a montagem das novas unidades que compreendem o centro cirúrgico, unidades de internação, centro de especialidades médicas e centro de convenções com aparato moderno e tecnológico em infraestrutura e equipamentos.

Também está previsto a aquisição de novos equipamentos cirúrgicos que proporcionam resultados com maior precisão aos procedimentos, tais como: argoplasma, argon 4, safer, piezzo, vibrolipo, torre de vídeo e ultrassom.

E há ainda o IoT (internet das coisas), que compreenderá um sistema de monitoramento de pacientes interligados em seus leitos, reportando a situação de maneira automática, por meio da conexão dos aparelhos.

EVENTOS

Edifício Acaiaca inaugura mirante 360º

LEONARDO LEÃO

O tradicional edifício Acaiaca, localizado na região Central de Belo Horizonte, inaugurou ontem o Mirante Acaiaca. O espaço, localizado no 26º andar do prédio, oferece aos visitantes uma vista 360 graus da capital mineira, a uma altura de mais de 120 metros.

O local foi criado para visitação e fotos, com a possibilidade de avistar grandes ícones da história da cidade e demais patrimônios culturais e naturais presentes em Belo Horizonte.

O mirante é resultado de uma parceria entre os administradores do edifício e a empresa Terraço Acaiaca, que já ocupa o 25º andar e oferece espaço para confraternizações e reuniões corporativas. De acordo com o arquiteto Alexandre Fraga, as visitas serão geridas pela equipe do Terraço Acaiaca.

Ele também relata que, durante o processo de revitalização, o local teve o telhado removido e impermeabilizado para a criação do novo espaço. As madeiras foram reaproveitadas e utilizadas nos pergolados do novo ambiente.

Como visitar - Quem estiver interessado em realizar uma visita ao local, deve adquirir o ingresso pelo Sympla. As datas que estão sendo comercializadas para visitas são sexta-feira (24), sábado (25) e domingo (26). Os valores das entradas são R$ 20,00 para os ingressos sociais e R$ 35,00 a inteira.

ANDRÉ PIRES E TERRAÇO ACAIACA / INSTAGRAM REPRODUÇÃO



Localizado no 26º andar, local oferece aos visitantes uma vista 360 graus da capital mineira

CURTAS

Rodrigo Cortes é o novo Diretor de Operações do BH Airport

O BH Airport recebe, neste mês de maio, um novo Diretor de Operações: Rodrigo Cortes, executivo com mais de 20 anos de experiência no setor de aviação. Ele será responsável pela operação do aeroporto. Rodrigo Cortes é formado em Turismo e Hospitalidade e tem especialização em Gestão Estratégica de Pessoas pela Fundação Getulio Vargas; Gestão Estratégica de Negócios pela Fundação Dom Cabral e Gestão de Aviação pela Embry-Riddle Aeronautical University, na Flórida. Atuou na gestão de companhias aéreas e aeroportos, tanto em âmbito nacional quanto internacional. O novo Diretor afirma que sua prioridade é dar continuidade ao trabalho de excelência já realizado pelos colaboradores, garantindo altos níveis de segurança das operações, eficiência para as empresas que operam no terminal e uma experiência completa aos passageiros. Também reforça a importância de trazer mais voos e negócios para o aeroporto, fomentando empregos e receita para o Estado.

Vox2you prevê expansão agressiva para 2024

Com mais de 100 escolas já em operação, a Vox2you - maior rede de franquias de oratória, se prepara para uma expansão robusta e estratégica aquisições. A rede conta com planos ambiciosos para 2024, visando um faturamento recorde de R$ 100 milhões. Este objetivo acompanha a expansão significativa da rede, que atualmente conta com mais de 100 escolas em operação e 170 franquias vendidas em todo o Brasil. Em um movimento estratégico para solidificar ainda mais sua posição no mercado de educação e tecnologia, a Vox2you planeja inaugurar 55 novas escolas ao longo do ano, em todas as regiões do País. Esta expansão não apenas reforça o compromisso da empresa com a educação de qualidade, mas também destaca sua capacidade de atender à crescente demanda por habilidades interpessoais e profissionais no mercado de trabalho. Além do crescimento em número de escolas, a Vox2you está explorando oportunidades de aquisição, com foco em empresas que operam na interseção de educação e tecnologia e que compartilham de sua visão e valores. Este plano de aquisições visa criar sinergias estratégicas que impulsionem ainda mais o crescimento da empresa para aumento de sua oferta de cursos e serviços. Através de expansão e aquisições cuidadosamente planejadas, a rede estabeleceu como um pilar a formação de profissionais qualificados e preparados para os desafios do século 21, e se destaca por oferecer uma abordagem inovadora no ensino de *soft skills*, preparando seus alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas para uma vida de sucessos. Com um currículo que abrange desde comunicação e liderança até criatividade e pensamento crítico, a Vox2you está na vanguarda da educação para o futuro.

Geotecnia em pauta com a Belgo Arames

Com o objetivo de ampliar o espaço de discussões técnicas, formações e apresentações de soluções brasileiras para demandas de contenções geotécnicas, cada vez mais necessárias para a evolução da infraestrutura nacional, crescimento do País e mitigação ou recuperação de áreas afetadas por desastres naturais, a Belgo Arames reuniu cerca de 100 profissionais das áreas de projeto, construção e usuários finais da infraestrutura, construção civil e mineração, no primeiro Café Geotécnico, em Belo Horizonte. O evento, realizado pela Belgo em parceria com a ArcelorMittal Projects e apoio da Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica (ABMS), foi oferecido gratuitamente. Na programação, palestras sobre o emprego soluções com estacas pranchas em contenções de subsolos de edifícios alinhados às necessidades ambientais do futuro, uso de estacas metálicas tubulares em estruturas de contenção à jusante na mineração, obras em solo reforçado e contenção em gabiões, com destaque para o easyworks, da Belgo Soluções Geotech, único em malha soldada produzido na América Latina.

Pizza Now almeja expansão em todo o território brasileiro

No último trimestre de 2023, o setor de alimentação/*food service* apresentou um crescimento surpreendente, registrando um aumento significativo de 16,9% em comparação com o mesmo período do ano anterior, de acordo com dados divulgados pela Associação Brasileira de Franchising (ABF). Nesse contexto promissor, a Pizza Now solidificou sua posição como uma das principais referências do segmento. Em um mercado caracterizado pela intensa competição, a marca se destaca não apenas pela qualidade excepcional de suas *pizzas*, mas também por seu modelo de negócio eficiente e enxuto. O crescimento consistente da marca é evidente, com unidades alcançando faturamento de R$ 600 mil, como é o caso da loja localizada no bairro Manaíra, em João Pessoa. Desde então, a rede tem expandido sua presença para diversas cidades, incluindo Campina Grande, Recife e Natal, solidificando sua posição como uma das principais referências do setor. Após um faturamento de R$ 18 milhões em 2023, a empresa visa superar expectativas em 2024 e projeta conquistar espaço em diversas regiões do País.

CONECTIVIDADE MÓVEL

ALMG aprova projeto para ampliar 5G

Emenda incluída no texto altera um artigo do anexo para garantir a proteção ambiental na instalação de tecnologia

LEONARDO LEÃO

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou em segundo turno o Projeto de Lei 2.538/21, que viabiliza a chegada da tecnologia de quinta geração (5G) ao interior do Estado. A proposta foi votada em plenário na última terça-feira (21) e segue para sanção do governador Romeu Zema (Novo).

O texto, de autoria do deputado Antônio Carlos Arantes (PL) e da ex-deputada Rosângela Reis, foi aprovado com uma emenda que altera um dos artigos do anexo, visando à proteção ambiental. Esse artigo do anexo passa a ter a seguinte redação: "A atuação e eventual autorização do órgão ambiental pertinente ou do órgão gestor competente será necessária quando se tratar de instalação em área de preservação permanente ou unidade de conservação".

A proposta aprovada institui a política de estímulo à conectividade móvel, como o 5G, em Minas, a partir de sete diretrizes. Dentre elas, está o incentivo à modernização das legislações municipais, que tratam da implantação de infraestrutura de telecomunicações para permitir a atualização tecnológica das redes.

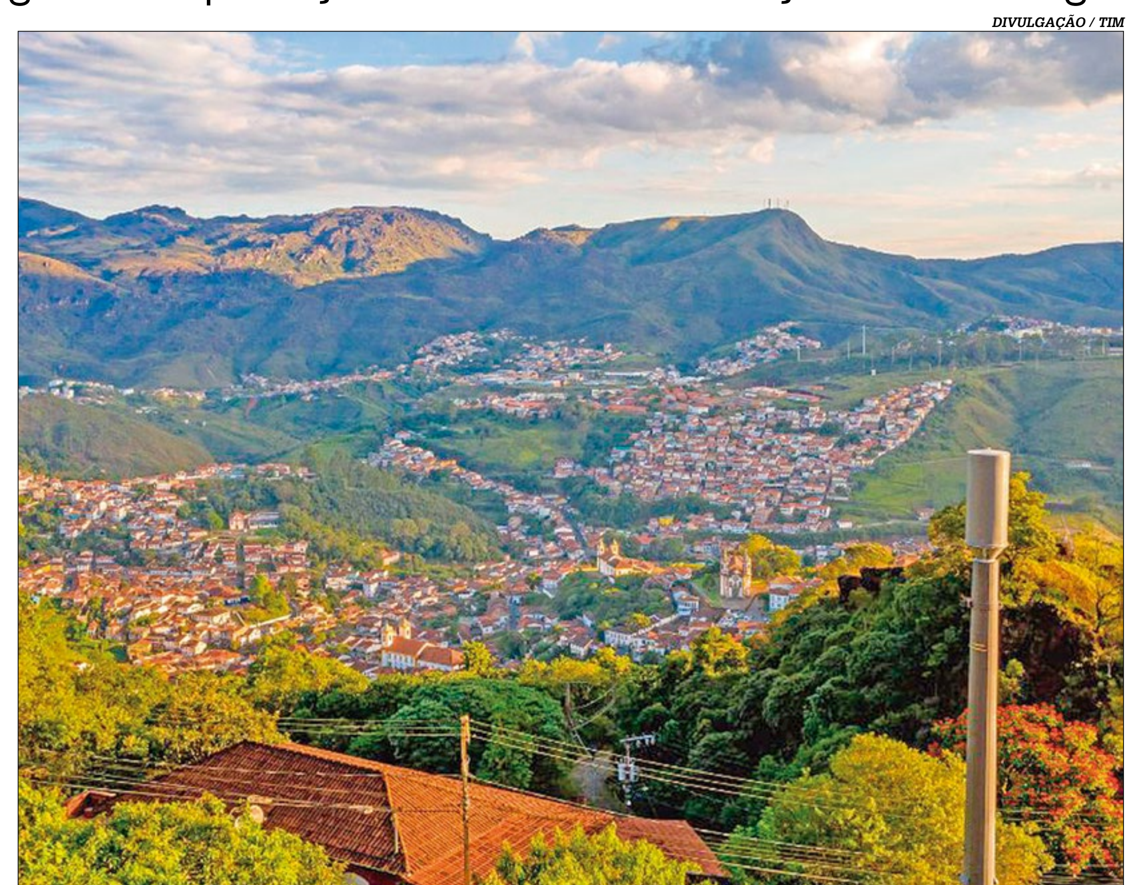
> *"A atuação e eventual autorização do órgão ambiental pertinente será necessária quando se tratar de instalação em área de preservação permanente"*

O projeto ainda apresenta anexo sugerindo um texto base, com caráter indicativo, contendo minuta de projeto de lei municipal sobre a ocupação e o uso do solo na implantação e no compartilhamento da infraestrutura de suporte de telecomunicações.

O PL também busca incentivar o desenvolvimento de estratégias para modernizar e simplificar os processos de licenciamento das infraestruturas de telecomunicações. Além de proporcionar um ambiente favorável à expansão da conectividade em áreas periféricas dos grandes centros urbanos de Minas Gerais, no interior e também nas zonas rurais.

A proposta aprovada ainda relaciona entre ações da política a realização de debates com empreendedores da indústria de telecomunicações, além de entidades dos setores produtivos da economia digital baseada na conectividade.

DIVULGAÇÃO / TIM



O objetivo do Projeto de Lei 2.588/21 é viabilizar a implantação da 5G no interior de MG

TRIBUTOS

Adesão ao Refis ICMS terminará em 21 de junho

As empresas que possuem dívidas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) junto ao Estado de Minas Gerais têm prazo até o dia 21 de junho para aderir ao Refis ICMS MG 2024. O programa, lançado pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) em 1º de abril, prevê descontos nas multas e nos juros que variam de 30%, para pagamento em 120 parcelas, a 90%, no caso de quitação à vista. As regras do programa estão dispostas no Decreto 48.790.

Desde o lançamento do Refis, a equipe da Superintendência do Crédito e Cobrança (Sucred) da SEF tem participado de eventos voltados aos contribuintes para esclarecer os principais pontos do programa. Já no site da secretaria, está disponível uma seção de "perguntas e respostas mais freqüentes".

"Os contribuintes têm se mostrado bastante interessados no programa. Sabemos que os motivos que levam à inadimplência são vários, e o Estado está oferecendo uma excelente oportunidade para aquelas empresas que querem se reorganizar financeiramente voltarem a investir e girar a economia mineira", afirma o superintendente do Crédito e Cobrança, Leonardo Guerra Ribeiro.

Podem ser alcançados pelo Refis os débitos do ICMS declarados ou não, em aberto ou parcelados, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizada ou não sua cobrança, referentes aos fatos geradores (como vencimentos, operações realizadas ou notas fiscais emitidas) ocorridos até 31 de março de 2023.

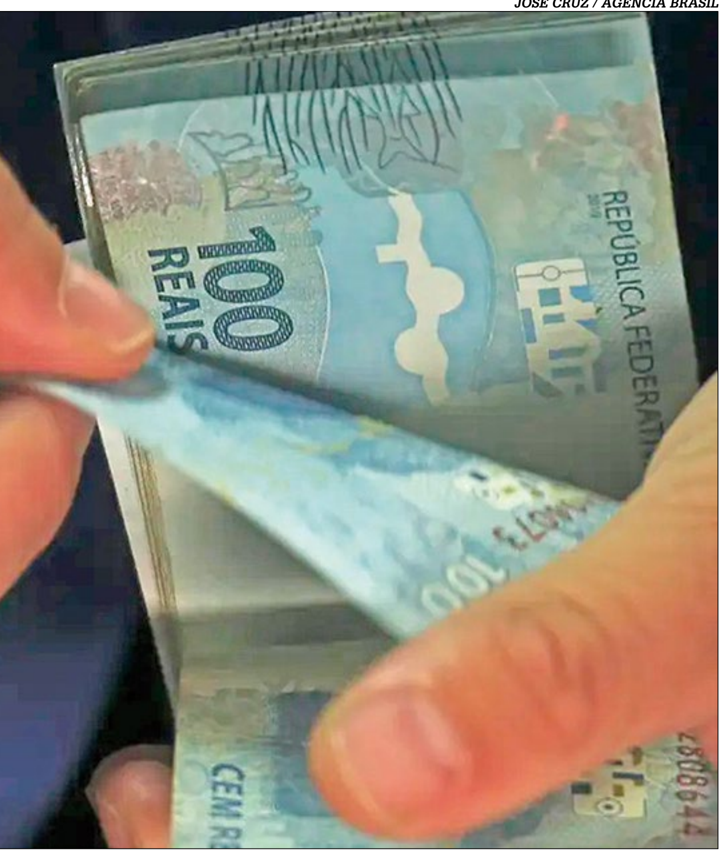
Para ingresso no programa, o contribuinte deverá consolidar todos os débitos em aberto. Mesmo as empresas que perderam parcelamentos anteriores poderão aderir novamente. O valor da parcela não poderá ser inferior a R$ 500.

Simulações - Para aderir ao Refis, o contribuinte deverá acessar o Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (Siare), fazer as simulações e concluir a habilitação no próprio sistema. Alternativamente, o contribuinte poderá preencher o documento de habilitação disponível no site da Secretaria de Fazenda e encaminhá-lo à administração fazendária (AF) de sua circunscrição ou nos Núcleos de Contribuintes Externos (NConext) localizados nas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo ou Brasília.

Excepcionalmente, caso o interessado não tenha acesso ao Siare ou não consiga realizar a simulação e/ou contratação de parcelamento pela internet, ele poderá contactar a administração fazendária do município de seu domicílio ou, no caso de contribuinte fora de Minas Gerais, os Núcleos de Contribuintes Externos localizados nas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo ou de Brasília para requerer o ingresso no plano. Apenas nestes casos, os formulários de requerimento de habilitação disponibilizados (*download*) devem ser preenchidos e encaminhados.

A SEF recomenda que as empresas interessadas em se regularizar não deixem para aderir ao programa na última hora, a fim de evitar o risco de sobrecarga e eventual indisponibilidade do sistema. **(Agência Minas)**

JOSÉ CRUZ / AGÊNCIA BRASIL



O programa da SEF oferece descontos em multas e juros

SIMPLES NACIONAL

Prazo para entrega da DASN-Simei pelos MEIs vence em 31 de maio

Brasília - Até o dia 20 de maio, 6.630.179 microempreendedores individuais (MEIs) já haviam entregado a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-Simei) para a Receita Federal referente ao ano-calendário 2023. No fim do ano passado, o órgão contabilizou 15.719.345 CNPJs ativos como MEIs. Portanto, ainda faltam 9 milhões - mais da metade (57,8%) - de microempreendedores individuais para cumprirem a obrigação.

O prazo encerra em 31 de maio. A medida é obrigatória e serve para informar os rendimentos anuais da empresa no exercício do ano anterior, neste caso, em 2023. Quem não o fizer fica com pendência na Receita Federal e deve pagar uma multa de 2% por cada mês de atraso (com limite de até 20%) sobre o valor total dos tributos declarados. O valor mínimo é de R$ 50.

Para os MEIs com matriz localizada em municípios do Rio Grande do Sul, o prazo para entregar a DASN-Simei foi prorrogado até 31 de julho, em decorrência da situação de calamidade pública provocada pelas chuvas no estado.

De acordo com a classificação estabelecida pelo governo federal, para se enquadrar como MEI, o empreendimento deve ter um faturamento anual de no máximo R$ 81 mil; contratar no máximo um funcionário; não ser sócio, titular ou administrador de outra empresa; e não ter ou abrir uma filial posteriormente.

O gerente de relacionamento com o cliente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Ênio Pinto, alerta para a importância de entregar a declaração anual. "É importante que você faça (a declaração) para mostrar para o governo que você continua dentro do limite de faturamento que te permite atuar como microempreendedor individual, para que você continue tendo direito a todo o pacote previdenciário que você faz jus a partir do momento que é MEI, faz o seu recolhimento em dia e tem sua declaração anual também entregue dentro do prazo", ressalta.

Mesmo quem não teve rendimentos em 2023, mas já tinha o CNPJ ativo como MEI, precisa entregar a DASN-Simei até 31 de maio.

Para fazer a declaração dos rendimentos anuais como MEI, basta acessar oPortal do Empreendedor. A analista técnica do Sebrae de Santa Catarina, Sueli Lyra, explica o passo a passo. "Acesse o portal gov.br/mei. Clique em 'já sou MEI' e depois em Declaração Anual de Faturamento. Digite seu número de CNPJ, selecione o ano da declaração — no caso referente ao ano de 2023. Informe o valor total de faturamento pela empresa; seja de serviço, comércio, indústria e transporte. Selecione se você teve ou não funcionários naquele período. E vai aparecer um resumo de todas as contribuições pagas por você naquele ano. Clique em entregar a declaração e pronto. Rápido, fácil e gratuito", destaca. **(ASN)**

PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSS altera calendário para cumprir exigência da aposentadoria no RS

São Paulo - O Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) alteraram os prazos para cumprimento de exigência da aposentadoria e pedidos de recurso no Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) para moradores do Rio Grande do Sul por causa do estado de calamidade pública causado pelas chuvas.

Segundo portaria publicada no Diário Oficial da União de ontem, ficam suspensos por 60 dias, a contar do dia 24 de abril, os prazos administrativos de diversas ações relacionados a benefícios como aposentadoria, pensão, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e perícia médica, entre outros.

A ação é inédita e atendeu a solicitação feita pela sociedade civil organizada. Um dos órgãos que fez pedidos ao governo sobre os prazos no INSS foi o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário(IBDP), com forte atuação no Sul.

O ministério, no entanto, realizou estudos próprios antes de publicar a portaria, para entender a situação das agências, dos servidores e do atendimento a ser prestado ao público.

"O IBDP enviou sugestões, mas o ministério fez análises e estudos próprios para o atendimento da situação. O diálogo e colaboração institucional são importantes para as inovações e avanços", afirma a presidente do instituto, Gisele Kravchychyn.

Segundo a portaria, ficam suspensos, sem prejuízo e quando possível, a análise de requerimentos administrativos para cumprimento de exigências, requerimento de revisão, apresentação de documentos, interposição de defesa e cobrança administrativa dos benefícios e serviços do INSS.

A perícia médica federal também será afetada. Os prazos para entrega de documentação complementar solicitada pelo perito serão suspensos por até 60 dias, dando mais tempo ao segurado para conseguir as provas de seu adoecimento ou da evolução da doença.

No caso dos recursos, a regra vale tanto na instância inicial quanto no CRPS. Neste caso, o cidadão ganha mais tempo para contestar o benefício ou revisão negados. A regra vale para os beneficiários do INSS, seus advogados e empresas que precisam enviar documentos e cumprir normas da legislação previdenciária.

Diferentemente de outras medidas governamentais, como o pagamento do Auxílio Reconstrução de R$ 5.100, a liberação de parcela extra do seguro-desemprego e o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que atendem apenas os moradores de municípios que estão em estado de calamidade pública decretada pela Defesa Civil, as regras da Previdência valem para todo o estado.

Em nota, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirma que as medidas vão facilitar o acesso dos moradores do Rio Grande do Sul aos benefícios previdenciários. "Essa portaria que publicamos hoje retira parte da burocracia, para facilitar o acesso dessas pessoas aos benefícios da Previdência Social. Queremos que todos aqueles que tenham direitos sejam atendidos em suas demandas. Que não sejam penalizadas duplamente por de repente estar sem um documento ou não ter conseguido cumprir um prazo legal", afirma. **(Cristiane Gercina/ Folhapress)**

POLÍTICA ECONÔMICA

Haddad diz que inflação está controlada

Em audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, ministro garante que "ruídos são patrocinados"

Brasília - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem, em Brasília, que a economia brasileira está gerando empregos com baixa inflação e que os ruídos sobre a política econômica do governo "vão desaparecer porque foram patrocinados, não são reais". "Tem interesses por trás disso", disse, destacando que os principais indicadores de inflação e desemprego estão positivos.

"A impressão que dá é que tem um fantasminha fazendo a cabeça das pessoas e prejudicando o nosso plano de desenvolvimento", acrescentou. Haddad participou de audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados para tratar de assuntos relacionados à sua pasta.

"Esse ruído não está fazendo bem para a economia brasileira e não tem amparo nos dados. Porque estamos com baixa inflação, o rendimento do trabalho subiu no ano passado e isso não gerou inflação", disse Haddad. Ele lembrou que o déficit de R$ 230 bilhões registrado nas contas públicas em 2023 foi uma herança do governo anterior e que, a partir deste ano, poderá ser cobrado, pois o orçamento de 2024 já foi construído pelo governo atual.

"Estamos construindo um caminho mais justo do ponto de vista social. É um ajuste fiscal que está sendo feito sem fazer doer nas famílias, nos trabalhadores, no empresário que paga seus impostos corretamente, sem prejudicar programas sociais importantes, contratos sociais já estabelecidos. Estamos fazendo um caminho mais difícil, pois exigem vários pequenos ajustes, que, somados, vão resolver nosso problema fiscal", declarou o ministro.

Ele afirmou que a relação entre o Executivo e Legislativo está indo bem e agradeceu os parlamentares aprovação de medidas econômicas. Segundo ele, o ajuste econômico do governo passa pelo corte de gasto tributário, de benefícios fiscais, para que pessoas e setores que não pagavam impostos passem a pagar.

Juros - Haddad defendeu a harmonia das políticas monetária e fiscal e elogiou o trabalho do Banco Central (BC) para o controle da inflação nos últimos anos. Por outro lado, lembrou que a taxa de juros real do Brasil ainda é muito restritiva. Na última reunião, neste mês, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reduziu a taxa básica de juros, a Selic, para 10,5%.

Os membros do colegiado, entretanto, mostraram preocupação com as expectativas de inflação acima da meta e, "em meio a um cenário macroeconômico mais desafiador do que o previsto anteriormente", não preveem novos cortes na taxa Selic.

"Hoje, nós estamos com uma taxa de juro de 10,5% para uma inflação projetada para o ano de 3,70%. Diminui 10,5% de 3,70%. Veja em que altura está andando o juro real no Brasil. Nós estamos andando num campo muito restritivo de política monetária", assegurou Haddad, rebatendo a análise de que a inflação esteja desancorada.

Em abril deste ano, pressionada pelos preços de alimentos e gastos com saúde e cuidados pessoais, a inflação do país - medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - foi a 0,38%, acima do observado no mês anterior (0,16%), mas abaixo do apurado em abril do ano passado (0,61%). Em 12 meses, o IPCA acumula 3,69%.

Tolerância - Apesar de estar dentro do intervalo de tolerância, as expectativas de inflação ainda se encontram acima da meta estabelecida pelo Banco Central, que, junto com a elevação da dívida pública, alimentam a incerteza entre os agentes econômicos. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

"Os núcleos (de inflação) estão rodando abaixo da meta, que é exigentíssima. Uma meta para um país com as condições do Brasil de 3% é um negócio inimaginável", disse Haddad, reafirmando o controle da inflação, mas defendendo que haja uma discussão mais profunda sobre o tema, com regras de vinculação fiscal sustentáveis no tempo.

"Se o Brasil está com dificuldade de cumprir uma meta mais baixa, se a inflação fica insensível à taxa de juro, nós temos que pensar as condições institucionais do País, por que ela está resistente? Tem uma dimensão institucional. E uma das questões institucionais é o nosso quadro fiscal, no sentido amplo, as vinculações, uma série de problemas da nossa Constituição aos quais não foram dados os tratamentos adequados até agora, na minha opinião", avaliou. **(ABr)**

> *"Estamos construindo um caminho mais justo do ponto de vista social. É um ajuste fiscal que está sendo feito sem fazer doer nas famílias, nos trabalhadores e no empresário"*

LULA MARQUES / AGÊNCIA BRASIL



O ministro Fernando Haddad afirmou que os indicadores econômicos do País são positivos

REAL DIGITAL

Drex terá uma segunda fase de testes

Brasília - O Drex, real digital em desenvolvimento pelo Banco Central, tem impasse em solução de privacidade e passará por uma segunda fase de testes, informou ontem a autoridade monetária. "As soluções tecnológicas de privacidade testadas até o presente estágio do piloto não apresentaram a maturidade necessária para que se possa garantir o atendimento de todos os requisitos jurídicos relacionados à preservação da privacidade dos cidadãos, apesar de terem evoluído ao longo do tempo", afirmou o BC em nota.

A autoridade monetária disse ter decidido revisar as diretrizes do piloto para "permitir o avanço de sua infraestrutura em uma segunda fase de testes", com o objetivo de incorporar novas funcionalidades e promover a evolução e a maturação da plataforma.

Em agosto do ano passado, o BC revisou o cronograma da primeira fase de testes. Inicialmente prevista para acabar entre fevereiro e março deste ano, a etapa inicial do piloto tinha sido prolongada até maio.

Na próxima fase, será testada a implementação de contratos inteligentes - documentos digitais programados por meio de tecnologia para serem executados de forma automática sob as condições acordadas - criados e geridos por outros participantes na infraestrutura criada para o desenvolvimento da moeda digital.

Ou seja, o piloto não ficará mais restrito apenas aos serviços criados pelo BC. De acordo com a instituição, serão avaliados diferentes casos de uso na nova fase do piloto, levando em consideração "os requerimentos de privacidade exigidos pela legislação em vigor".

Como serão incluídos no ambiente de testes ativos não regulados pela autoridade monetária, o BC diz que haverá necessidade de se assegurar a participação ativa de outros reguladores na plataforma, em especial da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que já acompanha a evolução da moeda digital do Brasil.

De acordo com a instituição, será aberto nas próximas semanas um novo prazo para que os atuais participantes do piloto apresentem propostas de casos de uso do Drex. As iniciativas selecionadas serão testadas a partir de julho.

O BC ainda receberá ao longo do terceiro trimestre novas propostas de candidaturas de instituições que queiram participar do piloto. Os escolhidos deverão testar a implementação de contratos inteligentes até o fim do primeiro semestre de 2025.

"Família do Pix" - O real digital foi batizado de Drex pelo BC no dia 7 de agosto e apresentado como "um passo a mais na família do Pix". Ele está sendo desenvolvido com o objetivo de trazer avanços em transações mais complexas e popularizar serviços financeiros no País que hoje são caros e pouco acessíveis.

O Drex não é uma criptomoeda, mas uma nova forma de representação da moeda brasileira. Na avaliação de especialistas, tem potencial de modernizar a maneira como hoje são feitos pagamentos, empréstimos, investimentos, compra e venda de carros e imóveis e também criar novas oportunidades de negócios. **(Nathalia Garcia/Folhapress)**

REUTERS / UESLEI MARCELINO



O BC informou que as diretrizes do piloto serão revisadas para melhorar a infraestrutura

TÍTULO DE INVESTIMENTO

LCD pode movimentar até R$ 10 bi de crédito

Rio de Janeiro – O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) avalia que cria a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), novo título de investimento incentivado, poderá gerar um volume de crédito ao setor produtivo nacional de até R$ 10 bilhões, afirmaram ontem representantes da instituição.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, espera que o projeto que trata da criação da LCD possa ser aprovado pelo Senado na semana que vem. A matéria já passou pela Câmara dos Deputados e está para ser analisada pelos senadores.

"Estamos muito otimistas que na semana que vem será aprovada no senado", disse Mercadante em evento do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). O BNDES tem sido um dos grandes defensores da LCD como instrumento de financiamento para setor produtivo nacional.

A LCD tem inspiração na Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e na Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), títulos que captam dinheiro para financiamento de projetos dos setores imobiliário e do agronegócio. As LCI e LCA oferecem isenção de Imposto de Renda para pessoas físicas e uma alíquota fixa de 15% de IR para pessoas jurídicas.

Aprovado na Câmara dos Deputados na semana passada, o projeto de lei que cria a LCD poderá deixar três bancos de desenvolvimento menos dependentes dos tesouros estaduais: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). O projeto que cria o novo título ainda precisa ser apreciado no Senado Federal.

"Será uma nova fonte de captação doméstica não só para o BNDES, mas também para o BDMG, o Bandes e o BRDE. Com isso, esses bancos estaduais poderão andar mais com as suas próprias pernas e depender menos dos tesouros. Poderão cumprir a sua função sem onerar tanto a política fiscal", explicou na última terça-feira (21) o diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nelson Barbosa.

A emissão será exclusiva do BNDES ou dos demais bancos de desenvolvimento mediante autorização do Banco Central. Por meio das LCDs, essas instituições poderão captar recursos para financiar suas ações. O título se torna também um meio para investidores interessados apoiarem o desenvolvimento do País.

A expectativa do governo é que as LCDs contribuam para gerar recursos que permitam conceder crédito para fortalecer, sobretudo, a indústria nacional. Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado por 339 votos contra 91. **(Reuters/ABr)**

TOMAZ SILVA / AGÊNCIA BRASIL

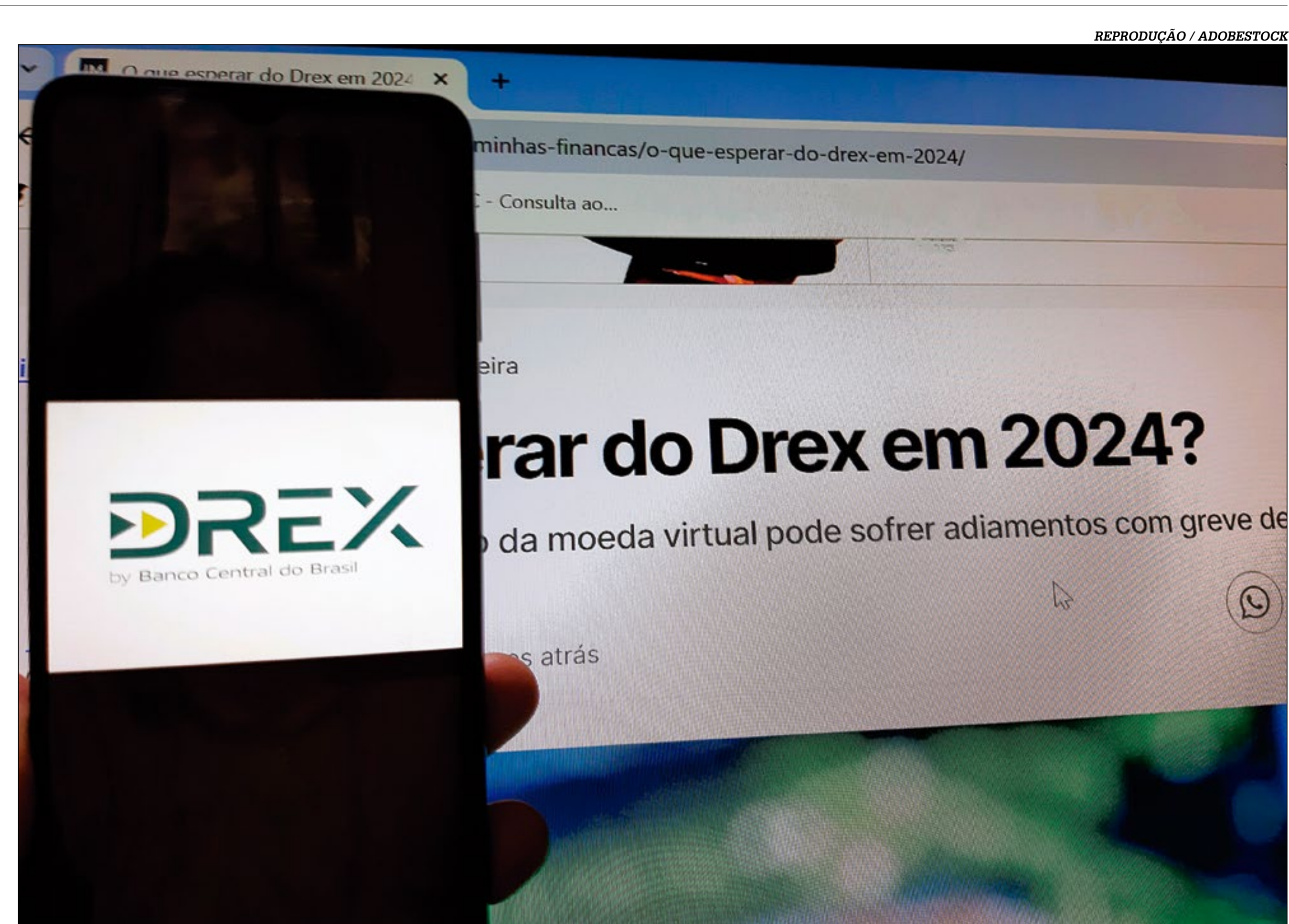


Aloizio Mercadante prevê a aprovação da LCD no Senado

Drex: a promessa e os perigos da moeda digital brasileira

DENIS FURTADO*

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK



Nos últimos anos, o mundo tem testemunhado uma transformação significativa na forma como lidamos com o dinheiro e conduzimos transações financeiras. Uma das mais recentes evoluções nesse cenário é a chegada do Digital Real Exchange (Drex), um recurso inovador que promete mudar o setor bancário e os serviços financeiros como os conhecemos.

Para quem ainda não ouviu falar, o Drex é a representação digital do real, que tem o mesmo valor e mesma aceitação do real tradicional. Intrinsecamente ligado à tecnologia *blockchain* – que funciona como um livro-razão digital distribuído e seguro, registrando transações de forma permanente e transparente – trata-se de um modelo digital que visa facilitar e agilizar a troca de ativos financeiros, tornando as transações mais eficientes e acessíveis a um maior número de pessoas.

O Drex ainda não tem data para chegar ao público. Atualmente ele está em testes com 16 empresas e consórcios escolhidos pelo Banco Central (Bacen) e sua implementação é acompanhada de perto por especialistas e *stakeholders* do setor financeiro. E a expectativa é grande: 60% dos brasileiros acreditam que ele trará benefícios para a economia e 50% estão dispostos a usá-lo, segundo dados do Banco Central.

A moeda digital representa um novo paradigma para o sistema financeiro, com potencial para impulsionar a economia e democratizar o acesso a serviços bancários. Perspectivas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontam que o Drex pode aumentar o PIB do Brasil em até 1% e gerar até 2 milhões de novos empregos.

No entanto, com essa nova forma de fazer negócios surgem também desafios significativos, especialmente no que se refere à segurança e integridade das transações.

Fraude: uma ameaça evitável? - Assim como outras inovações no setor financeiro, como o Pix, o Drex não estará imune a fraudes. É importante compreender que as vulnerabilidades não residem apenas no próprio sistema, mas também no comportamento humano. O Pix, por exemplo, apesar de sua eficiência e praticidade, também tem sido alvo de fraudadores que exploram falhas nas práticas de segurança e na conduta dos usuários. Da mesma forma, o Drex enfrentará desafios semelhantes, exigindo medidas proativas para mitigar riscos.

É fundamental reconhecer que a segurança no ambiente digital é uma responsabilidade compartilhada entre o setor público e o privado: instituições financeiras, desenvolvedores de tecnologia e usuários finais. À medida que nos preparamos para a adoção do DREX, é importante que todas as partes envolvidas estejam cientes dos riscos potenciais e tomem medidas para proteger seus dados e ativos financeiros.

Isso inclui a implementação de protocolos robustos de segurança cibernética, a educação dos usuários sobre boas práticas de segurança e o desenvolvimento contínuo de tecnologias de detecção e prevenção de fraudes.

Além disso, é essencial que os reguladores e órgãos governamentais continuem acompanhando de perto a implementação do Drex e promovam um ambiente regulatório que incentive a inovação ao mesmo tempo que protege os consumidores e a integridade do sistema financeiro.

A moeda digital representa um novo paradigma para o sistema financeiro, com potencial para impulsionar a economia e democratizar o acesso a serviços bancários. Perspectivas da FGV apontam que o Drex pode aumentar o PIB do Brasil em até 1% e gerar até 2 milhões de novos empregos

O Drex representa uma emocionante nova fronteira para os serviços financeiros, oferecendo oportunidades inéditas para a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico.

No entanto, não podemos ignorar os desafios que acompanham essa transformação. A prevenção de fraudes é uma preocupação central que deve ser abordada de forma proativa e colaborativa por todas as partes interessadas. Somente assim poderemos colher os seus benefícios e garantir a segurança e a confiabilidade do sistema financeiro digital do futuro.

** Engenheiro de sistemas e diretor da Smart Solutions, distribuidora brasileira de solução antifraude e de cibersegurança*

Indicadores Econômicos

Dólar

		22/05/2024	21/05/2024	20/05/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,1560	R$ 5,1160	R$ 5,1040
	VENDA	R$ 5,1560	R$ 5,1160	R$ 5,1050
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,1496	R$ 5,1031	R$ 5,1079
	VENDA	R$ 5,1502	R$ 5,1037	R$ 5,1085
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,1690	R$ 5,1440	R$ 5,1380
	VENDA	R$ 5,3490	R$ 5,3240	R$ 5,3180

Fonte: BC

Ouro

	22/05/2024	21/05/2024	20/05/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.378,48	US$ 2.420,76	US$ 2.425,32
BM&F-SP (g)	R$ 396,12	R$ 397,43	R$ 398,12

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Maio	1,12	13,75
Junho	1,07	13,75
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75

Reservas Internacionais

21/05.. US$ 356.330 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.112,00	Isento	Isento
De 2.112,01 até 2.826,65	7,5	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	651,73
Acima de 4.664,68	27,5	884,96

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 528,00
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023
Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de--renda/tabelas/2023 - **A partir de maio de 2023.**

Inflação

Índices	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-1,84%	-1,93%	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	-0,60%	-3,04%
IPC-Fipe	0,20%	-0,03%	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	1,51%	2,77%
IGP-DI (FGV)	-2,33%	-1,45%	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	-0,26%	-2,32%
INPC-IBGE	0,36%	-0,10%	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	1,95%	3,23%
IPCA-IBGE	0,23%	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	1,80%	3,69%
IPCA-IPEAD	0,44%	0,35%	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	3,14%	5,85%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,10	-0,05	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39
UPC (R$)	24,06	24,06	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,28	7,28	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7346	0,7508
COLON/COSTA RICA	35	0,3527	0,3552
COLON/EL SALVADOR	40	0,009999	0,01009
COROA DINAMARQUESA	55	0,7478	0,7479
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03714	0,03722
COROA NORUEGUESA	65	0,4817	0,4819
COROA SUECA	70	0,4799	0,4801
COROA TCHECA	75	0,2255	0,2256
DINAR ARGELINO	90	0,07518	0,07557
DINAR/KWAIT	95	0,03813	0,03841
DINAR/BAHREIN	100	16,7794	16,7868
DINAR/IRAQUE	115	0,003928	0,003935
DINAR/JORDANIA	125	7,253	7,2743
DINAR SERVIO	133	0,04763	0,04768
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4019	1,4023
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,4152	3,4182
DOLAR/BAHAMAS	155	5,1496	5,1502
DOLAR/BERMUDAS	160	5,1496	5,1502
DOLAR CANADENSE	165	3,7665	3,7681
DOLAR DA GUIANA	170	0,02447	0,02476
DOLAR CAYMAN	190	6,1672	6,2427
DOLAR CINGAPURA	195	3,8142	3,8172
DOLAR HONG KONG	205	0,6596	0,6597
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7544	0,7634
DOLAR DOS EUA	220	5,1496	5,1502
FORINT/HUNGRIA	345	0,01441	0,01442
FRANCO SUICO	425	5,6329	5,636
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0006849	0,0006859
IENE	470	0,0329	0,03291
LIBRA/EGITO	535	0,1099	0,1102
LIBRA ESTERLINA	540	6,557	6,5603
LIBRA/LIBANO	560	0,0000575	0,0000575
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,000396	0,0003962
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1595	0,1596
LIRA TURCA	642	0,1599	0,1599
NOVO SOL/PERU	660	1,3773	1,3779
PESO ARGENTINO	665	0,06181	0,06186
PESO CHILE	715	0,005683	0,005688
PESO/COLOMBIA	720	0,001342	0,001343
PESO/CUBA	725	0,2146	0,2146
PESO/REP. DOMINIC	730	0,08731	0,0879
PESO/FILIPINAS	735	0,08876	0,0888
PESO/MEXICO	741	0,3096	0,3099
PESO/URUGUAIO	745	0,1344	0,1345
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6619	0,6637
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002445	0,00246
RENMIMBI IUAN	795	0,7112	0,7113
RENMINBI HONG KONG	796	0,7099	0,71
RIAL/CATAR	800	1,412	1,4133
RIAL/OMA	805	13,3756	13,3806
RIAL/IEMEN	810	0,02056	0,0206
RIAL/IRAN, REP	815	0,0001226	0,0001226
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,373	1,3732
RINGGIT/MALASIA	828	1,0968	1,0981
RUBLO/RUSSIA	830	0,05714	0,05715
RUPIA/INDIA	860	0,06184	0,06186
RUPIA/INDONESIA	865	0,000322	0,0003221
RUPIA/PAQUISTAO	870	0,3322	0,334
SHEKEL/ISRAEL	880	1,3976	1,4054
WON COREIA SUL	930	0,003768	0,00377
ZLOTY/POLONIA	975	1,3096	1,3102
EURO	978	5,5791	5,5818

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2024
Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Janeiro/2024	Março/2024	0,2545	0,4946
Fevereiro/2024	Abril/2024	0,2798	0,2798

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

03/05	0,01363446	3,04322884
04/05	0,01363462	3,04326520
05/05	0,01363462	3,04326520
06/05	0,01363462	3,04326520
07/05	0,01363496	3,04333913
08/05	0,01363550	3,04346125
09/05	0,01363605	3,04358294
10/05	0,01363659	3,04370406
11/05	0,01363674	3,04373786
12/05	0,01363674	3,04373786
13/05	0,01363674	3,04373786
14/05	0,01363713	3,04382412
15/05	0,01363766	3,04394351
16/05	0,01363821	3,04406580
17/05	0,01363860	3,04415260
18/05	0,01363867	3,04416878
19/05	0,01363867	3,04416878
20/05	0,01363867	3,04416878
21/05	0,01363892	3,04422403
22/05	0,01363933	3,04431475
23/05	0,01363972	3,04440243

Fonte: Fenaseg

TBF

07/05 a 07/06	0,7889
08/05 a 08/06	0,7867
09/05 a 09/06	0,7540
10/05 a 10/06	0,7191
11/05 a 11/06	0,7244
12/05 a 12/06	0,7608
13/05 a 13/06	0,7971
14/05 a 14/06	0,7991
15/05 a 15/06	0,7951
16/05 a 16/06	0,7648
17/05 a 17/06	0,7288
18/05 a 18/06	0,7285
19/05 a 19/06	0,7651
20/05 a 20/06	0,8017

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Abril	1,0369
IGP-DI (FGV)	
Abril	0,9768
IGP-M (FGV)	
Abril	0,9696

TR/Poupança

14/04 a 14/05	0,0567	0,5570
15/04 a 15/05	0,0824	0,5828
16/04 a 16/05	0,0844	0,5848
17/04 a 17/05	0,0599	0,5602
18/04 a 18/05	0,0672	0,5675
19/04 a 19/05	0,0362	0,5364
20/04 a 20/05	0,0101	0,5102
21/04 a 21/05	0,0363	0,5365
22/04 a 22/05	0,0626	0,5629
23/04 a 23/05	0,0605	0,5608
24/04 a 24/05	0,0627	0,5630
25/04 a 25/05	0,0621	0,5624
26/04 a 26/05	0,0365	0,5367
27/04 a 27/05	0,0088	0,5088
28/04 a 28/05	0,0350	0,5352
01/05 a 01/06	0,0870	0,5874
02/05 a 02/06	0,0870	0,5874
03/05 a 03/06	0,0521	0,5524
04/05 a 04/06	0,0487	0,5489
05/05 a 05/06	0,0844	0,5848
06/05 a 06/06	0,1103	0,6109
07/05 a 07/06	0,1082	0,6087
08/05 a 08/06	0,1060	0,6065
09/05 a 09/06	0,0834	0,5838
10/05 a 10/06	0,0488	0,5490
11/05 a 11/06	0,0342	0,5344
12/05 a 12/06	0,0604	0,5607
13/05 a 13/06	0,0865	0,5869
14/05 a 14/06	0,0885	0,5889
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926

Agenda Federal

Dia 23

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis - a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc). b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica. Internet
Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "b"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023

IOF - Pagamento do IOF apurado no 2º decêndio de maio/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 11 a 20.05.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005): a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos. Darf Comum (2 vias)

Dia 24

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre todos os produtos (exceto os classificados no Capítulo 22, nos códigos 2402.20.00, 2402.90.00 e nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da TIPI) - Cód. DARF 5123. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI (bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres) - Cód. DARF 0668. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre os produtos do código 2402.90.00 da TIPI (outros cigarros) - Cód. DARF 5110. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 84.29, 84.32 e 84.33 (máquinas e aparelhos) e nas posições 87.01, 87.02, 87.04, 87.05 e 87.11 (tratores, veículos automóveis e motocicletas) da TIPI - Cód. DARF 1097. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 87.03 e 87.06 da TIPI (automóveis e chassis) - Cód. DARF 0676. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre cervejas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0821. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre demais bebidas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0838. Darf Comum (2 vias)

Cofins - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de abril/2024 (art. 18, II, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
Cofins - Demais Entidades - Cód. Darf 2172
Cofins - Combustíveis - Cód. Darf 6840
Cofins - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8645
Cofins não cumulativa (Lei nº 10.833/2003) - Cód. Darf 5856
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001). Darf Comum (2 vias)

PIS-Pasep - Pagamento das contribuições cujos fatos geradores ocorreram no mês de abril/2024 (art. 18, II, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
PIS-Pasep - Faturamento (cumulativo) - Cód. Darf 8109
PIS - Combustíveis - Cód. Darf 6824
PIS - Não cumulativo (Lei nº 10.637/2002) - Cód. Darf 6912
PIS-Pasep - Folha de Salários - Cód. Darf 8301
PIS-Pasep - Pessoa Jurídica de Direito Público - Cód. Darf 3703
PIS - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8496
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001). Darf Comum (2 vias)

Bovespa

Movimento do Pregão 22/05

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em baixa de -1,38% ao marcar 125650.03 pontos, com volume financeiro negociado de R$ 26.045.249.236. As maiores altas foram TIM ON, CARREFOUR BR ON, AREZZO CO ON, TELEF BRASIL ON e GRUPO SOMA ON. As maiores baixas foram MINERVA ON, LWSA ON, LOJAS RENNER ON, PETZ ON e REDE D OR ON.

Pregão do dia 21/05

RESUMO NO DIA

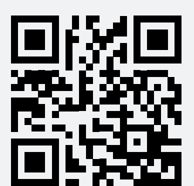
Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	1.570.100	1.103.409	43,80	17.343.234,65	87,93
FRACIONARIO	310.271	3.967	0,15	70.773,62	0,35
DEMAIS ATIVOS	862.016	913.161	36,24	1.215.958,17	6,16
TOTAL A VISTA	2.742.379	2.020.537	80,20	18.629.956,40	94,45
MIDPOINT	5	632	0,02	7.053,00	0,03
EX OPC COMPRA	5	8	0,00	51,09	0,00
TERMO	662	7.403	0,29	57.468,00	0,29
OPCOES COMPRA	135.562	268.591	10,66	169.945,97	0,86
OPCOES VENDA	108.664	203.982	8,09	216.542,03	1,09
OPC.COMP.INDICE	518	11	0,00	8.267,07	0,04
OPC.VEND.INDICE	290	17	0,00	19.264,75	0,09
TOTAL DE OPCOES	245.034	472.602	18,76	414.019,84	2,09
BOVESPAFIX	1.534	172	0,00	13.292,66	0,06
TOTAL GERAL	3.202.641	2.519.118	100,00	19.722.733,40	100,00
PARTIC. AFTER MARKET	14.754	7.184	0,28	69.720,89	0,35
PARTIC. NOVO MERCADO	1.348.518	974.560	38,68	11.218.019,95	56,87
PARTIC. NIVEL 1	323.015	259.896	10,31	3.214.708,55	16,29
PARTIC. NIVEL 2	314.941	267.357	10,61	2.583.580,42	13,09
PARTIC BALCÃO ORGANIZADO	172	1	0,00	607,56	0,00
PARTIC. MAIS	1.633	253	0,01	3.710,93	0,01
PARTIC. IBOVESPA	1.198.030	913.849	36,27	15.789.055,28	80,05
PARTIC. IBrX 50	881.958	714.211	28,35	13.357.226,34	67,72
PARTIC. IBrX 100	1.284.217	960.285	38,11	16.338.387,66	82,84
PARTIC. IBrA	1.526.941	1.068.615	42,42	17.247.548,20	87,45
PARTIC. MIDLARGE	929.821	641.297	25,45	13.782.638,79	69,88
PARTIC. SMALL	597.540	428.356	17,00	3.463.088,29	17,55
PARTIC. ISE	880.860	682.862	27,10	9.558.428,68	48,46
PARTIC. ICO2	1.043.101	794.064	31,52	12.645.567,44	64,11
PARTIC. IEE	176.694	90.545	3,59	1.827.649,23	9,26
PARTIC. INDX	398.777	226.780	9,00	4.101.802,71	20,79
PARTIC. ICONSUMO	550.606	477.873	18,96	4.548.939,30	23,06
PARTIC. IMOBILIARIO	91.667	38.348	1,52	522.380,26	2,64
PARTIC. IFINANCEIRO	171.607	129.020	5,12	2.360.888,27	11,97
PARTIC. IMAT	183.264	120.750	4,79	3.485.418,49	17,67
PARTIC. UTIL	221.775	106.377	4,22	2.307.491,69	11,69
PARTIC. IVBX 2	694.551	436.308	17,31	7.880.521,26	39,95
PARTIC. IGC	1.485.614	1.023.646	40,63	16.452.775,45	83,42
PARTIC. IGCT	1.458.655	1.011.852	40,16	16.397.342,69	83,13
PARTIC. IGNM	1.052.923	728.780	28,92	10.904.574,09	55,28
PARTIC. ITAG ALONG	1.393.448	976.106	38,74	15.472.827,98	78,45
PARTIC. IDIV	489.805	327.864	13,01	6.850.225,40	34,73
PARTIC. IFIX	595.436	8.848	0,35	250.218,20	1,26
PARTIC. BDRX	42.376	4.557	0,18	246.973,36	1,25
PARTIC. IFIL	522.959	6.747	0,26	211.481,77	1,07
PARTIC. IGPTW B3	454.549	406.289	16,12	5.123.263,61	25,97
PARTIC. IAGRO-FFS B3	309.201	180.017	7,14	2.967.917,07	15,04
PARTIC. IBOV SD TR	321.495	222.664	8,83	5.350.252,59	27,12
PARTIC. IDIVERSA B3	785.756	606.116	24,06	10.478.170,21	53,12

MERCADO À VISTA
LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
5GTK11	INVESTO 5GTK	CI	94,58	93,79	94,72	94,57	94,72	0,14↑	94,71	95,00	14	840
A1AP34	ADVANCE AUTO	DRN	22,71	22,45	22,74	22,64	22,46	-3,64↓	21,66	28,00	9	50
A1DM34	ARCHER DANIE	DRN ED	313,72	313,72	313,72	313,72	313,72	0,11↑	265,33	320,00	1	3
A1EE34	AMEREN CORP	DRN	189,81	189,74	189,81	189,79	189,81	-2,44↓	170,00	-	3	385
A1EG34	AEGON LTD	DRN	35,04	35,04	35,12	35,05	35,12	-0,45↓	35,08	-	7	36
A1ES34	AES CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	99,10	115,49	-	-
A1GI34	AGILENT TECH	DRN	-	-	-	-	-	-	346,34	-	-	-
A1IV34	APARTMENT IN	DRN	42,32	42,32	42,80	42,76	42,80	0,28↑	38,13	43,01	3	139
A1KA34	AKAMAI TECHN	DRN	-	-	-	-	-	-	36,90	-	-	-
A1LB34	ALBEMARLE CO	DRN	27,22	27,09	28,04	27,17	28,04	0,93↑	27,03	28,05	6	5.003
A1LG34	ALIGN TECHNO	DRN	-	-	-	-	-	-	310,00	442,13	-	-
A1LL34	BREAD FINAN	DRN	53,30	52,75	53,60	53,53	53,60	0,56↑	51,42	-	7	357
A1LN34	ALNYLAM PHAR	DRN	-	-	-	-	-	-	36,10	41,29	-	-
A1MD34	ADVANCED MIC	DRN	105,49	103,88	105,85	105,12	105,21	-0,26↓	105,11	106,11	183	73.584
A1MP34	AMERIPRISE F	DRN	555,50	555,50	555,50	555,50	555,50	0,39↑	-	-	1	3
A1MT34	APPLIED MATE	DRN	113,45	109,97	113,45	112,32	112,52	0,65↑	112,52	113,45	20	695
A1NE34	ARISTA NETWO	DRN	400,16	399,75	406,70	406,22	405,49	-1,10↓	250,00	423,33	45	254
A1PA34	APA CORP	DRN	156,80	156,80	156,80	156,80	156,80	5,02↑	139,16	160,00	1	3
A1PH34	AMPHENOL COR	DRN	-	-	-	-	-	-	341,00	-	-	-
A1RE34	ALEXANDRIA R	DRN	-	-	-	-	-	-	140,74	170,06	-	-
A1RG34	ARGENX SE	DRN	-	-	-	-	-	-	70,80	80,02	-	-
A1SN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	26,43	-	-	-
A1TH34	AUTOHOME INC	DRN	14,65	14,65	14,65	14,65	14,65	-2,33↓	11,90	-	2	2
A1TT34	ALLSTATE COR	DRN	-	-	-	-	-	-	21,30	50,00	-	-
A1UT34	AUTODESK INC	DRN	282,24	282,24	282,24	282,24	282,24	=	-	-	1	5
A1VB34	AVALONBAY CO	DRN	251,84	251,84	252,75	252,29	252,75	=	189,94	-	2	200
A1ZN34	ASTRAZENECA	DRN	65,71	65,71	67,41	65,96	67,28	3,20↑	63,80	67,50	8	1.057
A2FY34	AFYA LTD	DRN	53,00	49,90	53,00	51,08	49,90	-5,84↓	54,00	-	8	498
A2MB34	AMBARELLA IN	DRN	-	-	-	-	-	-	8,36	10,72	-	-
A2RR34	ARROWHEAD PH	DRN	-	-	-	-	-	-	8,55	17,50	-	-
A2SO34	ACADEMY SPOR	DRN	-	-	-	-	-	-	62,92	-	-	-
A2XO34	AXON ENTERPR	DRN	81,84	81,84	81,84	81,84	81,84	-0,82↓	-	97,50	2	10
AAGO34	ANGLOAMERICA	DRN	-	-	-	-	-	-	40,00	-	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	73,96	72,03	73,96	73,18	72,03	-3,44↓	71,00	75,37	24	334
AALR3	ALLIAR	ON NM	10,44	10,13	10,45	10,33	10,38	-0,19↓	10,38	10,39	190	33.100
AAPL34	APPLE	DRN ED	48,75	48,62	49,28	49,20	49,22	0,71↑	49,20	49,22	2.687	353.829
ABBV34	ABBVIE	DRN	52,20	51,91	52,26	51,91	51,91	-0,55↓	50,39	52,20	7	78.986
ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	22,20	21,91	22,43	22,22	22,33	0,72↑	22,31	22,38	2.552	530.000
ABEV3	AMBEV S/A	ON	12,10	12,02	12,25	12,10	12,02	-0,66↓	12,02	12,03	31.699	38.357.200
ABGD39	ABDEN GOLD	DRE	-	-	-	-	-	-	39,95	-	-	-
ABTT34	ABBOTT	DRN	43,68	43,68	44,00	43,88	43,96	1,12↑	42,90	48,37	126	128
ABUD34	AB INBEV	DRN	-	-	-	-	-	-	52,50	61,00	-	-
ACNB34	ACCENTURE	DRN	1.554,13	1.554,13	1.554,13	1.554,13	1.554,13	-0,03↓	1.448,67	1.780,00	1	1
ACWI11	TREND ACWI	CI	11,87	11,80	11,90	11,87	11,88	0,16↑	11,82	11,94	86	13.720
ADBE34	ADOBE INC	DRN	49,35	48,78	49,35	49,14	48,91	-1,78↓	48,91	50,58	22	3.012
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN	53,65	53,65	53,65	53,65	53,65	1,32↑	48,29	55,00	1	110
AERI3	AERIS	ON EG NM	9,72	9,43	9,72	9,53	9,43	-3,18↓	9,42	9,43	436	101.100
AESB3	AES BRASIL	ON NM	11,05	11,05	11,19	11,14	11,14	0,54↑	11,14	11,15	7.590	7.845.900
AFLT3	AFLUENTE T	ON	-	-	-	-	-	-	7,20	7,61	-	-
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	49,93	49,67	49,93	49,73	49,77	-0,53↓	49,63	50,84	4	75
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	25,48	25,38	25,67	25,48	25,54	0,23↑	25,47	25,54	797	97.000
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	1,40	1,38	1,41	1,39	1,39	=	1,39	1,40	528	184.300
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	22,02	27,50	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	18,72	-	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	19,32	120,00	-	-
AIGB34	AIG GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	398,00	-	-	-
AIRB34	AIRBNB	DRN	37,20	36,87	39,56	37,04	39,56	6,51↑	36,90	39,56	462	917
ALLD3	ALLIED	ON NM	7,21	7,10	7,30	7,21	7,15	-0,83↓	7,15	7,19	246	70.300
ALOS3	ALLOS	ON NM	21,48	21,38	21,79	21,45	21,43	-0,83↓	21,41	21,46	7.774	2.940.500
ALPA3	ALPARGATAS	ON N1	10,12	10,04	10,25	10,11	10,06	0,90↑	9,93	10,14	22	3.100
ALPA4	ALPARGATAS	PN N1	9,96	9,80	10,05	9,89	9,85	-0,50↓	9,84	9,86	3.399	1.054.300
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	3,79	3,68	3,96	3,89	3,76	-0,26↓	3,76	3,78	614	122.500
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	35,12	35,00	35,23	35,10	35,21	0,25↑	35,20	35,94	88	1.847
ALUP11	ALUPAR	UNT ED N2	29,50	29,34	29,84	29,64	29,60	0,33↑	29,54	29,60	4.289	1.170.800
ALUP3	ALUPAR	ON ED N2	10,04	9,86	10,04	9,94	9,93	0,60↑	9,93	9,97	34	4.800
ALUP4	ALUPAR	PN ED N2	9,74	9,74	9,92	9,83	9,78	0,82↑	9,80	9,89	41	6.400
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	1,69	1,68	1,94	1,82	1,89	10,52↑	1,88	1,89	1.874	1.470.400
AMBP3	AMBIPAR	ON NM	9,78	9,42	9,78	9,53	9,46	-2,67↓	9,44	9,49	3.093	749.300
AMGN34	AMGEN	DRN ED	57,18	57,18	57,18	57,18	57,18	-0,15↓	48,32	-	1	15
AMZO34	AMAZON	DRN	46,71	45,96	46,78	46,35	46,78	-0,34↓	46,78	46,80	2.730	191.367
ANIM3	ANIMA	ON NM	4,02	3,96	4,10	4,02	4,03	0,24↑	4,03	4,04	4.233	3.653.900
APER3	ALPER S.A.	ON	45,21	45,21	45,35	45,28	45,35	0,04↑	45,21	45,81	2	200
APTI3	ALIPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTI4	ALIPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
ARML3	ARMAC	ON NM	11,61	11,41	11,75	11,59	11,60	0,34↑	11,59	11,66	3.723	698.900
ARMT34	ARCELOR	DRN ED	64,01	64,01	66,85	66,58	66,85	-0,29↓	66,45	70,51	7	35
ARNC34	HOWMET AERO	DRN	431,00	431,00	431,00	431,00	431,00	1,17↑	-	-	1	10
ARZZ3	AREZZO CO	ON NM	49,32	48,71	50,12	49,48	49,98	1,15↑	49,96	49,99	8.490	2.134.900
ASAI3	ASSAI	ON NM	13,38	13,33	13,69	13,50	13,46	0,14↑	13,46	13,47	14.592	6.982.100
ASML34	ASML HOLD	DRN	86,52	84,85	86,99	86,33	86,14	-0,68↓	85,80	87,40	54	38.081
ATOM3	ATOMPAR	ON	2,22	2,15	2,22	2,18	2,15	-2,71↓	2,15	2,19	37	10.300
ATTB34	ATT INC	DRN	29,70	29,24	29,72	29,37	29,58	-0,20↓	29,48	29,60	22	1.788
AURA33	AURA 360	DR3	45,45	44,85	45,99	45,51	45,45	=	45,10	45,45	4.558	81.520
AURE3	AUREN	ON NM	11,90	11,87	12,03	11,95	12,03	1,34↑	12,00	12,03	7.952	5.024.700
AVGO34	BROADCOM INC	DRN	103,50	101,77	103,50	102,51	103,48	1,14↑	102,20	103,49	34	65.258
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	3,58	3,35	3,59	3,41	3,59	0,27↑	3,35	3,59	22	12.100
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN	124,20	123,43	124,33	123,84	124,33	0,72↑	121,00	-	11	154
AZEV3	AZEVEDO	ON	1,37	1,37	1,43	1,41	1,40	-1,40↓	1,40	1,41	270	151.900
AZEV4	AZEVEDO	PN	1,34	1,32	1,35	1,33	1,34	=	1,33	1,34	582	821.100
AZOI34	AUTOZONE INC	DRN	66,58	65,00	66,58	65,45	65,51	-4,15↓	65,00	70,49	19	46
AZUL4	AZUL	PN N2	10,30	10,16	10,44	10,32	10,43	2,05↑	10,42	10,43	8.270	7.119.900
B1AM34	BROOKFIELD C	DRN	55,31	55,31	57,33	57,01	57,31	0,22↑	50,00	57,39	16	3.803
B1AX34	BAXTER INTER	DRN	88,92	88,92	88,92	88,92	88,92	-1,03↓	86,70	95,00	1	1
B1BT34	TRUIST FINAN	DRN	199,80	199,80	200,20	200,06	200,20	=	200,00	-	3	3
B1BW34	BATHBODY	DRN	-	-	-	-	-	-	46,63	80,69	-	-
B1CS34	BARCLAYS PLC	DRN	57,24	57,24	57,24	57,24	57,24	1,16↑	56,82	57,01	1	1
B1GN34	BEIGENE LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	31,93	36,21	-	-
B1IL34	BILIBILI INC	DRN	16,49	15,68	16,49	15,84	15,88	-3,69↓	15,33	16,00	588	6.419
B1KR34	BAKER HUGHES	DRN	-	-	-	-	-	-	155,49	177,47	-	-
B1NT34	BIONTECH SE	DRN	28,99	28,99	29,43	29,09	29,43	-0,54↓	29,10	30,00	3	981
B1PP34	BP PLC	DRN ED	47,01	47,01	48,28	47,69	48,28	2,09↑	47,10	49,35	35	1.929
B1SA34	BANCO SANTAN	DRN	-	-	-	-	-	-	47,50	52,08	-	-
B1SX34	BOSTON SCIEN	DRN	-	-	-	-	-	-	386,46	-	-	-
B1TI34	BRITISH AMER	DRN	32,04	31,95	32,28	32,02	32,28	1,38↑	32,19	32,28	35	6.812
B1WA34	BORGWARNER I	DRN	-	-	-	-	-	-	147,00	250,00	-	-
B2AP34	CREDICORP LT	DRN ED	70,00	70,00	70,21	70,19	70,14	-2,58↓	-	74,30	4	765

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
B2HI34	BILL HOLD	DRN	1,71	1,62	1,72	1,65	1,62	-4,70↓	1,59	1,69	16	1.578
B2YN34	BEYOND MEAT	DRN	1,84	1,84	1,98	1,85	1,98	7,60↑	1,84	1,98	16	345
B3SA3	B3	ON NM	11,28	11,28	11,50	11,40	11,41	-0,17↓	11,40	11,43	23.011	33.544.600
BAAX39	MSCI ASIA JP	DRE	37,11	37,11	37,13	37,11	37,13	-0,32↓	37,10	38,59	4	2.103
BABA34	ALIBABAGR	DRN	15,76	15,61	15,86	15,73	15,77	-2,53↓	15,70	15,77	1.772	278.605
BACW39	MSCI ACWI	DRE	57,10	57,10	57,39	57,23	57,30	-0,05↓	57,31	58,17	11	487
BAER39	US AEROSPACE	DRE	34,77	34,77	34,91	34,89	34,91	1,04↑	34,29	35,16	2	15
BAHI3	BAHEMA	ON MA	7,50	7,29	7,50	7,33	7,40	-2,37↓	7,15	7,40	17	5.600
BAIQ39	GX AI TECH	DRE	58,80	58,56	58,80	58,79	58,79	-0,23↓	43,99	59,87	5	3.814
BALM3	BAUMER	ON	-	-	-	-	-	-	9,85	12,49	-	-
BALM4	BAUMER	PN	-	-	-	-	-	-	9,92	10,49	-	-
BAOK39	BKR CSV ALOC	DRE	46,90	46,90	46,90	46,90	46,90	-0,53↓	-	-	1	2
BAUH4	EXCELSIOR	PN	78,00	78,00	78,89	78,66	78,89	-1,37↓	78,89	78,90	4	400
BAZA3	AMAZONIA	ON	96,50	96,00	97,90	97,01	96,70	0,20↑	95,30	97,29	18	2.200
BBAS3	BRASIL	ON NM	27,95	27,88	28,13	27,97	27,90	-0,07↓	27,90	27,94	24.334	9.979.200
BBDC3	BRADESCO	ON N1	12,00	11,94	12,06	11,99	11,99	=	11,98	12,00	4.914	5.022.600
BBDC4	BRADESCO	PN N1	13,35	13,31	13,46	13,39	13,40	0,52↑	13,39	13,40	19.021	26.152.800
BBER39	JP BTB EUROP	DRE	63,05	63,05	63,05	63,05	63,05	-0,58↓	-	-	1	1
BBIL39	JP BTB INTL	DRE	62,76	62,76	62,76	62,76	62,76	3,75↑	-	-	1	5
BBOI11	BB ETF BOI G	CI	6,99	6,96	7,00	6,99	7,00	0,14↑	6,98	7,00	50	6.540
BBOV11	BB ETF IBOV	CI	65,51	65,51	66,40	66,28	66,24	0,06↑	66,04	66,24	28	3.046
BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	33,79	33,53	33,99	33,77	33,93	0,68↑	33,91	33,99	8.592	2.922.700
BBUG39	GX CYBERSECT	DRE	50,15	50,06	50,15	50,10	50,06	-2,22↓	49,07	-	3	212.498
BBYY34	BEST BUY	DRN	373,55	372,00	373,55	372,77	372,00	-2,00↓	-	-	2	2
BCHI39	MSCI CHINA	DRE	29,52	29,52	29,52	29,52	29,52	-1,50↓	27,20	30,05	1	400
BCHQ39	GX MSCICHINA	DRE	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-
BCIC11	B INDEX CICL	CI	118,70	118,70	118,70	118,70	118,70	-0,05↓	117,84	118,70	1	100
BCLO39	GX CLOUD CPT	DRE	34,96	34,96	35,12	34,97	35,12	0,57↑	26,99	-	2	16
BCOM39	BKR COMT ROL	DRE	46,95	46,95	46,95	46,95	46,95	0,64↑	44,31	48,08	2	193
BCPX39	GX COPPER MN	DRE	54,00	52,70	54,00	53,12	52,95	-1,76↓	52,70	-	25	3.092
BCSA34	SANTANDER	DRN	26,52	26,22	26,79	26,48	26,53	0,03↑	26,53	26,64	69	1.680
BCWV39	MSCIGLMIVOLF	DRE	54,15	54,15	54,15	54,15	54,15	-	48,00	60,02	1	20
BDEF11	B INDEX DEFE	CI	122,39	122,39	122,78	122,67	122,74	0,38↑	121,94	122,74	4	158
BDOM11	INVESTO BDOM	CI	109,02	108,74	109,02	108,88	108,74	-0,17↓	103,56	108,75	2	2
BDRI39	GX AEVEHICLE	DRE	41,80	41,80	41,80	41,80	41,80	6,41↑	-	-	1	13
BDVY39	SELECT DIVID	DRE	64,00	63,99	64,20	64,12	64,20	=	57,20	68,00	8	137
BEDC39	GX TLMEDC DH	DRE	-	-	-	-	-	-	18,99	30,01	-	-
BEEF3	MINERVA	ON NM	7,01	6,91	7,15	7,01	6,94	-0,71↓	6,93	6,94	9.605	11.189.700
BEEM39	MSCI EMGMARK	DRE	36,89	36,89	36,89	36,89	36,89	-0,83↓	33,93	38,04	70	37.100
BEES3	BANESTES	ON	9,10	9,02	9,13	9,06	9,07	0,11↑	9,02	9,06	39	7.200
BEES4	BANESTES	PN	9,59	9,59	9,77	9,68	9,65	0,83↑	9,65	9,66	14	1.800
BEFA39	MSCI EAFE	DRE	52,20	52,20	52,24	52,21	52,24	-0,11↓	51,00	-	3	4
BEFG39	MSCIEAFEGROW	DRE	53,45	53,45	53,45	53,45	53,45	-0,29↓	41,99	60,02	1	1.000
BEFV39	MSCIEAFEVALU	DRE	47,90	47,90	47,90	47,90	47,90	=	-	50,02	12	1.001
BEGD39	TRTMSCI EAFE	DRE	-	-	-	-	-	-	-	57,65	-	-
BEGE39	INC ESG AWAR	DRE	-	-	-	-	-	-	-	59,99	-	-
BEGU39	TRUSTMSCI US	DRE	59,25	59,18	59,40	59,36	59,40	-0,01↓	55,00	60,10	25	3.510
BERK34	BERKSHIRE	DRN	105,71	105,11	106,45	105,88	106,45	1,28↑	106,12	106,45	232	13.117
BEWA39	MSCIAUSTRALI	DRE	43,00	42,76	43,00	42,76	42,76	0,61↑	39,04	43,59	2	101
BEWC39	MSCI CANADA	DRE	-	-	-	-	-	-	43,90	51,01	-	-
BEWG39	MSCI GERMANY	DRE	55,12	55,12	55,12	55,12	55,12	0,21↑	55,00	57,60	1	465
BEWH39	MSCIHONGKONG	DRE	-	-	-	-	-	-	26,00	-	-	-
BEWJ39	MSCI JAPAN	DRE	43,92	43,92	44,04	43,99	44,00	-0,56↓	43,92	45,00	6	509
BEWL39	MSCI SWITZER	DRE	-	-	-	-	-	-	42,90	-	-	-
BEWQ39	MSCI FRANCE	DRE	-	-	-	-	-	-	48,65	54,70	-	-
BEWT39	MSCI TAIWAN	DRE	-	-	-	-	-	-	37,30	-	-	-
BEWU39	MSCI UK	DRE	62,52	62,52	62,52	62,52	62,52	0,03↑	57,00	63,43	1	81
BEWW39	MSCI MEXICO	DRE	-	-	-	-	-	-	85,44	-	-	-
BEWY39	MSCISOUTHKOR	DRE	41,45	41,45	41,45	41,45	41,45	-0,71↓	31,99	50,02	1	1.000
BEWZ39	MSCI BRAZIL	DRE	53,75	53,58	53,75	53,59	53,58	-0,96↓	-	-	3	2.001
BEZU39	MSCIEUROZONE	DRE	-	-	-	-	-	-	50,98	70,03	-	-
BFAL39	BKR FLL ANGL	DRE	45,15	45,15	45,15	45,15	45,15	-0,76↓	-	-	1	5
BFAV39	MSCIMINVOL F	DRE	-	-	-	-	-	-	37,01	50,02	-	-
BGIP3	BANESE	ON	23,50	23,50	23,50	23,50	23,50	0,55↑	22,03	29,04	1	100
BGIP4	BANESE	PN	22,00	21,99	22,00	21,99	22,00	0,13↑	21,82	22,29	3	300
BGNO39	GX GENOMBIOT	DRE	-	-	-	-	-	-	21,99	-	-	-
BGOV39	BKR US TREAS	DRE	38,12	38,06	38,37	38,07	38,37	0,76↑	38,13	39,00	3	454
BGRT39	GLOBAL REIT	DRE	39,96	39,88	39,96	39,89	39,96	0,10↑	39,30	46,00	5	53
BGWH39	COREDIVGROWT	DRE	59,70	59,70	59,82	59,73	59,82	0,03↑	59,00	-	2	4
BHEF39	CURHEDGEMSCI	DRE	45,95	45,95	45,95	45,95	45,95	0,23↑	35,99	-	1	111
BHER39	GX GAMES SPT	DRE	-	-	-	-	-	-	-	27,54	-	-
BHEZ39	BKR CH EUROZ	DRE	-	-	-	-	-	-	60,55	-	-	-
BHYG39	BKR IBOXX HY	DRE	49,20	49,20	49,50	49,39	49,47	0,16↑	49,14	54,50	9	136
BIAU39	GOLD TRUST	DRE	57,90	57,90	58,62	58,40	58,62	-0,20↓	58,55	59,99	45	357
BIBB39	ICE BIOTECH	DRE	-	-	-	-	-	-	43,00	48,46	-	-
BIDN39	BKR GENO IMM	DRE	-	-	-	-	-	-	49,98	70,02	-	-
BIDR39	BKR SELFDRIV	DRE	-	-	-	-	-	-	44,98	60,02	-	-
BIDU34	BAIDU INC	DRN	38,59	38,20	38,60	38,41	38,40	-3,92↓	38,25	39,00	51	9.096
BIEF39	COREMSCIEAFE	DRE	48,55	48,25	48,55	48,46	48,50	-0,10↓	47,00	49,50	3	75
BIEI39	BKR 3 7 YRTR	DRE	48,91	48,91	48,91	48,91	48,91	-0,02↓	-	-	1	1
BIEM39	COREMSCI EMK	DRE	46,45	46,45	46,45	46,45	46,45	-0,59↓	42,92	46,90	2	9
BIEU39	COREMSCI EUR	DRE	51,35	51,35	51,35	51,35	51,35	0,29↑	50,50	52,22	2	6.001
BIEV39	EUROPE ETF	DRE	59,34	59,34	59,34	59,34	59,34	0,50↑	59,04	60,00	1	1
BIFR39	BKR US INFRA	DRE	-	-	-	-	-	-	62,98	-	-	-
BIGF39	GLOBAL INFRA	DRE	-	-	-	-	-	-	56,92	-	-	-
BIHA39	BKR CYBTECH	DRE	-	-	-	-	-	-	64,98	-	-	-
BIHI39	USMEDICDEVIC	DRE	8,22	8,22	8,24	8,22	8,24	0,24↑	7,10	9,00	2	3
BIIB34	BIOGEN	DRN	-	-	-	-	-	-	161,52	213,11	-	-
BIJH39	CORE MIDCAP	DRE	15,30	15,30	15,40	15,38	15,40	-0,06↓	15,00	18,01	3	44
BIJR39	CORESMALLCAP	DRE	69,90	69,88	70,38	70,22	70,26	-0,35↓	70,26	72,50	102	901
BIJS39	BKR SPSM600V	DRE	-	-	-	-	-	-	64,00	-	-	-
BILB34	BILBAOVIZ	DRN	55,65	55,15	55,65	55,45	55,30	-0,57↓	39,48	60,00	3	7
BIOM3	BIOMM	ON MA	15,51	14,32	15,54	14,94	15,09	-3,39↓	15,09	15,30	1.276	239.600
BIRB39	BKR ROBT AIM	DRE	88,01	88,01	88,01	88,01	88,01	-0,82↓	78,54	-	1	2.810
BITO39	CORE SP TOTA	DRE	59,64	59,52	59,70	59,68	59,70	0,18↑	56,89	-	4	24
BIVB39	CORE SP 500	DRE	68,14	67,80	68,32	68,28	68,32	0,47↑	68,17	69,90	46	3.984
BIVE39	SP500 VALUE	DRE	63,09	63,06	63,38	63,16	63,38	0,15↑	63,24	70,03	7	1.290
BIVW39	SP500GROWTH	DRE	54,60	54,60	55,80	55,21	55,80	0,74↑	55,56	-	18	1.181
BIWF39	RUSSEL1000GR	DRE	70,11	70,11	70,40	70,14	70,40	0,51↑	58,98	-	3	47
BIWM39	RUSSELL 2000	DRE	52,92	52,92	53,26	53,16	53,16	-0,07↓	47,82	55,00	103	1.400
BIXC39	BKR GLB ENER	DRE	55,92	55,92	55,95	55,94	55,95	-0,26↓	55,00	60,03	4	10.000
BIXG39	BKR GL FIN	DRE	-	-	-	-	-	-	38,99	-	-	-
BIXJ39	GLOBALHEALTH	DRE	-	-	-	-	-	-	58,00	60,00	-	-
BIXN39	GLOBAL TECH	DRE	13,13	13,10	13,15	13,10	13,15	0,38↑	13,10	-	4	135
BIYE39	BKR US ENER	DRE	84,00	83,84	84,00	83,97	84,00	=	-	86,00	8	113
BIYF39	US FINANCIAL	DRE	32,75	32,75	32,76	32,75	32,76	-2,03↓	27,99	40,02	2	167
BIYG39	USFINANCSERV	DRE	-	-	-	-	-	-	13,00	18,01	-	-
BIYT39	BKR 7 10 YRT	DRE	47,51	47,51	47,65	47,60	47,65	0,21↑	46,91	50,00	3	31
BIYW39	US TECHNOLOG	DRE	20,52	20,46	20,52	20,49	20,46	0,39↑	19,00	20,53	2	37
BJQU39	JP QLT FACT	DRE	-	-	-	-	-	-	39,90	-	-	-
BKNG34	BOOKING	DRN	109,12	109,12	111,50	110,73	111,42	1,75↑	110,42	112,14	164	2.611
BKSA39	BKR SAUDARAB	DRE	-	-	-	-	-	-	-	60,00	-	-
BLAK34	BLACKROCK	DRN	62,04	61,81	63,00	62,09	63,00	1,82↑	62,08	63,00	55	29.354
BLAU3	BLAU	ON NM	10,80	10,70	10,96	10,79	10,71	-0,55↓	10,71	10,77	991	157.300
BLBT39	GX LITHIUM B	DRE	28,83	28,83	28,83	28,83	28,83	-1,09↓	28,02	-	1	34
BLPA39	GX MLP ETF	DRE	61,08	61,08	61,08	61,08	61,08	1,20↑	-	-	1	2
BLQD39	BKR IBOX IGC	DRE	54,74	54,63	55,00	54,89	55,00	0,47↑	54,85	-	34	470
BMEB3	MERCANTIL	ON N1	24,50	24,50	24,50	24,50	24,50	-0,04↓	24,55	25,40	1	1.000
BMEB4	MERCANTIL	PN N1	26,95	26,50	27,00	26,63	26,62	0,45↑	26,60	26,80	68	16.400
BMGB4	BANCO BMG	PN N1	3,46	3,39	3,46	3,43	3,44	-0,86↓	3,43	3,44	1.194	482.400
BMIN3	MERC INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	19,00	25,00	-	-
BMIN4	MERC INVEST	PN	15,50	15,50	15,50	15,50	15,50	0,64↑	15,30	15,80	1	100
BMKS3	BIC MONARK	ON	352,00	352,00	352,00	352,00	352,00	-4,86↓	357,00	369,98	2	18
BMMT11	B INDEX MOME	CI	113,79	113,79	113,79	113,79	113,79	0,26↑	112,91	113,79	1	100
BMOB3	BEMOBI TECH	ON NM	13,11	12,98	13,16	13,07	13,14	0,76↑	13,14	13,16	1.518	283.900
BMTU39	MSCIUSAMOM F	DRE	47,00	46,54	48,40	47,88	48,40	1,48↑	46,00	64,89	26	1.227
BMYB34	BRISTOLMYERS	DRN	220,00	218,68	220,00	219,32	218,90	-2,73↓	214,52	218,80	3	11
BNBR3	NORD BRASIL	ON ES	-	-	-	-	-	-	111,00	119,99	-	-
BNDA39	MSCI INDIA	DRE	67,83	67,83	68,23	68,05	68,15	0,36↑	67,00	68,17	8	733
BOAC34	BANK AMERICA	DRN	49,75	49,35	50,60	50,36	50,60	2,61↑	50,61	50,65	52	1.451
BOBR3	BOMBRIL	ON	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
BOBR4	BOMBRIL	PN	2,14	2,13	2,22	2,17	2,18	1,39↑	2,18	2,21	19	6.000
BOEF39	BKR SP100	DRE	-	-	-	-	-	-	61,00	-	-	-
BOEI34	BOEING	DRN	-	-	-	-	-	-	880,00	956,00	-	-
BONY34	BNY MELLON	DRN	300,00	300,00	301,50	300,12	301,50	0,50↑	300,00	303,10	5	158
BOTZ39	GX ROBOTC AI	DRE	40,24	40,24	40,29	40,28	40,29	-1,25↓	39,43	41,00	2	101
BOVA11	ISHARES BOVA	CI	124,38	123,51	124,44	123,91	123,70	-0,33↓	123,70	123,73	54.545	2.745.707
BOVB11	ETF BRA IBOV	CI	128,57	128,57	129,76	129,20	129,05	-0,29↓	129,05	133,00	26	3.190
BOVS11	SAFRAETFIBOV	CI	98,52	97,96	98,62	98,21	98,10	-0,26↓	97,66	98,10	441	650
BOVV11	IT NOW IBOV	CI	129,80	129,48	130,52	129,84	129,65	-0,29↓	129,65	129,77	26.817	1.167.204
BOVX11	TREND IBOVX	CI	12,96	12,88	12,98	12,91	12,89	-0,23↓	12,89	12,91	290	49.936
BOXP34	BOSTON PROP	DRN	30,50	30,50	30,50	30,50	30,50	-4,71↓	30,51	37,76	2	6
BPAC11	BTGP BANCO	UNT N2	34,17	34,01	34,50	34,19	34,11	-0,95↓	34,10	34,18	14.160	7.428.600
BPAC3	BTGP BANCO	ON N2	17,16	17,00	17,32	17,18	17,04	-0,98↓	17,04	17,34	33	3.600
BPAC5	BTGP BANCO	PNA N2	8,60	8,40	8,60	8,46	8,46	-1,62↓	8,44	8,46	46	11.800
BPAN4	BANCO PAN	PN N1	9,96	9,70	9,96	9,80	9,72	-2,40↓	9,71	9,76	4.242	1.123.700
BPAR3	BANPARA	ON	-	-	-	-	-	-	150,00	300,00	-	-
BPIC39	BKR GBMM PRD	DRE	58,86	58,86	59,14	58,94	59,14	4,93↑	-	-	10	302
BPVE39	GX INFRA DEV	DRE	-	-	-	-	-	-	46,98	-	-	-
BQLT39	BKR A RATED	DRE	47,85	47,85	47,85	47,85	47,85	-0,62↓	-	-	2	12
BQQW39	FT NASD100EQ	DRE	-	-	-	-	-	-	59,52	65,00	-	-
BQTC39	FT NASD100TC	DRE	-	-	-	-	-	-	60,50	-	-	-
BQUA39	MSCIUSQUAL F	DRE	56,37	56,37	56,64	56,56	56,64	-0,07↓	56,37	60,02	3	19
BQYL39	GX NASDAQ100	DRE ED	29,68	29,68	29,91	29,81	29,91	0,36↑	-	34,00	3	35
BRAP3	BRADESPAR	ON N1	19,31	19,25	19,60	19,51	19,55	1,50↑	19,45	19,55	331	46.800
BRAP4	BRADESPAR	PN N1	20,20	20,11	20,40	20,27	20,21	0,54↑	20,21	20,26	7.603	4.409.800
BRAX11	ISHARES BRAX	CI	106,70	106,08	106,71	106,32	106,36	-0,12↓	106,16	106,65	53	4.155
BRBI11	BR PARTNERS	UNT ED N2	14,65	14,33	14,72	14,50	14,59	-0,95↓	14,53	14,60	1.599	278.800
BREW11	B INDEX BREW	CI	119,92	119,50	119,92	119,83	119,85	0,10↑	119,20	119,85	5	115
BRFS3	BRF SA	ON NM	19,70	19,26	19,80	19,53	19,61	-0,20↓	19,59	19,63	19.171	10.154.300
BRGE11	ALFA CONSORC	PNE	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-
BRGE3	ALFA CONSORC	ON	-	-	-	-	-	-	-	18,00	-	-
BRGE5	ALFA CONSORC	PNA	-	-	-	-	-	-	12,01	-	-	-
BRGE6	ALFA CONSORC	PNB	-	-	-	-	-	-	12,00	13,49	-	-
BRIT3	BRISANET	ON NM	4,19	4,15	4,25	4,18	4,15	-0,24↓	4,15	4,17	908	590.800
BRIV3	ALFA INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	12,21	14,00	-	-
BRIV4	ALFA INVEST	PN	-	-	-	-	-	-	12,20	12,99	-	-
BRKM3	BRASKEM	ON N1	20,09	19,89	20,10	20,07	19,89	-0,99↓	19,88	20,10	82	20.700
BRKM5	BRASKEM	PNA N1	19,73	19,70	20,22	20,06	20,10	1,46↑	20,08	20,12	6.318	1.893.800
BRKM6	BRASKEM	PNB N1	-	-	-	-	-	-	14,00	14,89	-	-
BRSR3	BANRISUL	ON N1	11,90	11,76	12,00	11,92	11,99	2,39↑	11,98	12,18	49	5.400
BRSR5	BANRISUL	PNA N1	16,00	16,00	16,00	16,00	16,00	-1,41↓	15,00	15,80	1	100
BRSR6	BANRISUL	PNB N1	11,53	11,46	11,77	11,60	11,70	1,47↑	11,65	11,70	3.571	1.701.600
BSCZ39	BKR MS EAFE	DRE	-	-	-	-	-	-	32,99	-	-	-
BSHV39	BKR SHORT TR	DRE	56,23	56,16	56,60	56,48	56,53	0,30↑	55,87	-	8	2.865
BSHY39	BKR 1 3 YRTR	DRE	51,91	51,91	51,91	51,91	51,91	-0,24↓	51,50	56,84	1	2
BSIL39	GX SILVER MN	DRE	36,75	36,56	36,75	36,68	36,56	-0,51↓	35,74	-	2	44
BSIZ39	MSCIUSASIZF	DRE	-	-	-	-	-	-	37,99	50,02	-	-
BSLI3	BRB BANCO	ON ES	12,28	11,50	12,80	12,02	11,50	-10,15↓	11,65	12,00	21	3.200
BSLI4	BRB BANCO	PN ES	15,01	14,00	15,01	14,61	14,00	-6,66↓	13,12	17,84	16	1.700





Ouro Preto: teatro na Casa da Ópera e ao ar livre

KLAUCIUS RICARDO*

A cidade histórica de Ouro Preto, na região Central de Minas, recebe, a partir desta sexta-feira (24), a terceira edição do Festival de Popularização do Teatro de Ouro Preto. Com apresentações no Teatro Casa da Ópera, reinaugurado em dezembro de 2023, e em um palco ao ar livre, o evento também contará com transmissão ao vivo pelo YouTube neste ano. A ideia é levar a cultura para mais pessoas.

A programação vai até este domingo (26), com a presença confirmada de artistas brasileiros renomados. A começar pelo ator e humorista, Pedro Bismarck, homenageado do festival por sua trajetória de 40 anos de carreira. Criador do personagem Nerso da Capitinga, o artista mineiro vai abrir as apresentações no Teatro Casa da Ópera nesta sexta-feira, às 19 horas com o espetáculo "Rindo à Toa", que reúne causos, piadas novas e clássicas que só Nerso da Capitinga sabe contar.

"Quando recebi o convite para me apresentar no Festival de Popularização do Teatro de Ouro Preto, fiquei muito feliz. Primeiro, por estar em Ouro Preto, uma cidade linda e que sempre me recebeu com muito carinho. Segundo, pelo fato de poder me apresentar em um teatro maravilhoso que é a Casa da Ópera, uma construção histórica", afirma o humorista.

DIVULGAÇÃO / ANE SOUZA



DIVULGAÇÃO / FEST. POPULARIZAÇÃO TEATRO OP



Festival de Popularização do Teatro de Ouro Preto começa nesta sexta-feira (24) e vai até domingo (26); "Nerson da Capitinga" é o homenageado

A atriz, comediante e integrante da Companhia de Comédia Os Melhores do Mundo, Gorete Milagres, também é aguardada pelo público. Ela se apresenta no sábado (25), às 21 horas, no palco interno com a peça "Filomena 30 anos de peleja".

Os ingressos para todos os espetáculos são gratuitos, mediante retirada antecipada na portaria do Teatro Casa da Ópera.

Cortejos - Representando a cultura local, os cortejos musicais - atrações tradicionais do evento - também serão apresentados com grupo e bandas musicais da cidade. De acordo com o coordenador do evento, Leandro Borba, o Festival de Popularização do Teatro de Ouro Preto pretende fortalecer a cultura teatral do município e popularizar o acesso ao Teatro Casa da Ópera para a comunidade e para os visitantes da cidade histórica, que tem na arte um de seus grandes atrativos.

"O Festival vai usar a linguagem cênica, em suas muitas formas, para criar uma experiência de apoio a novos artistas e de redescoberta do teatro para adultos e crianças. O nosso objetivo é que, ao participarem das atividades, os espectadores se sintam estimulados a consumir bens culturais e a frequentar outros eventos realizados no teatro", destaca.

Quem quiser conferir toda a programação do Festival de Popularização do Teatro de Ouro Preto é só acessar o perfil do Instagram: *https://www.instagram.com/festivalpopdeteatro*

** Em estágio, sob supervisão da edição*

DIVULGAÇÃO / PAULA GRANJA ASSESSORIA



"Deputado João Plenário"

Mestre do humor brasileiro, Saulo Laranjeira apresenta um espetáculo de comédia que vai fazer rir todos os públicos. O "Deputado João Plenário, o político influencer" será apresentado no Grande Theatro Cine Brasil Vallourec (av. Amazonas, 315 - Centro, Belo Horizonte) nesta sexta-feira (24), às 21h. A peça é uma produção da Laranjeira Produções & Favo Cultural. Os ingressos podem ser adquiridos pelo site *Eventim* ou na bilheteria do teatro. Neste show, humor e arte se expressam de forma universal, a plateia se diverte com o personagem mais famoso de Saulo Laranjeira, há mais de 25 anos no elenco do programa "A Praça é Nossa", do SBT. Em novo espetáculo, o Deputado João Plenário apresenta e compartilha suas mais recentes pesquisas e estudos em função do aprimoramento do indivíduo sobre como vencer na vida sem fazer esforço algum. Vale ressaltar, como diz a produção da peça, que se trata de um espetáculo totalmente beneficente em prol da família brasileira. Ou seja, você paga o ingresso e beneficia a família brasileira do próprio deputado.

Café Empresarial

O Moura Tavares Advogados, que vem realizando os encontros chamados "Café Empresarial", vai receber nesta sexta-feira (24) a economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória. Ela abordará o tema "Cenário Macroeconômico". O encontro será realizado no auditório do Moura Tavares Advogados, que fica na rua da Bahia, 1.900, no térreo, em Lourdes, em Belo Horizonte. O horário da palestra é de 9h30 às 11h. O escritório de advocacia atua em diversas áreas do direito privado e público e tem unidades, além da capital mineira, em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Mais informações podem ser obtidas no site *mouratavares.adv.br*.

DIVULGAÇÃO / BALLET JOVEM

Ballet Jovem

O Ballet Jovem de Minas Gerais estreia, no Teatro do Centro Cultural Unimed-BH Minas (rua da Bahia, 2.244 – Lourdes - BH), a coreografia Predicativo do Sujeito, criada por Alex Soares para o Bolero de Maurice Ravel. Além da estreia, os bailarinos apresentarão as coreografias "Loucuras de Carmina", de Alessandro Pereira, "E.L.A", de Fred Veiga. Serão duas sessões: hoje (23) e sexta-feira (24), às 21h. Os ingressos custam R$ 20 (inteira) e R$ 10 (meia) e podem ser adquiridos na bilheteria ou no site da *Sympla*. A classificação é livre. A obra Predicativo do Sujeito mostra os machos alfas em busca de seu lado feminino, a anima. Dessa forma, de maneira sutil, as *personas* com toque de humor e movimentos intensos e precisos, traduzem questões existenciais do estereótipo do homem machista que surgem com toques de humor. No palco, os bailarinos mostram que o homem não reconhece seu lado oculto, que é feminino, por medo de afetar a sua existência.

Mostra Première Minas

Terminam nesta sexta-feira (24) as inscrições para a 2ª Mostra Première Minas, que exibirá filmes, ainda inéditos no circuito comercial das salas de cinema, em sessões gratuitas e comentadas no Cine Santa Tereza e em Centros Culturais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH). Podem ser inscritos curtas ou longas-metragens. O objetivo do projeto é fomentar a cena audiovisual mineira e aproximar o público de Belo Horizonte ao cinema feito no Estado. A iniciativa é do Centro de Estudos Cinematográficos (CEC) de Minas Gerais e do Instituto Humberto Mauro. O link para as inscrições é o *https://forms.gle/in4e-oZ7AkkFpDodc8* . Quem quiser mais informações, é só enviar e-mail: *premiereminas2023@gmail.com*.

